

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO-INSTITUCIONAIS**

RICARDO FARIA CORRÊA E SCARPINI

**“VAI COMEÇAR O QUÊ? A PREFEITURA POPULAR!”:
A eleição municipal e o começo da Administração Popular nas páginas de Zero Hora
(1988-1989)**

PORTO ALEGRE

2024

Ricardo Faria Corrêa e Scarpini

“VAI COMEÇAR O QUÊ? A PREFEITURA POPULAR!”:

**A eleição municipal e o começo da Administração Popular nas páginas de Zero Hora
(1988-1989)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Scarpini, Ricardo Faria Corrêa e
"VAI COMEÇAR O QUÊ? A PREFEITURA POPULAR!": A
eleição municipal e o começo da Administração Popular
nas páginas de Zero Hora (1988-1989) / Ricardo Faria
Corrêa e Scarpini. -- 2024.
140 f.
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. História política. 2. História da mídia. 3.
Representação. 4. Partido dos Trabalhadores. I. Grijó,
Luiz Alberto, orient. II. Título.



ATA PARA ASSINATURA Nº _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História
HISTÓRIA - Mestrado Acadêmico
Ata de defesa de Dissertação

Aluno: Ricardo Faria Corrêa e Scarpini, com ingresso em 13/06/2022
Título: **"Vai começar o quê? A Prefeitura Popular!": A eleição municipal e o começo da Administração Popular nas páginas de Zero Hora (1988-1989)**
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijo

Data: 02/10/2024
Horário: 09:00
Local: IFCH

Banca Examinadora	Origem
Carla Brandalise	UFRGS
Luis Carlos Dos Passos Martins	PUCRS
Douglas Souza Angeli	UEMG

Porto Alegre, 02 de outubro de 2024

	Assinatura	Avaliação
 Documento assinado digitalmente CARLA BRANDALISE Data: 08/10/2024 17:03:46-0300 Membros Verifique em https://validar.it.gov.br		
Carla Brandalise	_____	A
Luis Carlos Dos Passos Martins	_____	A
Douglas Souza Angeli		A

Conceito Geral da Banca: () Correções solicitadas: () Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.


Documento assinado digitalmente
RICARDO FARIA CORREA E SCARPINI
Data: 10/10/2024 12:20:52-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Aluno



Orientador

Programa de Pós-Graduação em História
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43322 - 205D - Bairro Agronomia - Telefone 33088220
Porto Alegre - RS

Ricardo Faria Corrêa e Scarpini

“ VAI COMEÇAR O QUÊ? A PREFEITURA POPULAR!”:

A eleição municipal e o começo da Administração Popular nas páginas de Zero Hora
(1988-1989)

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Porto Alegre, 02 de outubro de 2024

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Carla Brandalise
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Douglas Souza Angeli
Departamento de História
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)

Luis Carlos Passos Martins
Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Luiz Alberto Grijó
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

À Revolução Brasileira, democrática e popular, e ao seu Partido dos Trabalhadores e das
Trabalhadoras

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação é um esforço que não se construiu sozinho. É parte de uma longa trajetória que se inicia em 2016 com minha entrada no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que, de modo algum, se esgota em mim. É permeada, em primeiro lugar, por acontecimentos, como a entrada na Iniciação Científica com o professor Luiz Alberto Grijó em 2018, um ano de docência no ensino municipal de Esteio e anos a fio dentro do movimento estudantil que, com todos seus infantilismos, foi e segue sendo escola de rebeldia e resiliência para tantos alunos e alunas dessa Universidade.

Em segundo lugar, a presente dissertação é permeada por algumas Instituições, que cada uma a sua medida tornaram essa escrita possível. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu Programa de Pós-Graduação em História que propiciaram um ambiente instigante de pesquisas e debates que trouxe qualidade para esse trabalho. De igual modo, o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa que com sua vasta hemeroteca e seus servidores dispostos tornou a pesquisa de campo a mais breve e vasta que conseguiu ser.

Por fim, de modo mais importante, tal dissertação é permeada por pessoas que nos momentos mais árduos de conciliação entre um emprego fixo e uma rotina de pesquisas a nível de pós-graduação sem bolsa prestaram seu suporte emocional e acadêmico para que o trabalho se materializasse. Por seu importante papel na minha trajetória acadêmica desde a cadeira de História, Mídia e Poder no segundo semestre de 2016, mas, sobretudo, a partir da Iniciação Científica em 2018, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó pelas importantes recomendações e extensas revisões que tornaram essa dissertação digna da qualidade que venha a ter. De igual modo, gostaria de agradecer aos meus pais, Vivian e Marcelo, pelo apoio durante toda a pesquisa. Por último, aos meus amigos que proporcionaram momentos de alegria em meio à dupla jornada de servidor público e pesquisador. Em especial, a dois deles, Felipe e Alex, que, além dos bons momentos, foram vigilantes em fazer as devidas revisões e sugestões e deram algum brilho à uma vida acadêmica que, em meio a uma rotina repleta, por vezes não conseguia tomar o seu devido lugar. Cada um, a seu modo, tornou esse trabalho possível.

A todos, o meu muito obrigado.

*Menos mal que existen
Los que no tienen nada que perder
Ni siquiera la historia*

Silvio Rodríguez

RESUMO

O ciclo de administrações populares na cidade de Porto Alegre estende-se por dezesseis anos de governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores que, da vitória de Olívio Dutra em 1988 à derrota de Raul Pont em 2004, foram responsáveis por construir um modelo de participação popular sui generis e de relativa democratização dos espaços de poder em um período tido como o auge do neoliberalismo. A presente dissertação se propõe a analisar o processo eleitoral de 1988 e o primeiro ano da Administração Popular em Porto Alegre em 1989, sob a gestão de Olívio Dutra a partir da representação feita pelo Jornal Zero Hora, principal meio impresso do conglomerado de mídia RBS. Partindo da análise da fonte primária e de uma extensa revisão bibliográfica busca-se compreender como foi a representação da candidatura e do governo Olívio Dutra por Zero Hora e de que forma essa representação conseguiu negociar e se opor ao governo bem como articular o conjunto da oposição ao mesmo no seu primeiro ano de administração. A partir de sua problemática de pesquisa e de sua metodologia, o presente trabalho se situa na intersecção entre história da mídia e história política.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Administração Popular. Representação. História Política.

ABSTRACT

The cycle of “popular administrations” in the city of Porto Alegre expands itself throughout sixteen years of Worker’s Party’s led governments that, between the victory by Olívio Dutra in 1988 to the defeat of Raul Pont in 2004, were responsible in building a unique model of popular participation and a relative democratization of power in a period that is viewed as the climax of the neoliberal age. The present thesis aims to analyze the 1988 electoral process and the “Popular Administration” in its first year in Porto Alegre’s government, under the leadership of Olívio Dutra. That analysis is made by studying the representation made by the major Porto Alegre’s newspaper, Zero Hora – a part of RBS media conglomerate, of Olívio’s government. Studying both the primary source and an extensive bibliographical review, the thesis aims to comprehend how was the candidacy and government representation made by Zero Hora and how that representation was able to allow the paper to negotiate and to oppose the “Popular Administration” as well as to articulate the opposition as a whole in the administration’s first year. From the perspective of its research problem and its methodology, the present thesis situates itself in the intersection between media history and political history.

Key-words: Worker’s Party. Popular Administration. Representation. Political History.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Frase do Dia de Olívio Dutra. 9 de julho de 1988.....Página 61
- Figura 2 – Hiperinflação. 29 de junho de 1988.....Página 69
- Figura 3 - Fracasso do Novo Cruzado. 5 de junho de 1989.....Página 69
- Figura 4 - Impopularidade de Sarney e campanha municipal. 10 de Agosto de 1988.....Página 70
- Figura 5 - Multiplicidade de candidatos na eleição municipal de 1988. 8 de agosto de 1988.....Página 79
- Figura 6 - Ato de fechamento de campanha de Olívio com Lula. 11 de novembro de 1988.....Página 85
- Figura 7 - Charge do conflito ATP X PT. 13 de Fevereiro de 1989.....Página 109
- Figura 8 - Ônibus intervencionado com bigode de Olívio. 15 de Fevereiro de 1989.....Página 109
- Figura 9 - Olívio e Figueiredo. 15 de Fevereiro de 1989.....Página 110
- Figura 10 - Igreja e luta social no fim da década de 1980. 17 de Março de 1989.....Página 125
- Figura 11 - Olívio e Tarso na campanha de Lula. 5 de Outubro de 1989.....Página 127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ATP	Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre
CIEM	Centro Integrado de Ensino Médio
CP	Conselho Popular
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FEDERASUL	Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul
FRACAB	Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairros
MAS	Movimento ao Socialismo
OP	Orçamento Participativo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBS	Rede Brasil Sul
SIMPA	Sindicato dos Municípios de Porto Alegre
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. PT, ADMINISTRAÇÃO POPULAR E ZERO HORA NO FINAL DA DÉCADA DE 1980.....	28
1.1. PARTIDO DOS TRABALHADORES: DO SURGIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL A 1988.....	28
1.2. O CICLO DE ADMINISTRAÇÕES POPULARES EM PORTO ALEGRE (1989-2004).....	36
1.3. ZERO HORA: HISTÓRIA E RELAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO POPULAR.....	55
2. A REPRESENTAÇÃO DA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1988.....	65
2.1. O IMPACTO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO E POLÍTICO NACIONAL NA FORMA DE REPRESENTAR AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE EM 1988.....	66
2.2. A REPRESENTAÇÃO DA CONFORMAÇÃO DAS CHAPAS E A ATUAÇÃO DE ZERO HORA.....	73
2.3. O PROCESSO ELEITORAL DE 1988 EM ZERO HORA.....	78
2.4. A TRANSIÇÃO DE GOVERNO: PROCESSO POLÍTICO E INFLUÊNCIA MUDIÁTICA.....	90
3. A REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DO PRIMEIRO ANO DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRE.....	98
3.1. A MÍDIA EM MEIO AO CONFLITO POLÍTICO: A COBERTURA MUDIÁTICA DA INTERVENÇÃO NO TRANSPORTE PÚBLICO.....	99
3.2. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E MÍDIA: MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS E CONSELHOS POPULARES EM ZERO HORA.....	112
3.3. LIMITES DE UM GOVERNO POPULAR: CRISE FISCAL, FUNCIONALISMO PÚBLICO E DICOTOMIA ENTRE CRÍTICA DO GOVERNO E DEFESA DA AUSTERIDADE POR ZERO HORA.....	116
3.4. LULA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1989 E A ADMINISTRAÇÃO POPULAR.....	123
CONCLUSÃO.....	132
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	142

INTRODUÇÃO

O ciclo de administrações populares na cidade de Porto Alegre estende-se por dezesseis anos de governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores que, da vitória de Olívio Dutra em 1988 à derrota de Raul Pont em 2004, foram responsáveis por construir um modelo de participação popular *sui generis* e de relativa democratização dos espaços de poder em um período tido como o auge do neoliberalismo.

Todo esse ciclo de administrações foi marcado por limitações e pressões de diferentes atores políticos, dentre os quais a grande mídia foi um dos principais. Sendo Porto Alegre a sede do maior grupo de mídia da região sul do Brasil, o papel que tal grupo exerceu sobre a política municipal não pode ser desprezado. É nesse sentido que o presente trabalho se constrói, buscando analisar de que modo o Grupo RBS, através de seu principal veículo de mídia impressa – Zero Hora – representa a figura de Olívio Dutra e do Partido dos Trabalhadores durante o processo eleitoral de 1988 em Porto Alegre e posteriormente a forma como é representado seu governo nesse veículo de mídia até o final de 1989.

Para dar conta de compreender melhor como será feita tal análise, a introdução busca apresentar de maneira concisa as discussões sobre mídia e história e sua relação com o objeto de pesquisa. De igual maneira, busca apresentar qual o conceito de representação empregado nesse trabalho, posto que não se busca entender a realidade concreta da administração Olívio em seu primeiro ano e sim as formas como a representação do mesmo por Zero Hora influenciaram o processo político e a administração em si, no processo de conformação da realidade a partir da representação da mesma pela mídia, conforme abordado por Maria Helena Capelato¹.

A discussão sobre o uso da mídia impressa, em específico os jornais de grande circulação, para a pesquisa em história não é nova e já é tema de debate há algumas décadas. Até a década de 1970, havia forte resistência da historiografia brasileira em utilizar-se da mídia impressa nos projetos de pesquisa. Em *Teoria da História do Brasil*, livro de 1968, o historiador José Honório Rodrigues, ao se referir a imprensa como fonte para escrita da história, ao mesmo tempo que a reconhece como uma das “principais

¹ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

fontes de informação histórica”, contradiz-se, afirmando que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, sendo uma mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”². A busca do documento puro, imparcial, produzido preferencialmente por alguma forma de organização estatal, afastava os historiadores brasileiros e do resto do mundo de uma parcela extensa da documentação histórica que supostamente estaria suja de parcialidade e, portanto, seria pouco aproveitável.

O que marcava a pesquisa histórica era uma busca da “verdade” dos fatos, do qual a mídia, por seu caráter transitório, sua marca de classe e seu discurso parcial era impossível de atingir. Sobre a relegação do periódico como um documento de segunda classe e a preferência pelos documentos ditos puros pelos historiadores das décadas anteriores, Tânia de Luca afirma:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.³

No final da década de 1970 o cenário começa a mudar quando o jornal passa a ser objeto da pesquisa histórica. Através das pesquisas de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, a concepção da função do jornal dentro do campo da História sofre uma alteração visto que se toma essa fonte já não a tendo como um mero veículo de informações e repositório de conteúdo contaminado por parcialidade, mas sim como um sujeito histórico e político ativo na manipulação de interesses e que intervém na vida social de seu tempo histórico. É essa expansão da compreensão que todo o documento, não só a imprensa, precisa ser entendido criticamente que leva as historiadoras Heloísa Cruz e Maria Cunha Peixoto a afirmarem: “Nessas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar”⁴. Em outras palavras, o documento puro, imaculado de intenções outras que a informação, é uma invenção historiográfica de

² RODRIGUES *apud* DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 111-153. Página 116.

³ *Ibid.* Página 112.

⁴ FARIA CRUZ, Heloisa; CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, v.1, p.253-270, dez. 2007. Página 254.

quando esse campo dava os primeiros passos no seu processo de profissionalização, devendo ser superada pela leitura crítica de todos os documentos como produtos imbuídos de intencionalidade e de monumentalização⁵. É com essa nova visão do documento histórico no sentido amplo e da mídia impressa no particular que passamos a analisar dois conceitos importantes para o presente trabalho: a chamada operação midiográfica da historiadora Sônia Meneses e o conceito de simulacro da filósofa Marilena Chauí.

Pode-se entender operação midiográfica como a atuação da mídia tanto “na elaboração de acontecimentos emblemáticos como de um tipo específico de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos históricos”⁶. Ou seja, é uma operação compreendida de dois momentos diferentes e fundamentais: a escritura de eventos na cena pública e a inscrição memorável de acontecimentos na duração histórica. Portanto, através da narrativa midiática, que a historiadora chama de operação midiográfica, “passado, presente e futuro percorrem fluxos de significação que ajudam a fundar eventos emblemáticos contemporâneos, operando em uma linha de distensão que vai da escritura do acontecimento na cena pública à sua inscrição como referente de significação memorável no tempo.⁷”.

O conceito de operação midiográfica tem fundamental importância para pensar Zero Hora – assim como o tem para pensar boa parte dos veículos da grande imprensa – posto que ainda que em muitos casos, o jornal admita que a neutralidade absoluta é inatingível, o mesmo atribui a si mesmo legitimidade baseado no tripé informação correta, interpretação competente e pluralidade. Para o jornal, isso seria uma reprodução mais ou menos fiel da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade. Tal reprodução permitiria ao jornal colocar-se como mediador entre os eventos e a sociedade. Ao colocar-se como mediador entre eventos e sociedade, o jornal acaba atuando como produtor de verdades, na medida que esses eventos precisam ser publicados para serem aceitos como informação confiável pelo público. O poder da operação midiográfica estaria, portanto, no fato de que:

Mesmo antes de qualquer evento se apresentar na cena pública, já existem sistemas de conformação que os aguardam a fim de absorvê-los em

⁵ LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

⁶ MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, 11 jul. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Página 38.

⁷ Ibid. Página 39.

determinadas cadeias explicativas e, é assim, que funcionam as definições de acontecimento, verdade, pluralidade e objetividade.⁸

O conceito de Meneses tem concordância com o conceito de mídia trazido por Capelato, ao afirmar que “os meios de comunicação atuam como lugares de experiência, ao mesmo tempo, interpretam e reconfiguram tal experiência”⁹. Acreditando-os complementares uma vez que os meios dão sentido aos acontecimentos e conformam a realidade ao representá-los de determinada maneira, optou-se no presente trabalho por utilizar-se de ambos.

Um derradeiro conceito para analisar mídia e história antes de se abarcar a discussão sobre representação é o conceito de simulacro, trazido pela filósofa Marilena Chauí. A autora enxerga o neoliberalismo como responsável pela privatização do social e do político, o que por consequência acarreta no esfacelamento da opinião pública¹⁰, que entende como condição essencial para uma sociedade democrática. O neoliberalismo seria, portanto, o encolhimento do espaço público e a expansão do espaço privado. A produção do simulacro se daria a partir disso: “ao invés de relatar o que acontece, mais e mais acontecimentos se moldam desde sua produção para serem retratados pela mídia, sendo ela conformadora da realidade ao invés de transmissora dela”¹¹.

Vê-se uma grande complementariedade entre os conceitos de operação midiográfica, simulacro e conformação da realidade pelos meios trazidos pelas três autoras. Em comum, há uma crença compartilhada no grande poder de agência dos meios de comunicação na realidade política a partir do ato de representação dessa realidade em suas páginas. É compartilhando dessa crença que se parte para esmiuçar o que se entende por representação no presente trabalho.

O conceito de representação se faz necessário posto que, conforme abordado anteriormente, não se busca alcançar a realidade concreta da eleição e do primeiro ano da Administração Popular em Porto Alegre. O que se busca é compreender de que maneira a representação dos acontecimentos por parte de Zero Hora teve impacto dentro do processo político, tanto nos embates quanto nas mediações entre a administração e esse

⁸ Ibid. Página 61.

⁹ Ibid. Página 62.

¹⁰ O conceito de opinião pública é polêmico dentre os autores que trabalham mídia. Champagne e Bourdieu, conforme abordar-se-á posteriormente têm sérias ressalvas com o mesmo. Chauí, contudo, o define como: “a expressão no espaço público de uma reflexão coletiva sobre uma questão controversa ou concernente a um grupo amplo de pessoas, como uma classe social ou ao ‘povo’”. Cf: CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**: Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. Página 10.

¹¹ Ibid. Página 16.

veículo midiático. Para tanto, é importante tratar brevemente que conceito de representação se utiliza no trabalho e de que maneira se entende opinião pública a partir desse conceito. Esse diálogo é feito primordialmente a partir de três autores: Patrick Champagne, Roger Chartier e Pierre Bourdieu.

Patrick Champagne desenvolve seu conceito de representação na obra *Formar a opinião – o novo jogo político*¹². Para o autor, na medida em que as representações que os dominados têm de si mesmos têm sempre um pouco de influência da representação feita deles pelos dominadores, cabe-se perguntar quem tem autoridade para ser porta voz de um grupo no espaço político? E quem confere essa autoridade e a partir de que critérios? Para responder essas questões, o autor, assim como Meneses¹³ e Chauí¹⁴ afirma que são os jornalistas que, ao cobrirem um acontecimento, dão existência política ao mesmo¹⁵. Assim como Meneses¹⁶, Champagne também afirma que jornalistas falam a partir de suposta objetividade buscando assim se distinguir dos atores politicamente comprometidos. Têm, portanto, a pretensão de ocupar menos uma posição fora da política, mas sim uma posição acima da política, de mediação. Junto aos jornalistas e as vezes sendo a mesma pessoa, atuam cientistas políticos e comentaristas políticos. São agentes com pretensão científica que participam diretamente do jogo político embora se afirmem neutros e objetivos.

Portanto, para Champagne, não existe a opinião pública ou a opinião avaliada por sondagens de opinião, mas sim um novo espaço social dominado por jornalistas, cientistas políticos e comentaristas políticos, através dos quais é dada existência política autônoma a uma “opinião pública” fabricada por eles próprios. Na medida de sua influência, ao analisar essa “opinião pública” conseguem transformar profundamente a atividade política. Nesse diagnóstico final, está sua relação também com Maria Helena Capelato e sua tese de conformação da realidade pelos meios a partir da representação da mesma¹⁷. Sobre o caráter reacionário dos meios de comunicação ao colocarem-se enquanto mediadores entre administração pública e sociedade, Champagne afirma:

Há por parte do jornalismo político uma subvalorização da manifestação política ativa e mobilizadora e uma sobrevalorização do sufrágio universal e

¹² CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião – o novo jogo político**. Petrópolis, Vozes, 1998.

¹³ MENESES, Sônia. Op. cit.

¹⁴ CHAUI, Marilena. Op. cit.

¹⁵ CHAMPAGNE, Patrick. Op. cit.

¹⁶ MENESES, Sônia. Op. cit.

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit.

sobretudo da “opinião pública”, contudo a força de mobilização de um grupo social organizado e ativo ultrapassa e muito uma opinião estimulada, e muitas vezes induzida, por um questionário. [...] As sondagens de opinião tendem a minimizar o peso efetivo de minorias ativas e barulhentas, diluindo-as em ‘maiorias silenciosas’, ao mesmo tempo que produz um consenso mais aparente que real.¹⁸

Em suma, existe para Champagne, um efeito problemático da forma como é feita a representação pelos grandes veículos de mídia uma vez que há um esforço ativo de atuar no jogo político através da fabricação de uma opinião pública que existe em estado difuso mas que é instrumentalizada e representada pelos meios de comunicação como um fator político relevante que deve ser levado em conta pela administração pública e pelos demais atores políticos. O autor entende que por trás dessa assim chamada “opinião pública” se manifestam os interesses particulares dos grupos de mídia. Esse debate sobre representação e opinião pública nos leva a tratar sobre esses conceitos em Pierre Bourdieu, particularmente em *A opinião pública não existe* e em *A representação política: Elementos para uma teoria do campo político*.

Pierre Bourdieu tem, para o presente trabalho, a mais valiosa análise da relação entre grupos de mídia e opinião pública. Tendo o enfoque nas pesquisas de opinião, sua crítica pode ser generalizada para outros conteúdos da mídia impressa, dado que, para o autor, a tal opinião pública é condicionada já nas perguntas que são feitas ao público, supondo que “já exista previamente um consenso sobre os problemas sociais e as perguntas que merecem ser feitas”¹⁹. Em suma, ao defender que a opinião pública, tal qual é instrumentalizada pelos meios de comunicação para referendar suas posições de editoriais, escolhas de colunista e ênfase na escolha e da dimensão de suas reportagens, não existe previamente à sua criação pelo próprio meio de comunicação, Bourdieu afirma: “Opinião pública é um artefato que busca legitimar uma política e legitimar as relações de força que a tornam possível”²⁰. Conforme se verá posteriormente no trabalho, Zero Hora traz rotineiramente o suposto interesse da opinião pública como justificativa de suas críticas à determinadas políticas públicas da administração municipal bem como em sua defesa absoluta da austeridade nas finanças públicas.

Para além de esmiuçar a problemática com o conceito de opinião pública, Pierre Bourdieu se mostra de suma importância para explorar melhor o conceito de

¹⁸ CHAMPAGNE, Patrick. Op cit. Páginas 60-61.

¹⁹ BORDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: Michel Jean-Marie Thiollent (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982. p.137-151. Página 139.

²⁰ Ibid. Página 140.

representação utilizado no presente trabalho. Isso se dá a partir do seu conceito de campo para pensar as relações sociais, o qual define como: “estrutura de relações objetivas que pode explicar a forma concreta das interações”²¹. O autor entende que existe uma teoria geral da economia dos campos, a qual permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os conceitos e mecanismos mais gerais. Portanto, há um crescente esforço de autonomização de cada campo, que torna cada vez mais específico a ele mesmo a representação de um conceito mais geral. É com esse diagnóstico que o autor vai pensar o campo político.

Ao pensar esse campo através de conceitos como capital político, o autor demonstra que existe uma lógica própria a reger o campo político e que existe um esforço de diversos agentes a converter outros capitais para ingressar no campo político com o capital específico para influenciar esse campo. Bourdieu define capital político tal qual segue:

O capital político é uma forma de capital simbólico, um crédito, que alguém que está alijado do campo político concede a um partido ou indivíduo do campo para ser usado em seu proveito. Portanto, o homem político tem sua força nesse campo determinada pelo potencial de mobilização, ou seja, capital político, que ele ou sua organização tem acumulado.²²

Pode-se pensar na forma engajada e ativa politicamente de Zero Hora de representar os acontecimentos políticos da administração municipal como um esforço em converter capital midiático e capital econômico em capital político e garantir de alguma forma, através da negociação e do conflito com a administração, o atendimento de demandas.

Ainda que Pierre Bourdieu e Patrick Champagne tragam contribuições relevantes para o conceito de opinião pública e de representação, Roger Chartier traz sua cristalização. Faz-se necessário, antes de tratar especificamente a representação midiática, compreender como Chartier enxerga a representação no sentido amplo dentro das ciências sociais como um todo:

O conceito de representação é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam

²¹ BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Página 196.

²² Ibid. Página 194.

a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social.²³

Dessa maneira, o autor entende que – dentro de um contexto de crise das ciências sociais e da história – o conceito de representação, quando bem utilizado, é fundamental para superar a falsa clivagem existente entre abordagens estruturalistas e fenomenológicas posto que a representação se faz realidade. Ao pensar os méritos de uma história, nesse caso específico a história cultural, que trabalha com a representação o autor afirma:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo da sua identidade.²⁴

Sendo um dos mais influentes defensores do uso do conceito de representação, o autor também polemiza com historiadores que creem que o uso rotineiro do conceito afastaria a história da realidade concreta, para os quais a representação é ilusória e manipula o passado como ele realmente foi. É nessa polêmica que o autor vai trazer a melhor definição de representação e que, por estar em consonância com as autoras utilizadas para pensar história e mídia, é a definição utilizada pelo presente trabalho:

A representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente por meio de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido, quanto por seu ser. [...] As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica.²⁵

Com essa definição, pode-se entender que a representação não está, de forma alguma, distante do real ou apartada da história social. Interiorizadas ou objetivadas, as representações, por sua força, condicionam e modificam o real, sendo assim capazes de

²³ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011. Página 20.

²⁴ CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação. **Estudos Avançados** 11(5), p.173-191, 1991. Página 183.

²⁵ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Op. cit. Página 22.

conformar a realidade e os acontecimentos políticos, quando produzidas por veículos de grande mídia. Como bem define o autor: “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é.”²⁶. Para encadear o conceito de representação numa cronologia histórica tida como um período de apogeu do modo de produção e reprodução da existência social conhecido como neoliberalismo, que exige suas peculiaridades interpretativas, usou-se a obra *A Nova Razão do Mundo*²⁷, de Pierre Dardot e Christian Laval como chave interpretativa central.

Estando pacificados os conceitos chave com que se estrutura o trabalho e explicitado o que se entende por representação e por opinião pública, cabe agora entender seus objetivos: tem-se por objetivo compreender de que forma a representação de Zero Hora de um partido de esquerda, com um discurso classista e pontuais referências ao socialismo, busca mobilizar receios anticomunistas como o fim do regime democrático, a reforma urbana radical e as expropriações durante a campanha eleitoral e, consumada a vitória do Partido dos Trabalhadores, durante o primeiro ano do primeiro governo da Administração Popular. Complementando tal objetivo busca-se também compreender as potenciais aberturas de Zero Hora para negociar com tal governo, levando em conta o peso político que os veículos de rádio, televisão e mídia impressa do Grupo RBS têm na capital do estado.

Partindo da já mencionada tese de Maria Helena Capelato²⁸, de que a imprensa não se resume ao relato do que “verdadeiramente aconteceu”, conformando a realidade política, busca-se, analisar se a forma como a representação de Zero Hora do Partido dos Trabalhadores foi capaz de construir alianças contrárias ao mesmo. Alianças essas que, tomando por critério apenas as edições do jornal, o Grupo RBS pôde ou não ser capaz de aglutinar e mobilizar para fazer frente aos projetos da Administração Popular, tendo em conta a afirmação da autora de que “num país de frágil estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, em muitas circunstâncias, papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los”²⁹.

²⁶ Ibid. Página 23.

²⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁸ CAPELATO, Maria Helena. Op cit.

²⁹ Ibid. Página 37.

É importante considerar que, por se tratar de um trabalho que pretende ter como enfoque a forma de representação de um processo político por um grande veículo de mídia impressa, não cabe uma análise real dos objetivos do Partido dos Trabalhadores e da Administração Popular durante o governo de Olívio Dutra, visto que nesse caso: “mais importante do que a ‘realidade dos fatos’ é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram”³⁰.

O presente trabalho se justifica a partir da constatação de que há uma lacuna no entendimento de como foi interpretada a Administração Popular pelos agentes midiáticos majoritários, assim como a falta de estudos acerca da relação desses sucessivos governos com a imprensa como um todo. Essa constatação se fundamenta na ênfase dada aos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro nas pesquisas de história e mídia que visam entender a conformação do Brasil a partir da Constituinte, relegando às articulações políticas no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, a seus veículos de imprensa, usados como fonte, um caráter de história regional. Indo de encontro a essa visão, acreditamos que a eleição de Olívio Dutra em Porto Alegre teve impactos mais duradouros e profundos ao cenário político nacional que até mesmo a eleição de Luiza Erundina em São Paulo no mesmo ano, na medida em que foi responsável por inaugurar 16 anos de governos petistas que transformaram e trouxeram visibilidade à Porto Alegre em um momento de arrefecimento de alternativas de esquerda mundo a fora. Por essa razão acreditamos ser tão necessário aprofundar o entendimento de como o Grupo RBS mobilizou-se para articular a oposição e moderar o processo de mudança inaugurado em 1989. Nesse sentido, leva-se em conta que “a realidade social é uma realidade histórica que é modificada pelas representações sociais da realidade”³¹, e que a permanente representação social da realidade é a própria razão de ser dos veículos de imprensa.

Em relação ao tempo presente, essa pesquisa conforma parte de um esforço em historicizar o papel dos grandes veículos de imprensa como conformadores da realidade social, na medida em que são capazes de impor seus programas políticos em um país cujo sistema político é caracterizado por partidos frágeis³² e com pouca identidade programática. Da mesma maneira, busca contribuir com outras pesquisas ao historicizar

³⁰ Ibid. Página 22.

³¹ CHAMPAGNE, Patrick. Op. cit. Página 116.

³² BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

o perigo vermelho, tão atual, em um contexto de enfraquecimento do socialismo real e da alternativa terceiro-mundista.

Objetivamos estudar como o Grupo RBS, a partir de Zero Hora, interpretou a ascensão e a possibilidade real, por primeira vez, de uma candidatura do Partido dos Trabalhadores alcançar o Paço Municipal e a partir disso como construiu sua representação da candidatura de Olívio Dutra. Busca-se então analisar se a representação de Dutra como prefeito segue nos mesmos moldes de sua representação como candidato e se há, por parte do jornal, um arrefecimento nas críticas em momentos de moderação do governo ou uma oposição constante e permanente, não aberta ao diálogo com a Prefeitura.

Secundariamente, objetivamos poder elucidar se a posição de Zero Hora, seja ela a da negociação ou a de confronto, proporcionou alguma forma de comprometimento no discurso da administração municipal até o final de seu primeiro ano. Também de forma secundária, como, e se, a representação feita pelo jornal da candidatura e do governo Olívio foi capaz de originar movimentos da sociedade civil de oposição à administração que por sua vez foram reincorporados por Zero Hora em sua narrativa, confirmando a tese de que grandes veículos de imprensa ao representar a realidade são capazes de conformá-la.

Frente ao exposto, é possível construir um problema de pesquisa, levando em conta os previamente tratados: Como foi a representação da candidatura e do governo Olívio Dutra por Zero Hora e de que forma essa representação conseguiu negociar e se opor ao governo bem como articular o conjunto da oposição ao mesmo no seu primeiro ano de administração?

As hipóteses formuladas para responder a tal problema de pesquisa vão em consonância com os objetivos a serem atingidos. Em primeiro lugar, têm-se como hipótese que Zero Hora – enquanto meio de comunicação impresso do Grupo Rede Brasil Sul – fez oposição sistemática a todas as propostas formuladas pela Administração Popular em Porto Alegre. Como consequência disso, têm-se enquanto segunda hipótese de que Zero Hora teve papel relevante em articular grupos opositores à Olívio Dutra e ao Partido dos Trabalhadores já durante a eleição municipal de 1988 e de igual modo durante todo o primeiro ano da administração Olívio, em 1989. As duas últimas hipóteses têm ligação direta e envolvem as significativas mudanças que uma administração do Partido

dos Trabalhadores potencialmente trouxe ao cenário municipal. Nesse sentido, a terceira hipótese é que, por entender uma ampliação drástica da participação popular e um controle maior do orçamento por movimentos sociais e comunitários como um fator de instabilidade política, Zero Hora opôs-se veementemente aos Conselhos Populares, que posteriormente dariam origem ao Orçamento Participativo. Por fim, a quarta e última hipótese é a de que Zero Hora deliberadamente articulou a retórica do perigo vermelho, tratando o compromisso do Partido dos Trabalhadores ao socialismo como uma ameaça direta à democracia brasileira.

Expostas as hipóteses com que se partiu para a pesquisa de campo, cabe adentrar brevemente na cronologia escolhida. Dentre o vasto arco de temáticas acerca da relação entre Administração Popular e a mídia impressa hegemônica, optou-se por trabalhar a chegada do grupo político em torno da Frente Popular ao poder e o início de seu governo através do jornal mais representativo dessa mídia impressa. Posto que, durante as articulações políticas prévias à conformação de chapas, acredita-se que atores políticos como meios de comunicação tenham maior capacidade de influir no processo, optou-se por começar a análise a partir de 1º de junho de 1988, meses antes do efetivo pleito, ao invés de começar em meados de agosto, quando de fato as candidaturas já estão todas formadas e a campanha já está oficialmente em andamento. Como termo final da análise, optou-se por escolher o dia 31 de dezembro de 1989, posto que essa data completa o 1º ano dos dezesseis de governo da Administração Popular e o primeiro de quatro da prefeitura de Olívio Dutra. O término ao final de 1989 justifica-se a partir da inclusão de eventos relevantes como intervenção dos transportes públicos, o início do funcionamento dos Conselhos Populares e a eleição presidencial de 1989 na cronologia bem como sua anterioridade à inflexão positiva na popularidade do governo a partir do segundo trimestre de 1990.

Antes de dar por terminada a introdução, é importante mencionar a metodologia de análise bem como as fontes consultadas. A análise de mídia impressa de periodicidade diária, como o jornal, é em si uma tarefa extensa. Ainda que a análise fosse restrita a apenas alguma sessão do jornal, como o editorial, por exemplo, sucessivas edições teriam que ser analisadas para poder ser traçado um panorama amplo da relação de Zero Hora com a candidatura e a posterior administração bem como da forma como tal administração era representada. Contudo, a presente pesquisa, ainda que não tenha evidentemente analisado por completo todas as seções de todas as edições de Zero Hora do período,

buscou ir além da restrição característica de apenas uma seção do jornal, buscando conciliar um arco de sessões relevantes para a interpretação de como foi feita a representação. Em primeiro lugar, buscou-se analisar as manchetes, a seção política e o editorial. Em um segundo momento, num escopo menor, analisou-se também a seção de economia e os colunistas. A respeito dos colunistas, deu-se muito mais atenção às escolhas de a quem foi dado ou negado espaço do que necessariamente o conteúdo de suas colunas. A partir de 1989, quando Olívio assume enquanto prefeito, passa-se a dar maior atenção também a parte intitulada “Cidade” posto que muitas das críticas de Zero Hora à administração deslocam-se do caderno de política para os problemas mais cotidianos de uma metrópole como Porto Alegre. Concorda-se fundamentalmente com a afirmação de Tânia de Luca:

Jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores. [...] As redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação, estruturação e dinâmica deste.³³

Em outras palavras, entende-se que o jornal não é uma estrutura completamente homogênea e posto que é um empreendimento coletivo, indo além do editorial é possível apreender leituras e interpretações que contradigam a narrativa oficial acerca desse processo histórico³⁴. Por isso, acredita-se que a combinação da análise das manchetes, na medida em que trazem à tona o que o jornal considera o mais importante; dos editoriais, que trazem a posição do editor e dialogam diretamente com certo público alvo; da seção “Cidade”, onde são elencados os problemas do dia a dia bem como é narrado parte do conflito político; da seção de política, onde é possível ter uma construção narrativa mais minuciosa do Partido dos Trabalhadores, das intermediações entre a política nacional e a municipal e o impacto inevitável da primeira na segunda; e, por fim, da seção econômica, quando tocar explicitamente em políticas públicas municipais, bem como dos colunistas e sua escolha, é a forma mais eficiente e qualitativa de analisar a representação construída por Zero Hora.

³³ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2018. p. 111-153. Página 140.

³⁴ “Cabe esclarecer que quando nos referimos a jornalistas, nem sempre precisamos de quem se trata: jornalista é o dono do jornal e também os profissionais assalariados que trabalham para ele. A não diferenciação muitas vezes oculta os conflitos aí presentes.” In: CAPELATO, Maria Helena. Op. cit. Página 65.

Ainda tratando da metodologia de análise e sua relação com os capítulos, cabe alongar-se um pouco sobre como se estrutura o presente trabalho. Ele se desenvolve fundamentalmente em três eixos, que foram desenvolvidos em três capítulos.

O primeiro eixo busca tratar um pouco sobre a história da Administração Popular em Porto Alegre, do desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores a nível nacional e sobretudo no Rio Grande do Sul e em sua capital. De igual maneira, busca entender as origens de Zero Hora dentro do amplo quadro do Grupo RBS, explorando sua história, seu desenvolvimento, consolidação e as raízes de sua linha política tão bem sedimentada em dezenas de editoriais no período analisado.

O segundo eixo busca tratar de todo o processo político que levou Olívio Dutra ao Paço Municipal. Isso envolve tratar do impacto que o cenário econômico adverso e a crise política do governo Sarney tiveram sobre o pleito municipal. Envolve também tratar do processo de conformação de chapas, a discussão a respeito da amplitude que a Frente Popular teria e a disputa interna por protagonismo dentro dela, além de, é claro, falar da eleição em si. Por fim, cabe tratar da transição entre a Administração Collares e a Administração Popular e o esforço ou não de Zero Hora em influir no processo.

O terceiro e último eixo almeja abordar a representação do primeiro ano da Administração Popular em Porto Alegre a partir de grandes temas que mobilizaram o jornal e trouxeram um aumento da conflitividade política que foi constante durante todo o período de análise. São eles: a intervenção no transporte público, o processo de democratização política que levou ao Orçamento Participativo, a crise fiscal permanente da Prefeitura e o debate sobre a austeridade nas contas públicas e, por fim, a eleição presidencial de 1989 em Porto Alegre. Acredita-se que Zero Hora teve agência em sua representação em todas essas temáticas e que o papel desempenhado pelo jornal não tenha sido simplesmente narrar os acontecimentos.

O trabalho de campo necessário para a escrita do presente trabalho foi realizado entre outubro de 2022 e abril de 2023 na hemeroteca do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, onde foram analisadas mais de 570 edições do jornal Zero Hora. A amplitude da análise e a duração extensa do trabalho de campo – embora tenham trazido complexidades – permitiram o desenvolvimento das hipóteses trazidas e a resolução do problema de pesquisa, conforme será desenvolvido nos capítulos seguintes.

1. PT, Administração Popular e Zero Hora no final da década de 1980

O presente capítulo tem por objetivo fazer uma extensa revisão bibliográfica sobre o significado do ciclo de Administrações Populares em Porto Alegre. Para esse fim, foram consultados textos contemporâneos a essa experiência política como o livro de Gilson Lima *Uma aventura responsável: Novos desafios das administrações populares*³⁵, de 1993, bem como balanços escritos perto do fim dessa gestão como os capítulos concernentes à Porto Alegre de *Radicals in Power*³⁶ de Gianpaolo Baiocchi e textos posteriores, como as análises feitas por Lincoln Secco no seu livro de 2018, *História do PT*³⁷. Com essa diversidade de análises, busca-se entender as mudanças na compreensão do que foram as Administrações Populares em Porto Alegre, sua proposta original, as mudanças táticas e estratégicas da função dessa administração e os balanços do que foram os 16 anos de governo. Como o trabalho tem enfoque na eleição de 1988 e no primeiro ano da administração Olívio, buscar-se-á entender sobretudo o começo desse governo a partir da literatura. Tal análise será realizada buscando entender a estruturação do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul em consonância com a emergência da sociedade civil organizada durante a transição democrática.

Conforme mencionado na introdução, o presente trabalho busca entender as formas de representação e, por conta disso, também se faz necessário compreender o sujeito histórico responsável por fazer tal representação. Dessa maneira, o presente capítulo também buscará entender as origens do Grupo RBS e sobremaneira, de Zero Hora, situando o jornal dentro do contexto geral do jornalismo impresso gaúcho, almejando dar a dimensão do poder desse veículo de mídia em conseguir, através da representação, conformar a realidade.

1.1. Partido dos Trabalhadores: do surgimento no Rio Grande do Sul a 1988

O caminho para o surgimento do PT não se resume a milhares de operários em greve no ABC paulista por reposição salarial em 1978. Autores como Lincoln Secco avaliam que o PT se estrutura nacionalmente a partir de seis grupos diversos, ainda que por vezes ligados: efetivamente o novo sindicalismo atuante sobretudo no ABC paulista e com

³⁵ LIMA, Gilson; RECH, Hildemar. **Uma aventura responsável: Novos desafios das administrações populares**. Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzato, 1993.

³⁶ BAIOCCHI, Gianpaolo. **Radicals in power: the Worker's Party (PT) and experiments in urban democracy in Brazil**. London: Zed Books, 2003.

³⁷ SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

expressão relevante no Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, de Olívio Dutra e José Fortunati; o movimento popular católico estruturado nas cidades a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e no campo a partir da Pastoral da Terra, que viria ser posteriormente vital para o surgimento e para força do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul, a partir do qual surgiu a liderança de Adão Pretto; a esquerda do MDB, que efetivamente constituiu a primeira bancada do PT até a eleição de 1982; intelectuais universitários como Tarso Genro; organizações trotskistas como a Democracia Socialista de Raul Pont; por fim, remanescentes da luta armada.

É importante frisar que muitos desses grupos se cruzam e diversos quadros do PT gaúcho poderiam se encaixar em mais de um desses grupos originários. Exemplo disso é Olívio Dutra que ingressa na política a partir do movimento popular católico³⁸ e que ganha relevância local e nacional a partir de sua atuação como sindicalista dos bancários.

É importante frisar que, diferentemente do Partido Democrático Trabalhista, que na década de 1980 tinha forte presença no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e pouca expressividade nos demais colégios eleitorais³⁹, o Partido dos Trabalhadores desde seu início foi um partido efetivamente nacional. Dessa maneira, o peso de cada um desses seis grupos formadores variou radicalmente de um estado para outro: o forte peso do novo sindicalismo dentro do Partido em São Paulo contrastava com o peso que os remanescentes da luta armada e da esquerda do MDB tinham dentro do mesmo no Rio de Janeiro que por sua vez não tinha grande equivalência na prevalência de ecologistas ligados à Igreja Católica que foram o embrião do Partido no estado do Acre.

Dentro do Rio Grande do Sul, havia no Partido dos Trabalhadores uma grande diferença de composição social entre a capital Porto Alegre e o interior do estado. Na primeira, os grupos que prevaleciam eram sobretudo os sindicalistas, em especial os do Sindicato dos Bancários, os intelectuais como o professor de direito e advogado trabalhista Tarso Genro e o jornalista e professor de comunicação Antônio Hohlfeldt, remanescentes da luta armada como Flávio Koutzii e membros de organizações trotskistas relativamente fortes como a Democracia Socialista de Raul Pont e a

³⁸ “Olívio Dutra, fundador do PT e futuro governador do Rio Grande do Sul, começou na política por influência dos padres da pequena cidade do interior onde vivia” In: ROCHA DE BARROS, Celso. **PT: uma história**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022. Página 13.

³⁹ Ibid. Página 155.

Convergência Socialista de José Alvarenga. No interior do Rio Grande do Sul, prevalecia sobremaneira a influência da Pastoral da Terra sobre os dezenas de milhares de camponeses deixados sem-terra pelo processo de concentração fundiária⁴⁰. Foi a partir desse grupo, nas chamadas Romarias da Terra, que surgiram as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Rio Grande do Sul, cuja mais importante é Adão Preto.

Antes de adentrar mais na história do PT gaúcho, é importante entender o contexto do surgimento do partido e posteriormente da disputa eleitoral de 1988: o longo processo de abertura política e deterioração econômica do final da década de 1970 e que se estende por toda a década de 1980. O historiador Jorge Ferreira entende o processo de abertura política da ditadura empresarial-militar brasileira como um processo de longa duração e que se inicia em 1973 com a derrota dos resquícios da luta armada e o disciplinamento da ala mais crítica do MDB. Ainda que a violência política e o terrorismo de estado tenham se estendido até o início da década de 1980, a partir de 1973, com a vitória do projeto de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva sobre a linha-dura do regime que havia prevalecido nos anos anteriores, estão postas as condições para um processo contínuo de abertura. O disciplinamento da esquerda com o extermínio físico e a fragorosa derrota do MDB em 1970, bem como a segurança política que o chamado milagre econômico proporcionava à ditadura conformavam um plano de abertura elaborado para ser feito num momento de crescimento econômico e expectativas ascendentes. O colapso do modelo macroeconômico desenvolvimentista da ditadura a partir da segunda metade da década de 1970 fez com que o processo se acelerasse e que a cúpula do regime perdesse o controle sobre o mesmo⁴¹. A partir dos últimos anos da década de 1970, a abertura é marcada pela conflitividade e pela crise econômica, elementos chave da luta política. É nesse momento que os grupos anteriormente citados se articulam para formar o Partido dos Trabalhadores. Conforme enfatiza Lincoln Secco:

No ABC, a grande indústria automobilística se concentrou, assumindo a vanguarda produtiva e tecnológica do Brasil: nos anos setenta, a indústria automotiva liderou a acumulação de capital, com taxas anuais de crescimento

⁴⁰ Sobre o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores no campo, Lincoln Secco afirma: “Onde não havia indústria de ponta, os trabalhadores rurais, muitas vezes ligados à religiosos progressistas formaram a base do PT.” In: SECCO, Lincoln. Op. cit. Página 47.

⁴¹ FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano vol.5: Da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

acima de 30%. [...] O novo protesto sindical saía das entranhas do desenvolvimento econômico da ditadura.⁴²

Benedito Tadeu Cesar, em sua obra *PT – A contemporaneidade possível* entende que muitas das características que vieram a marcar o Partido dos Trabalhadores foram fruto do momento histórico da longa transição, que teve que ser pautada muitas vezes pela base uma vez que a transição pelo alto tendia a se arrastar por mais tempo do que os movimentos sociais estavam dispostos a tolerar:

A postura autonomista e antiinstitucional, característica dos novos movimentos sociais, assumia, no Brasil, um caráter de luta aberta contra o Estado autoritário. Não se tratava de desconstruir o Estado mas, antes, de se contrapor ao Estado de mal-estar existente e de edificar um Estado democrático que nunca fora construído. [...] O PT nasceu, assim, quase que como o coroamento do processo de (re)ativação da participação popular, no espaço da sociedade civil, vivido no país durante a década de 70. [...] Pela esquerda e o centro, ele foi visto como um “divisor das oposições” que, segundo concebiam, deveriam manter-se unidas num único partido. Para a direita, aparecia, entretanto, em virtude da postura autonomista e antiinstitucional que adotava, como séria ameaça às pretensões do governo de controle sobre a sociedade civil.⁴³

O autor enxerga, portanto, essa configuração como a resolução do dilema de “consolidar-se e ter crescimento político e eleitoral concomitante ao esfacelamento do socialismo real e ao enfraquecimento ideológico da socialdemocracia europeia”⁴⁴. Na mesma linha, para Celso Rocha de Barros, o PT se construiu juntamente com uma série de movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado, o Movimento Custo de Vida, as Comunidades Eclesiais de Base e uma série de outras instituições que formavam o germe da sociedade civil organizada que começava a prosperar no processo de abertura da ditadura empresarial-militar⁴⁵. Para o autor, “essa ideia de um partido como uma ‘confederação de movimentos’ muito ‘antiburocrática’ está na origem do que seria o Partido dos Trabalhadores”⁴⁶. A repressão mais branda ao Partido em comparação a atitude do regime frente aos dois partidos comunistas – o que permitiu canais de articulação ao PT que estavam fechados aos comunistas⁴⁷ - pode ser explicado por uma recusa da direção petista – mesmo composta em parte por dissidentes dos Partidos Comunistas e por ex-integrantes da luta armada – em se declarar abertamente comunista

⁴² SECCO, Lincoln. Op. cit. Página 37.

⁴³ TADEU CESAR, Benedito. **PT – A contemporaneidade possível: Base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002. Página 51.

⁴⁴ Ibid. Página 31.

⁴⁵ ROCHA DE BARROS, Celso. Op. cit. Página 32.

⁴⁶ Ibid. Página 32.

⁴⁷ MAZZEO, Antonio Calos. **Sinfonia inacabada: A política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ou buscar relações internacionais com partidos e instituições do socialismo real. A forte ligação com a Igreja Católica também resguardou o partido da repressão mais dura no primeiro momento. Contudo, a tolerância da ditadura empresarial-militar durou pouco:

O novo sindicalismo parecia conveniente como promessa de um sindicalismo não comunista, mas não adiantava não ser ‘ideológico’ se a disposição grevista era ainda maior do que a dos comunistas. E ao longo das lutas, os sindicatos se aproximaram de quem os apoiava, com quem sempre tiveram ao menos alguma afinidade: os políticos do MBD, a Igreja e a esquerda clandestina. Em resumo, a castidade ideológica do grupo de Lula nunca foi lá muito convicta e foi sendo abandonada conforme deixava de ser uma posição eficaz contra a repressão.⁴⁸

Da castidade ideológica, o grupo em torno dos sindicalistas do ABC que se articulava enquanto partido político ia cada vez mais para a combatividade aberta contra o regime militar a partir de um processo de forte democracia pela base, em oposição aos demais grupos que davam andamento a transição democrática pelo alto:

Mesmo que os sindicalistas não concordassem com todos os projetos de longo prazo das organizações marxistas, seus interesses convergiam perfeitamente no curto prazo: ambos queriam ser mais combativos que o sindicalismo oficial (inclusive o comunista) e queriam que a liderança do processo continuasse na base.⁴⁹

A década de 1980 marca dentro da esquerda brasileira, quando olhado a partir da longa duração, um processo de consolidação partidária em torno do PT. Sobre a incapacidade do PCB de se afirmar como grande partido da esquerda como havia feito até o golpe de 1964, Lincoln Secco afirma:

O que efetivamente separava comunistas e petistas era muito mais a leitura da conjuntura política e o vínculo internacional do que o sindicalismo. [...] No entanto, enquanto o PCB fenecia ao não compreender a exigência de radicalismo de um setor decisivo da classe operária, o PT representou uma ruptura com aquela velha esquerda.⁵⁰

Apesar de ser um partido verdadeiramente nacional, diferente por isso do PDT, “a diversidade regional e social brasileira criou inúmeros PTs diferentes”⁵¹. Autores estrangeiros como Gianpaolo Baiocchi, quando buscam caracterizar o PT, apontam essa grande diversidade regional como algo saliente:

Como um partido nacional, o PT se estruturava a partir de várias complexas bases de apoio e sua composição ilustra a face da nova esquerda social. Desde seu começo nos parques industriais de São Paulo em 1978 e 1979, o PT sempre manteve uma notável composição heterogênea, com uma “linha partidária” muito pouco definida e que continuou a evoluir. [...] Seu quadro de militantes

⁴⁸ ROCHA DE BARROS, Celso. Op. cit. Página 49.

⁴⁹ Ibid. Página 48.

⁵⁰ SECCO, Lincoln. Op. cit. Página 73.

⁵¹ Ibid. Página 33.

forma um arco-íris ideológico, parcialmente composto de um número de tendências ativas e frações que se organizam ao redor de estratégias e posições específicas. O partido também consiste de uma variedade de eleitorados regionais e de movimentos sociais que se aliam ao PT, muito além de seu núcleo duro na classe operária industrial.⁵²

Na primeira eleição que disputou, em 1982, o Partido ainda em estruturação, com disputas internas e sem um bloco dirigente claro teve resultados muito abaixo do esperado. Lincoln Secco analisa isso, para além das disputas fratricidas dentro do Partido e da grande diversidade regional como um problema de foco eleitoral. O Partido dos Trabalhadores se apresentava, nos maiores colégios eleitorais, como um partido estritamente da classe operária organizada. Isso fez com que, no maior colégio eleitoral do país, São Paulo, 51% dos seus eleitores fossem trabalhadores do setor industrial⁵³. Já Celso Rocha de Barros atribui a derrota em 1982 a outras causas:

Havia a falta de estrutura partidária, um problema evidente na concorrência com máquinas mais bem estabelecidas. No entanto, a principal dificuldade foi o ‘voto vinculado’. As regras eleitorais daquele ano obrigavam o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa. Como a prioridade era derrotar a ditadura, os votos oposicionistas foram para o PMDB, que conduziu a luta pela democratização por quinze anos. A eleição de 1982 deixou claro que o PT, embora já despertasse simpatia em alguns setores, não desempenharia papel decisivo nas negociações de cúpula que resultaram na transição democrática. A democratização pelo alto seria conduzida pelo PMDB, e do outro lado da mesa estariam os dissidentes do regime militar, reunidos na Frente Liberal.⁵⁴

Seja a causa o voto vinculado, as disputas internas, o protagonismo do PMDB, a falta de estrutura partidária ou o enfoque excessivo na classe operária industrial, a direção partidária fez um balanço crítico desse processo e, no próximo grande ciclo eleitoral o Partido dos Trabalhadores teve enormes avanços em todas essas questões, obtendo assim resultados muito diferentes. O ciclo mencionado é, obviamente, as eleições municipais de 1988. Contudo, antes de entrar a fundo nesse processo eleitoral e passar a analisar o ciclo de administrações populares em Porto Alegre, cabe dar uma maior ênfase às mudanças vividas pelo Partido em meados da década de 1980, mudanças essas que seriam vitais para o sucesso das administrações petistas na capital do Rio Grande do Sul.

Depois da eleição de 1982, o PT vê as bases para se forjar enquanto um grande partido trabalhista como foram os partidos da socialdemocracia europeia. Como bem afirma Celso Rocha de Barros:

⁵² BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit. Tradução própria. Página 2.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ ROCHA DE BARROS, Celso. Op. cit. Página 72.

O partido não tinha dinheiro nenhum, não governava uma única cidade e tinha pouquíssimos parlamentares. Sua estrutura era precaríssima. A recessão profunda do começo dos anos 1980 desmobilizou os sindicatos, que perderam poder de barganha. Ao longo da década, o papa João Paulo II colocou sérios limites à atuação do catolicismo progressista. [...] O PT tinha tudo para dar errado. Se a transição democrática tivesse sido tranquila, ele teria desaparecido. O futuro da esquerda na transição parecia estar com Brizola, em algo que surgisse do PMDB ou até a queda do Muro de Berlim, com o PCB.⁵⁵

Além das questões partidárias internas, a própria sociedade que tinha tornado possíveis projetos partidários socialdemocratas sólidos estava ruindo, antes mesmo de amadurecer, no Brasil com o colapso do modelo desenvolvimentista de substituição de importações que havia impulsionado o crescimento econômico nas últimas cinco décadas:

A ofensiva mundial do capital, deflagrada principalmente durante as duas últimas décadas do século XX, conseguiu reverter o processo de redefinição da relação capital/trabalho, até então tendencialmente favorável aos trabalhadores. Diante da crise econômica iniciada no final dos anos 60, agravada nos 70 e estendida até 1983, caracterizada pela queda da produtividade e da lucratividade e, ainda, pelo crescimento constante do déficit público, o capital, na busca de proteção ao processo de acumulação, com a redução dos custos empresariais, passou a se empenhar na eliminação das regulações governamentais e na defesa de um mercado autorregulado. Visando à implantação de um novo paradigma econômico e, quiçá, de um novo projeto societário, agora sob sua hegemonia plena, o capital tem se lançado, com dedicação crescente, a um esforço de desmantelamento da sociabilidade socialdemocrata.⁵⁶

Foi devido à turbulenta transição democrática brasileira e a um profundo processo de se repensar politicamente que o PT pôde garantir um lugar de protagonismo no ciclo de eleições de 1988 e 1989.

A incapacidade do Partido de se pensar enquanto governo no início da década ficou evidente com a vitória em Diadema, no ABC paulista, já em 1982. A divisão clara entre o “PT no governo” e o “PT na mobilização social” persistiu durante todo o mandato e mesmo com algumas vitórias pontuais, marcou de forma profundamente negativa a primeira administração petista. Sobre esse processo, que viria a se repetir parcialmente com a vitória em Fortaleza, em 1985, Celso Rocha de Barros afirma:

Em Diadema, os esforços para instituir a participação popular esbarraram em um obstáculo sério, que se repetiria em outros lugares governados pelo PT: não havia uma tradição forte de mobilização social anterior à vitória do partido. [...] Ficou evidente que o partido ainda não tinha ideias claras sobre a relação adequada com seus representantes eleitos, não tinha propostas de políticas públicas bem detalhadas, não havia elaborado um modelo para a participação popular e, sobretudo, ainda não tinha solucionado a questão de suas divisões internas.⁵⁷

⁵⁵ Ibid. Página 68.

⁵⁶ TADEU CÉSAR, Benedito. Op. cit. Página 44.

⁵⁷ ROCHA DE BARROS, Celso. Op. Cit. Página 79.

As divisões internas que marcariam o PT negativamente durante toda a década de 1980 se explicam majoritariamente por dois fatores: a ideia inicial do Partido dos Trabalhadores de ser uma espécie de confederação de movimentos sociais de oposição à ditadura e a grande entrada de ex-integrantes da luta armada – muitas vezes ainda dentro de suas organizações – e de organizações trotskistas dentro do PT. Sobre o que chama de “duas camisas” e das vantagens das organizações bem estruturadas, ainda que pouco numerosas, dentro do PT, Celso Rocha de Barros afirma:

Ao contrário dos grandes partidos de esquerda do mundo desenvolvido, o PT foi criado já no momento em que o marxismo ortodoxo estava em crise. [...] As várias organizações marxistas que aderiram ao PT tinham graus variados de compromisso com a nova legenda. A questão que dividia as organizações marxistas era: O PT era ‘tático’ ou ‘estratégico’? As consequências das ‘duas camisas’, o uso da organização marxista por baixo do PT eram muito sérias para o partido. [...] Na desorganização dos primeiros anos do PT, quem tinha sua própria estrutura paralela saía em vantagem. As tendências eram bastante minoritárias, mas sua capacidade de organização lhes dava influência desproporcional a seu tamanho. Os movimentos sociais, os sindicatos e os católicos que haviam formado o PT para garantir sua autonomia diante do Estado e dos partidos tradicionais sentiam que estavam perdendo o controle do partido que haviam fundado.⁵⁸

Tanto Lincoln Secco quanto Celso Rocha de Barros vão enxergar no V Encontro Nacional do PT, em 1987, um ponto de inflexão que permitiria, juntamente a outros fatores como a atuação do PT na Constituinte, grandes vitórias do partido em 1988 e a chegada ao segundo turno de 1989. Esse ponto de inflexão é o surgimento da Articulação. Esse grupo, que vinha sendo organizado a partir das experiências e dos erros cometidos nas gestões de Diadema e Fortaleza se considerava paradoxalmente uma tendência que era ao mesmo tempo uma antitendência. Buscava agrupar todos os petistas que entendiam o PT como um partido estratégico e não uma frente tática. O que prevalecia dentro da Articulação não era necessariamente um programa claro – por sinal, sempre se evitou defini-lo com precisão – e sim o esforço de unir o partido e isolar as tendências de vanguarda. Apesar de ter sido lida como “o ponto de partida para a moderação do PT⁵⁹”, aderiram a ela diversos grupos por motivos variados. Desde sindicalistas que buscavam afirmar de vez a identidade social democrata do partido a marxistas que acreditavam que apenas um PT forte poderia construir a transição ao socialismo. Para Celso Rocha de Barros, “a constituição da Articulação favoreceu a evolução do PT para a socialdemocracia porque consolidou a influência de Lula e do setor sindical da

⁵⁸ Ibid. Página 95.

⁵⁹ Ibid. Página 110.

legenda⁶⁰”. Lincoln Secco tem um balanço similar sobre a inflexão no PT a partir da vitória da Articulação no V Encontro, em 1987:

Essa vitória leva a um isolamento e a um enfraquecimento das tendências mais à esquerda, que usavam o PT taticamente e tinham organização própria dentro dele. A hegemonia da Articulação fazia com que seu caráter de tendência fosse sobrepujado pelo de agregado de todos aqueles que desejavam um PT unido e sem tendências. [...] Esse esforço para enquadrar as tendências e centralizar o partido provocou as primeiras cisões sérias das tendências de esquerda.⁶¹

De fato, após o V Encontro, a esquerda petista, dispersa em numerosas organizações leninistas ou trotskistas, se viu sob um dilema: ou se fundir no PT ainda que preservando a oposição a Articulação ou se ver cada vez mais apartada dos espaços decisórios dentro do partido. O Partido Revolucionário Comunista, de Tarso Genro, escolheu o primeiro caminho e já em 1989 se transformava na Nova Esquerda, corrente cada vez mais moderada que eventualmente viria a compor o Campo Majoritário – moderado – dentro do PT junto à Articulação. A Convergência Socialista, do vereador José Alvarenga, escolheria o caminho de confronto aberto com a direção partidária e de oposição às administrações do próprio partido, sendo expulsa em 1992 e pouco tempo depois formando, juntamente a outros grupos menores, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado em 1994.

É um PT atuante na Constituinte, com um histórico de lutas na transição democrática, mais bem estruturado e pela primeira vez realmente unificado o que vai disputar a eleição municipal de 1988 e conseguir resultados tão diferentes de 1982. A própria chapa em Porto Alegre de um sindicalista cristão da Articulação com um intelectual, comunista reformado e em rápido processo de moderação do PRC, reflete esse processo de unificação e moderação que não se restringiu ao PT gaúcho. O resultado disso em Porto Alegre seriam 16 anos de administração ininterrupta e uma referência na gestão pública, o chamado “modo petista de governar”, a ser abordado no próximo subcapítulo.

1.2. O ciclo de administrações populares em Porto Alegre (1989-2004)

Por mais que tenha sido superdimensionado pela oposição e muitas vezes colocado como causa única de sua vitória para deslegitimar seu mandato, o impacto do voto de protesto contra o governo Sarney nas candidaturas do PT em 1988 não pode ser de forma alguma menosprezado. Mesmo com um partido mais unificado e estruturado, o salto de

⁶⁰ Ibid. Página 110.

⁶¹ SECCO, Lincoln. Op. cit. Página 124.

apenas dois prefeitos eleitos em 1982 para 36 prefeitos, sendo três deles em capitais, apenas seis anos depois dificilmente pode ser explicado unicamente por questões internas. Uma transição democrática que parecia não ter fim, complicada pelo colapso econômico pareceram dar razão ao mais vocal crítico da transição pelo alto:

Se o início da década de 1980 havia sido definido por uma crise econômica que causou desmobilização sindical, o final seria marcado por uma mobilização intensa e acelerada. Três fatores ajudam a explicar o fenômeno: a redemocratização, que liberou a demanda reprimida por direitos; a retomada do crescimento econômico, que devolveu algum poder de barganha aos empregados; e a disparada da inflação, que corroía o valor dos salários e exigia que os trabalhadores corressem desesperadamente atrás de novos aumentos salariais. Esse novo clima fortaleceu o sindicalismo mais combativo e deu impulso a consolidação da CUT e do PT.⁶²

Apesar de marcar o começo de um ciclo de dezesseis anos, a chegada de Olívio Dutra e os demais prefeitos petistas eleitos pelo país ao poder foi desde o começo marcada por forte pressão e expectativas elevadas, muito em decorrência de parte expressiva de seu voto ter sido voto de protesto contra o governo Sarney: “Administrações de esquerda muitas vezes chegam ao poder como resultado de um voto de protesto contra o status quo, levando o público a ter expectativas altas e muitas vezes irrealistas do que pode ser feito num curto ciclo de governo”⁶³. Para autores como Gianpaolo Baiocchi, as prefeituras do PT tinham quatro desafios ambiciosos ao assumirem os governos municipais em 1989: ampliar a participação popular, construir um governo transparente, democratizar o Estado e criar uma nova cultura política. Essas metas vêm diretamente de uma visão muito positiva da participação política, advinda dos movimentos sociais que ajudaram a construir o PT e apresentaram enormes desafios para sua resolução, conforme será visto nos capítulos seguintes. De acordo com Baiocchi:

Muitas das formas organizativas que os movimentos sociais construíram quando oposição à governos existentes não eram necessariamente adequadas para administrar a máquina pública. O PT era profundamente enraizado em organizações da sociedade civil já existentes, muitas das quais eram contra instituições tradicionais, mas também contra o próprio Estado. As experiências de aprendizado das primeiras administrações mostraram que encontrar soluções políticas à esse problema ia ser tão ou mais importante quanto formular e implementar boas políticas públicas.⁶⁴

Conforme começaria a ser constatado em Porto Alegre já em 1989 – ao ser percebido pela administração que muitas organizações comunitárias estavam cooptadas pelo PDT – os programas bem-sucedidos do PT foram aqueles que contaram com ampla

⁶² ROCHA DE BARROS, Celso. Op. cit. Página 140.

⁶³ BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit. Tradução própria. Página 4.

⁶⁴ Ibid. Tradução própria. Página 16.

participação popular para além de movimentos sociais organizados, sindicatos e associações de bairro estabelecidas. O sucesso das administrações populares se deu em parte a partir da superação da divisão entre partido no poder e partido nos movimentos sociais, que dificultaram o sucesso das administrações de Fortaleza e Diadema e também por uma reformulação teórica do projeto político petista na virada da década de 1980 e 1990. Conforme afirma Gilson Lima⁶⁵ – membro de segundo escalão na administração Olívio:

No PT gaúcho, falar em políticas públicas ou em estratégias de políticas públicas era considerado um desvio socialdemocrata, reformista etc. Se tinha uma ideia de revolução com data marcada e, portanto, a Administração Popular entrava num processo de acumulação de forças para isso. Dentro desse cenário era difícil se fazer qualquer tipo de debate sobre políticas públicas. [...]Tinha-se uma visão muito ideologizada da participação popular, que afirmava a sua necessidade mas a partir de uma compreensão doutrinária, com discussões propondo Conselhos Populares.⁶⁶

A medida que entrava na década de 1990, o PT em Porto Alegre – fruto da força política de grupos moderados como a Articulação e a Nova Esquerda sobre grupos mais radicais como a Democracia Socialista e a Convergência Socialista - passou de uma concepção de utilização das administrações populares como instrumentos de acumulo de força para o processo revolucionário⁶⁷ para uma estratégia que passou a ser conhecida como *hegemonia no conflito*. Gilson Lima define essa estratégia e o papel do PT nela como:

Entendimento democrático entre diferentes classes, grupos e atores sociais organizados diante de um ou vários projetos que proponham a superação de determinadas contradições sociais e políticas numa perspectiva de conflito limitado e não finalístico perante os interesses envolvidos em diferentes cenários de disputa. [...] Nesta perspectiva, as gestões democráticas municipais devem iniciar um longo trajeto de construção de uma nova esfera pública ampliada que recupere os organismos políticos coletivos. [...] A esquerda democrática deve assumir um projeto de democracia ampliada que reconheça a pluralidade de grupos e a conflitividade no social como algo permanente e legítimo. [...] A política, portanto, não pode ser concretizada expressivamente apenas a nível das esferas representativas puras, independentemente das suas formas de expressão autônoma e direta na esfera social. A representação, assim como a participação política direta, deve envolver a possibilidade da interferência deliberativa do conjunto dos cidadãos sobre a obtenção e o destino dos recursos públicos e sobre a dinâmica material da esfera econômico-

⁶⁵ Criador e coordenador do Programa de Regularização Fundiária da Administração Popular na gestão Olívio Dutra.

⁶⁶ LIMA, Gilson & RECH, Hildemar. Op. cit. Página 47.

⁶⁷ Sobre a mudança de concepção da transição socialista, Gilson Lima afirma: “Nesse sentido, a proposta socialista não pode se reduzir a uma estratégia de assalto ao poder do Estado para, através dele, decretar uma série de atos expropriatórios, mas ela deverá ser fruto de combinações de lutas horizontais pela conquista da democracia nos domínios da vida civil cotidiana, econômica, social e cultural da população em geral e fundamentalmente das classes trabalhadoras.” In: LIMA, Gilson & RECH, Hildemar. Op. cit.

social, para que nesta última seja constantemente instaurada a necessária gestão social da esfera pública.⁶⁸

Vê-se, portanto, já no início da década de 1990, uma visão menos idealizada de participação política e menos dogmática sobre os órgãos a partir da qual essa participação se desenvolveria. Esses dois fatores são vitais para o sucesso do Orçamento Participativo e mais amplamente da Administração Popular como um todo. Contudo, antes de entender as causas do sucesso da Administração Popular em Porto Alegre, é necessário entender a forma como a política se estruturava na capital do Rio Grande do Sul até então e os desafios enfrentados pela primeira administração desse ciclo já em 1989.

Pensando no poder político brasileiro a nível municipal, autoras como Rebecca Abers enxergam uma grande contradição no processo de redemocratização e no financiamento dos municípios proposto pela Constituinte. Isso porque se de um lado a redemocratização no Brasil significou um reempoderamento das elites locais na medida em que a descentralização garantiu um maior montante de recursos para estados e sobretudo municípios do que na época ditatorial, por outro lado esse forte crescimento das receitas municipais permitiu administrações dispostas a mudar a lógica de gestão pública até então em vigor um espaço orçamentário que viabilizou como nunca antes a participação popular e o alargamento do horizonte de possibilidades a partir das políticas públicas no âmbito municipal. Como bem afirma a autora:

A força das elites tradicionais nas negociações ajuda a explicar porque a nova constituição deu ainda mais poder para estados e municípios. Houve, no entanto, pouca disputa sobre o assunto. A elite dominante tradicional desejava impulsionar suas redes clientelistas canalizando mais recursos para suas bases locais. Mas a descentralização era também largamente apoiada por grupos que tinham se oposto ao regime autoritário. Centralização era associada com ditadura e autonomia local era associada com maiores possibilidades fiscais dos governos entregarem o que era demandado por associações civis e movimentos sociais.⁶⁹

Esse novo pacto federativo proposto pela Constituinte de 1988 alterou fundamentalmente como os movimentos sociais enxergavam o Estado, tão marcado por sua faceta repressiva durante as mais de duas décadas de ditadura empresarial-militar. Não apenas o Estado passou a ter certa autonomia para agir de maneiras que contradiziam o interesse de grupos sociais dominantes, mas também passou a ter a capacidade de promover a organização e o fortalecimento das classes subalternas como forma de

⁶⁸ Ibid. Páginas 28 e 29.

⁶⁹ ABERS, Rebecca. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000. Tradução própria. Página 27.

assegurar apoio de longo prazo para suas reformas. Com isso, a visão de Engels de que o Estado moderno nada mais é que um comitê que administra os problemas da classe burguesa⁷⁰ foi dando espaço a uma visão do mesmo como espaço em disputa pelo orçamento público, sobretudo no nível municipal, onde a atuação política conseguia ter impacto mais direto. Sobre esse novo pacto federativo, a autora afirma:

O novo federalismo restaurava para as oligarquias políticas os recursos com os quais dar sustentação à sua máquina política. Entretanto, descentralização fiscal também tinha importantes implicações para forças políticas não tradicionais, dado que providenciava suporte financeiro para a inovação política.⁷¹

Essa capacidade orçamentária própria ao executivo foi vital durante os governos da Administração Popular para desmontar ou enfraquecer as formas clientelistas de organização comunitária e de bairro em Porto Alegre, que se faziam presentes há décadas na cidade e que eram as principais responsáveis por mediar a relação do poder executivo com diversas regiões da cidade.

A história dos movimentos associativos de bairro em Porto Alegre data muito antes da Administração Popular e, ainda que quando Olívio Dutra tenha assumido muitos fossem ligados ao PDT, precede também em várias décadas a administração de Alceu Collares. Autoras como Abers tendem a enxergar os primeiros movimentos associativos ainda na década de 1930, mas a relação entre movimentos de bairro e movimento operário data ainda de muito antes, conforme demonstrado por Benito Schmidt⁷². Contudo, tais movimentos vão conseguir uma capacidade organizativa e de mobilização relevante apenas no fim da década de 1950, momento onde se agudiza a luta popular no Rio Grande do Sul, com a fundação da Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairro, a FRACAB. Fundada pelo PTB, sua principal função era coordenar as relações clientelistas das associações de bairro e as lideranças do trabalhismo gaúcho, então no poder. Apesar de sua origem trabalhista, a instituição – em decorrência de seu forte vínculo ao governo de turno – foi cooptada após o golpe de 1964 pelos partidários da ditadura empresarial militar e continuou a desempenhar ao longo das décadas de 1960 e 1970 sua função de intermediação entre o poder executivo e diversas associações de bairro para a transferência de recursos. Apesar da atuação da FRACAB, contudo, boa

⁷⁰ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2009.

⁷¹ ABERS, Rebecca. Op. cit. Tradução própria. Página 28.

⁷² BISSO SCHMIDT, Benito. **De Mármore e de Flores: A primeira greve geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

parte dos recursos para obras desenvolvidas pelos prefeitos apontados pela ditadura eram direcionados para grandes projetos visíveis que além do benefício eleitoral permitiam dar propinas à construtoras que em troca financiavam as campanhas da ARENA⁷³. Foi justamente na transição democrática – momento onde se dá o acirramento da luta de classes em todo o Brasil e o surgimento do Partido dos Trabalhadores – que começam a surgir movimentos de bairro mais combativos, na virada da década de 1970 para 1980. Esses movimentos de bairro combativos são fruto direto da atuação da Igreja Católica progressista e passam a questionar a lógica clientelista presente na FRACAB. Além de disputar ativamente essa organização em âmbito estadual – de fato conseguindo em meados da década de 1980 assumir sua direção – os movimentos de bairro não clientelistas em Porto Alegre vão se juntar para criar uma nova organização que vai ser importante posteriormente na implantação do Orçamento Participativo na cidade: a União das Associações de Moradores de Porto Alegre, a UAMPA, em 1983. Diferentemente da FRACAB na época da ditadura que, por seus laços clientelistas, pregava-se apolítica – ainda que tivesse em sua direção militantes da ARENA – a UAMPA já nasce fortemente influenciada por partidos de esquerda, em especial o PT e o PDT, e com um forte questionamento social à ditadura empresarial-militar. Apesar de ter tido algum protagonismo no final da ditadura, é importante pontuar que mesmo em seu auge apenas um terço das associações de bairro de Porto Alegre participavam dos congressos da UAMPA. A administração Collares – a primeira administração progressista na cidade desde a deposição de Sereno Chaise em abril de 1964 – foi marcada por forte decepção por parte do eleitorado e por uma grave deterioração econômica, ainda pior que a média nacional⁷⁴. Foi uma das duas únicas capitais brasileiras onde a pobreza aumentou na década de 1980 e o impacto dessa situação foi gravemente sentido pela administração. Como tanto UAMPA quanto FRACAB tiveram protagonismo na eleição e no apoio inicial à Collares – fruto do grande número de militantes do PDT em ambas organizações – ambas foram vítimas de uma grande perda de credibilidade ao longo dos três anos do mandato do pedetista. Por essa razão, quando da chegada da Administração Popular ao Paço Municipal, ambas organizações se encontram em processo de franca decadência e retorno ao clientelismo, cabendo em grande parte à própria Administração Popular expandir o diálogo para além dessas organizações como forma de atingir os bairros e reativar o movimento de bairros combativo a partir do próprio Estado. Com a expansão

⁷³ ABERS, Rebecca. Op. cit. Página 40.

⁷⁴ Ibid. Páginas 41 e 42.

da participação popular a partir da base, já na gestão Olívio, tanto FRACAB quanto UAMPA perdem drasticamente espaço, conforme demonstra Abers:

Desde o começo, era evidente que os fóruns do orçamento chamados pelo governo eram muito mais capazes de mobilizar as pessoas que o dito movimento comunitário “combativo” jamais havia sido. Em 1989, o primeiro ano que as assembleias do orçamento foram realizadas, três vezes mais associações de bairro participaram do que jamais haviam participado de nenhum congresso da UAMPA. O Orçamento Participativo parecia ter facilmente substituído a UAMPA como o fórum central do movimento comunitário.⁷⁵

Como aprendizado da administração Collares para esse movimento ficou a percepção de que era o controle sobre o orçamento e não apenas canais de diálogo as vias para alcançar as demandas dos movimentos de bairro. Contudo, autores como Baiocchi ressaltam que pelo enfraquecimento das organizações comunitárias e por seu ainda grande vínculo com o clientelismo, o Orçamento Participativo, quando implementado, foi feito contra muitas direções de associações de bairro na medida que a ampliação da participação popular direta dificultava para as lideranças tradicionais manter os canais privilegiados de contato com vereadores através dos quais favores e recursos eram trocados por votos. A partir do Orçamento Participativo se forjaram novas lideranças comunitárias que passaram a ocupar o lugar das antigas lideranças clientelistas.⁷⁶ Sobre a ameaça que instrumentos de participação popular direta como o Orçamento Participativo representaram para organizações clientelistas, Baiocchi afirma:

Na realidade, o Orçamento Participativo tende a ser identificado como uma ameaça às práticas tradicionais das organizações comunitárias mais do que como uma plataforma para avaliar ações. [...] Em um contexto político nacional repleto de relações clientelistas entre agentes políticos e a sociedade civil, muitas organizações formais das classes populares acabaram subordinadas enquanto instrumentos de participação em troca de ganhos concretos e imediatos. [...] Dependendo de como esses diferentes grupos eram localmente organizados e a distribuição de força política entre eles, muitas organizações comunitárias por vezes obstruíam e se opunham a projetos de expansão da participação popular, dado seu compromisso e dependência das relações clientelistas com políticos ou mesmo por sua descrença em instrumentos participatórios mais amplos.⁷⁷

Entender a Administração Popular em seus meses iniciais exige entender a correlação de forças dentro do Partido dos Trabalhadores no estado e na capital. Conforme se demonstrou anteriormente, o PT ao redor do país tinha origens profundamente heterogêneas, com grande diversidade regional. O PT gaúcho era marcado

⁷⁵ Ibid. Tradução própria. Página 100.

⁷⁶ BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit.

⁷⁷ Ibid. Tradução própria. Página 127.

predominantemente por quatro grupos: sindicalistas, cuja principal liderança era Olívio Dutra; trotskistas liderados por Raul Pont; e católicos progressistas, majoritariamente oriundos da luta pela terra e das CEBs, portanto, ligados ao MST, onde uma das importantes lideranças era Adão Pretto. Um quarto e menor grupo entrou depois dentro do PT, o grupo de comunistas do PRC, liderados por Tarso Genro. Em Porto Alegre, predominavam os dois primeiros grupos, embora a moderação do PRC que já em 1989 desembocaria na formação da corrente Nova Esquerda mudaria o equilíbrio interno do PT em Porto Alegre em favor dos moderados ao redor de Olívio Dutra, deixando as correntes trotskistas Democracia Socialista e Convergência Socialista no dilema de moderar suas posições e participar da administração municipal ou fazer oposição a eventuais políticas moderadas da gestão e entrar em rota de colisão com o resto do Partido. Essa tendência a moderação – ainda que sem abandonar o horizonte socialista – permitiu ao PT em Porto Alegre adaptar o discurso radical da eleição municipal, que rechaçava inteiramente a assim chamada Nova República e pregava mudanças radicais na participação popular e no modelo econômico da cidade para uma adaptação ao governo, posto que a situação fiscal do município quando da assunção de Olívio Dutra ao poder era calamitosa. O déficit de receitas era tão agudo que no primeiro ano de administração 98% das receitas foram gastas com folha, não restando recurso algum para cumprir o que a administração tinha se comprometido.

Já em fevereiro de 1989, a administração enfrenta seu primeiro desafio. As empresas de ônibus, através de seu sindicato patronal, marcam um locaute após o governo requerer uma auditoria de suas receitas a fim de poder ou não conceder um novo aumento das passagens. Diante dessa ameaça, a prefeitura intervém nas companhias e passa a operar as linhas. Essa decisão foi apoiada pelas assembleias populares e pesquisas feitas à época demonstram que esse apoio ia muito além dos movimentos comunitários organizados, uma vez que 83% dos entrevistados apoiavam a intervenção. Apesar do grande apoio popular, que, como será visto posteriormente, pôde ser aferido – com as devidas mediações – na representação feita por Zero Hora e também de contar com o forte apoio dos sindicatos de trabalhadores no transporte, a intervenção enfrentou fortíssimas dificuldades. Isso porque, devido ao contexto de forte crise econômica e aumento desenfreado do desemprego e, portanto, do exército industrial de reserva, muitos funcionários temiam trabalhar com os interventores uma vez que finda a intervenção, as empresas ameaçavam demitir quem colaborasse com a Prefeitura. A forma apressada com

que se teve que tocar a intervenção, juntamente com a falta de mão de obra para conduzir as linhas fez com que a Prefeitura fosse politicamente derrotada e cedesse em grande parte às demandas das empresas de transporte. Contudo, como poderá ser visto em subcapítulo específico, a intervenção nos transportes trouxe ganhos à Administração Popular na medida em que proporcionou um maior controle, ainda que indireto, da Prefeitura sobre as empresas de transporte e agiu como um freio e uma constante ameaça ao longo de 1989 e 1990 ao aumento desmedido do preço das passagens. Ainda que muito inferior ao começo da intervenção, o apoio a mesma era majoritário até mesmo na representação de Zero Hora ao final da análise. Sobre o episódio da intervenção Baiocchi afirma:

Em fevereiro de 1989, as companhias privadas de transporte público municipais se recusaram a submeter-se a uma auditoria requisitada pela Prefeitura e ameaçaram realizar um locaute se a auditoria continuasse. Como resposta, Dutra ordenou que o município ocupasse os escritórios dessas companhias e encampassem o sistema para mantê-lo funcionando. Os empresários reagiram violentamente à encampação, ordenando que pistoleiros contratados atirassem contra os ônibus e sabotassem os sistemas de controle das diferentes linhas. A administração então buscou estimular que a comunidade protegesse as linhas de ônibus mas o movimento comunitário mostrou-se extremamente apático e pouco motivado em organizar autodefesas comunitárias para proteger os veículos. Por fim, as pressões judiciais e de sabotagem e as dificuldades técnicas de operar de forma improvisada uma frota tão ampla forçaram a Prefeitura a ceder e devolver o controle das linhas aos seus antigos proprietários.⁷⁸

Mesmo que análises que apontam o fracasso da intervenção municipal no transporte público ou que afirmam que o apoio popular a medida se esvaiu completamente com o passar dos meses devam ser problematizados, é evidente que a incapacidade da prefeitura de fazer frente aos empresários do transporte num contexto de alta generalizada do custo de vida cobrou seu preço no apoio popular da administração. Concomitante a isso, um contexto de crise fiscal e hiperinflação corroíam qualquer esforço da Administração Popular de fazer a execução orçamentária dos variados projetos trazidos nos espaços de participação popular implementados desde cedo pela gestão. Conforme afirmou Rebecca Abers, durante todo o ano de 1989 a Prefeitura não conseguiu fazer nenhum investimento relevante, uma vez que não havia recursos para tocar nada além da mera subsistência da máquina pública.⁷⁹

Ainda que eleições para os assim chamados Conselhos Populares – germe do que viria a ser os fóruns do Orçamento Participativos – começassem a ocorrer já na primeira metade do ano, havia uma grande confusão dentro do PT porto-alegrense sobre o que

⁷⁸ BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit. Tradução própria. Página 30.

⁷⁹ ABERS, Rebecca. Op. cit. Página 74.

seriam tais conselhos. As correntes mais à esquerda os entendiam como uma estratégia para a tomada do poder em uma visão leninista de dualidade de poderes. Correntes mais moderadas os entendiam como uma forma de democratizar o Estado, não para assumir o poder e sim partilhá-lo com esse Estado. Foi apenas em setembro de 1989 que houve um primeiro esforço da prefeitura em começar a discutir o orçamento com as comunidades e suas organizações. Usando o plano diretor como guia, funcionários da Secretaria de Planejamento dividiram a cidade em 5 distritos e convidaram o público, especialmente as organizações comunitárias, a abrir assembleias para debate. Contudo, os líderes comunitários reclamaram que as discussões conduzidas pelos funcionários municipais eram confusas e improvisadas e em uma linguagem muito técnica.

No início de 1990, as dificuldades financeiras da cidade e a dimensão desproporcional dos investimentos necessários previstos pelas assembleias do Orçamento Participativo impediram que a administração tivesse condições de levar a cabo a maior parte dos projetos decididos no mesmo. Isso ocasionou um forte desencantamento dos ativistas comunitários empenhados no Orçamento Participativo, que somado aos já avessos à administração petista – muitos deles organizações clientelistas que viam o aumento expressivo de participação popular como uma ameaça ao seu papel de mediador - fez com que o governo Olívio fosse visto como ruim ou péssimo por mais de 40% da população ao longo do ano. Sobre o balanço da gestão ao final de 1989, marcado por um profundo desencantamento com uma gestão paralisada pela crise fiscal, Rebecca Abers afirma:

Já no segundo ano de governo do PT, o espírito otimista com o qual o Partido havia chegado à prefeitura estava em queda livre. A crença de que a conquista de poder a nível municipal permitiria ao Partido contestar o capitalismo havia sido severamente desafiada pelo fracasso da intervenção no transporte público. A ideia de retornar poder à base, nos Conselhos Populares, também sofreu sob a inabilidade da administração de responder mesmo à limitada arena dentro da qual o Orçamento Participativo operava. A liderança partidária progressivamente se frustrava com o que percebia como a pouca vontade da Administração Popular de aderir à linha política do Partido. Movimentos de base estavam novamente se manifestando contra o que deveria ser uma administração “construída a partir da base”. [...] Em abril de 1990, uma sondagem de opinião pública confirmou esses problemas. Enquanto um ano antes, quase 30 por cento da população haviam considerado a nova administração como boa ou ótima, agora apenas 13 por cento ainda a consideravam dessa forma.⁸⁰

Levando em conta o aprendizado obtido durante a administração de Alceu Collares, desde o início dos debates públicos, foi o movimento comunitário que forçou a

⁸⁰ Ibid. Tradução própria. Página 75.

administração a dar aos participantes das assembleias do Orçamento Participativo poder real de decisão sobre o orçamento ao redesenhar os distritos do Orçamento Participativo, evitar a concentração do orçamento em grandes obras-vitrine, estimulando a criação de um plano de investimentos significativos e forçando o governo a aderir ao mesmo. A Administração Popular respondeu à essa pressão redesenhando o sistema fiscal local, criando uma secretaria dedicada ao Orçamento Participativo e coordenando essa com todas as demais secretarias.

Tanto Gianpaolo Baiocchi quanto Rebecca Abers coincidem que foi em meados do ano de 1990 que a Administração Popular começou a recuperar apoio popular, em grande parte graças ao sucesso do Orçamento Participativo. Sobre as causas dessa mudança de percepção popular sobre a administração municipal, Abers vê principalmente quatro causas, obviamente interligadas: recuperação de receitas, reestruturação administrativa, reestruturação do Orçamento Participativo e solução do impasse com o funcionalismo.

A recuperação de receitas é evidentemente a chave desse processo, uma vez que permitiu solucionar problemáticas que não podiam ser resolvidas em um contexto de crise fiscal como em 1989. Contudo, é importante entender como se deu tal recuperação: através de mudanças advindas da nova Constituição Federal, no primeiro ano da administração, as receitas aumentaram 22%, advindas de maiores transferências de ICMS para os municípios. Juntamente a isso, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, ISSQN, foi aumentado para serviços não essenciais. A partir de 1990, esse conjunto de medidas foi responsável por tornar a arrecadação de 1990 40% maior que a de 1989 e de praticamente dobrar as receitas até o fim do primeiro mandato.

A reestruturação administrativa por sua vez se deu a partir da criação do Gabinete de Planejamento (GAPLAN), vinculado diretamente ao Prefeito uma vez que a Secretaria de Planejamento, que tinha sido responsável pelo Orçamento Participativo no primeiro ano da administração era muito burocratizada e tecnocrática para levar adiante um processo inovador e politizado como era o Orçamento Participativo. A criação do GAPLAN dentro da estrutura do gabinete do Prefeito deu uma eficiência na implementação das políticas definidas pelo Orçamento Participativo que foram vitais para o seu sucesso. Nesse sentido, a reestruturação do Orçamento Participativo também foi vital para romper com a burocratização que tinha sido causa de tanta reclamação pelos movimentos sociais quando da implementação desse processo de participação popular

ainda em 1989. Ao invés de analisar caso a caso, participantes e a administração passaram a criar regras gerais para priorizar projetos e a distribuição de fundos. Ou seja, focava-se mais em definir prioridades de investimentos do que uma lista exata de demandas, buscando dessa maneira conciliar as questões técnicas e de viabilidade dos projetos – de responsabilidade da Prefeitura – com a escolha das prioridades de alocação, a serem feitas pelas assembleias do Orçamento Participativo.

Por fim, as novas possibilidades fiscais e o crescimento do apoio da Administração Popular em amplos setores sociais permitiram a solução do impasse da Prefeitura com o funcionalismo municipal e seu sindicato, que – como se verá nos seguintes capítulos – foi fonte de constantes problemas e embates durante o primeiro ano da gestão Olívio. Abers avalia que a proximidade do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) com o PT, através da CUT, foi chave nesse processo. Contudo, as novas possibilidades fiscais da Prefeitura e os novos canais de participação popular foram essenciais para mitigar o conflito. Isso porque uma vez que muitos funcionários eram membros do Orçamento Participativo, o governo podia usar a autoridade moral de que conceder benefícios para além da conta para os funcionários debilitaria a capacidade financeira de outros projetos escolhidos pelas assembleias.⁸¹

Superados os conflitos, Abers faz um balanço do primeiro ciclo de quatro anos das Administrações Populares, vinculando seu sucesso à governabilidade proporcionada pelo Orçamento Participativo:

A medida que a capacidade da administração de investir em bairros mais pobres aumentou, de igual modo aumentou sua capacidade de fazer a manutenção da infraestrutura existente e de prover serviços básicos à população. Essa administração eficiente, juntamente a visão generalizada da Administração Popular como honesta e não corrupta, contribuíram para um forte crescimento da aprovação popular do PT em Porto Alegre. [...] Em dezembro de 1992, 61 por cento da população avaliaram a Administração Popular como boa ou ótima. [...] A administração em Porto Alegre descobriu que o Orçamento Participativo incrementava a governabilidade. Ao canalizar ações governamentais através do GAPLAN e do Conselho Municipal do Orçamento, o executivo ganhou controle sobre informação e planejamento, direcionando-os para o projeto estratégico definido de investir em infraestrutura urbana na periferia.⁸²

⁸¹ Ibid. Página 76.

⁸² Ibid. Tradução própria. Página 84.

Buscando entender o papel que a execução de fato das obras determinadas pelas assembleias teve no engajamento de novos participantes no Orçamento Participativo, Baiocchi tem um diagnóstico um tanto quanto similar:

As reformas fiscal e administrativa aumentaram significativamente a capacidade de a administração lidar com as demandas feitas pelo OP. Essas reformas, portanto, tiveram um papel crucial em incrementar a credibilidade da Prefeitura e do OP. Entretanto, igualmente importante era a insistência do movimento comunitário de fazer com que a participação fosse real e concreta, especialmente frente à vontade da Prefeitura de dirigir grande parte do processo. [...] O ponto de inflexão foi que, a medida que as obras públicas votadas começavam a aparecer por toda a cidade, participantes das assembleias do OP poderiam demonstrar para além do papel para seus vizinhos e amigos os projetos que eles haviam priorizado no ano anterior. Essa conexão direta entre participação e resultados não apenas galvanizou o apoio dos já participantes do OP como também estimulou um grande número de novos participantes que a princípio tinham dúvidas quanto ao processo.⁸³

Além da recuperação de popularidade e uma maior capacidade fiscal, parte do sucesso do primeiro mandato da Administração Popular pode ser atribuído a forma como se organizou a oposição a mesma. Ainda que a Frente Popular tivesse eleito apenas 10 vereadores – nove do Partido dos Trabalhadores e um do Partido Comunista Brasileiro – em um universo de 33 membros da Câmara Municipal, a oposição tinha profunda dificuldade de se articular, uma vez que por conta do cenário estadual e sobretudo nacional, os vereadores do PDT – de longe o bloco mais numeroso na Câmara - não faziam o mesmo tipo de oposição à Administração que vereadores mais a direita, como os do PDS e PFL. Sobre a atuação dividida da oposição, sobretudo a parlamentar, evitando atacar diretamente o Orçamento Participativo, Gianpaolo Baiocchi afirma:

Enquanto ativistas comunitários e lideranças do PT debatiam e moldavam o desenho do Orçamento Participativo, lideranças de partidos da oposição permaneciam em grande medida ausentes do debate. Ainda que a oposição tenha criticado duramente a administração do PT na imprensa em diversas ocasiões, seus ataques eram focados quase que inteiramente em assuntos diversos do Orçamento Participativo e, de igual modo, os líderes oposicionistas não tinham a força suficiente para afetar os trabalhos diários da administração. [...] Em decorrência da divisão entre os partidos opositores bem como suas lutas internas, nenhuma reação unificada e uniforme ao Orçamento Participativo foi tentada pela oposição.⁸⁴

Para além do sucesso do Orçamento Participativo, Rebecca Abers enxerga méritos na articulação política da gestão Olívio ao neutralizar três pontos focais de oposição à Administração Popular e manobrar para que não houvesse aglutinação desses três grupos numa frente única contra o governo. O primeiro desses grupos eram as grandes empresas

⁸³ BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit. Tradução própria. Página 38.

⁸⁴ Ibid. Tradução própria. Página 40.

de construção que deixariam de fazer “obras-vitrine” superfaturadas e não conseguiam manter a lógica de doação de campanha como compra de boa-vontade política que era até então vigente. Esse grupo, ainda que em 1989 tenha feito franca oposição ao governo⁸⁵, foi aos poucos arrefecendo sua participação política ativa uma vez que a capacidade e a vontade da Prefeitura de investir logo eclipsaram as de administrações anteriores. O fato de pagar em dia e não precisar de propinas para fechar contratos também acabou sendo bem visto por essas empresas. Nesse sentido, as empresas de construção estavam em boa medida satisfeitas com a nova administração, de modo que não influenciaram no Orçamento Participativo nem fizeram oposição ferrenha à administração.

Um segundo grupo de oposição ao governo foi, evidentemente, a Câmara Municipal onde, conforme já se viu, a Administração Popular se encontrava em minoria. Pela forma como se estruturou a política municipal ao longo de décadas, os vereadores eram permeados por uma rede de organizações clientelistas nos bairros que mediavam, juntamente com esses vereadores – virtuais representantes de certas comunidades ou áreas da cidade – a transferência de recursos do Poder Executivo para os bairros. O sucesso do Orçamento Participativo praticamente erradicou essa forma de se fazer política, conforme afirma Abers:

Esse tipo de clientelismo estruturado a partir dos bairros foi virtualmente erradicado de Porto Alegre com a administração do PT e, particularmente, com o Orçamento Participativo. O papel dos vereadores em definir os projetos de infraestrutura dos diferentes bairros foi suplantado pelo processo de discussão participativa através do qual todos os investimentos dos bairros eram determinados.⁸⁶

Dessa maneira, já no final da primeira Administração Popular, os vereadores com laços clientelistas nos bairros perderam grande parte de seu poder direto sobre o eleitorado, tendo que apoiar as medidas do Orçamento Participativo uma vez que essa ação era a única que permitia manter laços com sua base política. Apresentar-se como um auxílio ao Orçamento Participativo junto à Prefeitura e não mais como o garantidor da transferência ou não de recursos para tal ou qual comunidade fez com que muitos vereadores diminuíssem seu grau de independência frente ao Executivo e que, portanto, mesmo em minoria, a Administração Popular conseguisse manter boa articulação política com o Legislativo municipal. Ainda que ao atacar e desconstruir boa parte dos laços clientelistas presentes na cidade, a gestão Olívio tenha mudado drasticamente a forma

⁸⁵ ABERS, Rebecca. Op. cit. Página 95.

⁸⁶ Ibid. Tradução própria. Página 96.

como a elite econômica e a Câmara de Vereadores se relacionava com o Executivo municipal, a Administração Popular, ao contrário do que se propusera Olívio quando eleito, não desafiou do ponto de vista estrutural o capitalismo a partir do município, o que permitiu a convivência pacífica a partir de 1990 com boa parte dos vereadores. Ainda sobre a tentativa de erradicação do clientelismo nas relações políticas da cidade pelo Orçamento Participativo, Abers afirma:

Essa política pública desencorajava as associações de bairro clientelistas a eliminar, ao menos dentro do governo municipal, o sistema vertical de troca de favores personalista dos quais essas associações dependiam. Tal política também deu mais influência a novas e mais democráticas associações que efetivamente conseguiam mobilizar moradores. Por vezes, líderes clientelistas se adaptavam ao novo sistema, utilizando a troca de favores e promessas infundadas como forma de levar pessoas às assembleias para que votassem a seu favor. Mas, na maior parte, eles foram incapazes de conseguir a ampla e diuturna participação que as assembleias de orçamento demandavam.⁸⁷

Mediado já a partir do segundo semestre de 1990 a relação com a Câmara de Vereadores e com as construtoras, o núcleo duro da oposição ao ciclo de Administrações Populares durante toda a década de 1990 foram os grandes proprietários de imóveis e terras no município, atingidos em cheio pelo aumento do IPTU na cidade. Sobre esse grupo e seu isolamento do resto da oposição potencial, Abers afirma:

No final de 1990, a Prefeitura decretou uma reavaliação dos valores das propriedades, que passaria a ter efeito em janeiro de 1991. A reavaliação elevou substancialmente os impostos para todos os proprietários de imóveis, em alguns casos de forma dramática. [...] A forma de taxação havia fundamentalmente mudado. Empresas do setor de serviços e grandes proprietários tornaram-se a maior fonte de arrecadação, enquanto o imposto para casas familiares permaneceu modesto. Isso foi possível porque dois poderosos grupos econômicos – empresas de construção civil e grandes proprietários – tinham interesses divergentes quanto à reforma tributária. As grandes construtoras da cidade estavam longe de se opor a mudanças tributárias que aumentariam a verba para obras públicas e pressionaram proprietários a construir em terrenos vazios.⁸⁸

Com o desmantelamento das organizações clientelistas, a participação política e a consequente organização e surgimento de lideranças fruto dessa ampliação de participação passaram a ser estimuladas pelo Estado. Contudo, diferentemente de períodos prévios onde tais lideranças eram promovidas pelas sucessivas administrações, a formação de lideranças do Orçamento Participativo se deu diretamente na base, sem interferências diretas da Administração Popular no processo. Sobre o estímulo à participação política e a formação de novas lideranças que vieram a comprovar a

⁸⁷ Ibid. Tradução própria. Página 166.

⁸⁸ Ibid. Tradução própria. Página 95.

viabilidade de iniciativas promovidas pelo Estado visando substituir as antigas lideranças de base clientelista, Rebecca Abers afirma:

Em Porto Alegre, atores estatais encorajaram um boom na mobilização cívica que contribuiu para a viabilidade de longo prazo da política orçamentária e da administração como um todo. Isso contrapõe a ideia que a política participatória, quando fomentada pelo Estado, apenas funcionará se existe previamente um movimento social capaz de pressionar por controle a partir da base.⁸⁹

Ao levar-se em conta que não apenas nos bairros populares se deram assembleias do Orçamento Participativo e a criação de novas lideranças se deu em comunidades as mais diversas tanto regionalmente quanto em composição social⁹⁰, pode-se afirmar que já ao final do primeiro governo da Administração Popular se deu a construção de um bloco histórico⁹¹ entre os setores populares, os grupos econômicos da elite que se beneficiavam do aumento de licitações pela prefeitura e uma classe média que apreciava boa governança, transparência nos gastos e democratização da política.⁹²

Ainda que o enfoque desse trabalho seja no primeiro ano da primeira Administração Popular e sua relação com a grande mídia a partir do conceito de representação, antes de adentrarmos numa análise mais minuciosa sobre Zero Hora, é importante abordar brevemente as três Administrações Populares subsequentes, que foram consequência das mudanças construídas na administração Olívio Dutra e o impacto que esse ciclo de governos progressistas em Porto Alegre legou ao Partido dos Trabalhadores tanto no Rio Grande do Sul quanto a nível nacional.

Impulsionado pelo sucesso do Orçamento Participativo, com os problemas com o funcionalismo público sanados, com um aumento exponencial das receitas municipais a partir de 1990 e com uma oposição incapaz de se unificar, a Frente Popular entrou otimista na eleição de 1992. Alargada com o Partido Socialista Brasileiro – que como se verá nos próximos capítulos, evitou compor a aliança nas eleições municipais de 1988 – e com o recém organizado em Porto Alegre Partido Verde, a Frente Popular elegeu com

⁸⁹ Ibid. Tradução própria. Página 107.

⁹⁰ Sobre a composição social das assembleias do Orçamento Participativo, Abers afirma: “Contrary to expectations, middle-class and wealthy residents did not dominate the budget assemblies, particularly at the regional level, where the budget assemblies, particularly at the regional level, where the vast majority of people participated. Both income and education statistics show that the majority of participants were poor and less-educated, although better-off and better-educated participants were also present.[...] The household incomes of budget participants are significantly lower than those of the population.” In: ABERS, Rebecca. Op. cit. Página 121.

⁹¹ PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁹² ABERS, Rebecca. Op. cit.

facilidade, com mais de 60% dos votos, o vice-prefeito Tarso Genro para dar continuidade à Administração Popular.

Desde o início do mandato, autoras como Abers já percebem diferenças significativas nos projetos da Administração Popular e no funcionamento do Orçamento Participativo: “Claramente, as prioridades da segunda administração eram diferentes daquelas da primeira. A segunda concentrou-se mais em desenvolver projetos de escopo municipal além dos projetos focalizados.⁹³”. A mudança de concepção na estratégia e no horizonte político do Partido dos Trabalhadores – analisado anteriormente com o trabalho de Gilson Lima⁹⁴ - também se fez notar na mudança do discurso entre uma campanha e outra. Conforme se verá nos próximos capítulos, além de um discurso com cotidianas menções ao socialismo – ainda que geralmente pontuado pelo termo “democrático” – havia na campanha de Olívio em 1988 uma negação, ainda que retórica, de todo o establishment político, do governo Sarney a todos partidos da ordem, em especial ao PMDB e ao PFL, intitulados pejorativamente pela campanha da Frente Popular como “Nova República”. Contudo, o discurso parece mudar bastante de uma eleição para outra, com o enfoque sendo mudado do socialismo – ainda que o mesmo tenha permanecido no horizonte estratégico a longo prazo - para a democratização e a cidadania. Conforme escreve Abers:

A questão óbvia é se no processo de arregimentar apoio político de um espectro tão amplo de grupos sociais, a administração abandonou seus objetivos políticos mais “radicais”. Pode-se afirmar com certa precisão que, chegada a segunda administração, o discurso do PT havia se alterado substancialmente. A terminologia da campanha e do primeiro ano de administração incluía frases como “acumulação de forças para derrubar o capitalismo”, “conselhos populares” e “dualidade de poderes”. Chegada a corrida eleitoral seguinte, os documentos do PT e a da administração invocavam termos como “democratização”, “objetivos estratégicos” e “cidadania”. As aspirações socialistas do Partido ainda existiam, mas o tom revolucionário de “tomar o poder” havia sido substituído.⁹⁵

Durante a administração de Tarso Genro o Orçamento Participativo e suas lideranças ganharam ainda mais influência e protagonismo enquanto a administração buscou expandir o processo e atrair mais setores para participar. A medida que as obras votadas pelas assembleias de bairro e de distrito eram concretizadas, mais pessoas as frequentavam e traziam suas demandas, num processo de progressivo crescimento da participação popular ativa, em bairros marcados anteriormente por organizações

⁹³ Ibid. Tradução própria. Página 86.

⁹⁴ LIMA, Gilson & RECH, Hildemar. Op. cit

⁹⁵ ABERS, Rebecca. Op. cit. Tradução própria. Página 108.

clientelistas com vínculos com tal ou qual vereador ou mesmo em bairros sem qualquer organização prévia ou experiência de participação política. Na medida que desorganizou e enfraqueceu organizações de bairro clientelistas, o Orçamento Participativo propiciou a criação de uma série de novas organizações com vínculos mais permanentes aos moradores e dessa forma, mais democráticas e receptivas a suas demandas. Entre 1988 e 1998, o número de associações de bairro em Porto Alegre aumentou de 300 para 540⁹⁶, dando mais indícios de que o movimento social, com apoio estatal, conseguia crescer sem ser necessariamente cooptado. Fragilizada e dividida – tendo ido às urnas em 1992 com nove candidatos diferentes – a oposição seguiu durante o segundo mandato sem uma compreensão plena de que jazia primariamente no Orçamento Participativo grande parte do trunfo eleitoral da Administração Popular. É apenas a partir do terceiro ciclo dessa Administração, com Raul Pont, que a oposição começa a aglutinar-se nas críticas ao Orçamento Participativo⁹⁷.

O legado do Orçamento Participativo vai muito além da Administração Popular em Porto Alegre. Ao priorizar grande parte dos gastos em infraestrutura para pequenos projetos em áreas pobres da cidade ao invés de grandes obras em áreas centrais, algo que, pelo menor impacto eleitoral, tinha sido historicamente negligenciado pelas administrações anteriores, as sucessivas gestões municipais construíram um legado que se irradiou para cidades próximas. Em Cachoeirinha e Alvorada, o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições municipais de 1996 primordialmente através da promessa de implantar o Orçamento Participativo da mesma maneira que em Porto Alegre, algo que não foi possível com o mesmo sucesso da capital⁹⁸. Sobre o legado desse projeto de participação popular para as campanhas municipais do Partido dos Trabalhadores nos anos 1990 e sobre a inovação que o Orçamento Participativo significou em termos de participação de trabalhadores na política a nível municipal, Baiocchi afirma:

Da experiência histórica de quatro administrações sucessivas do PT em Porto Alegre, de 1988 até o presente, o Orçamento Participativo emergiu como a peça central de toda administração municipal encabeçada pelo PT. [...] Por todo o Brasil, como o livro mostra, o Orçamento Participativo é sem dúvida a experiência de participação dos trabalhadores mais consolidada na administração pública a nível municipal.⁹⁹

⁹⁶ Ibid. Página 165.

⁹⁷ BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit. Página 45.

⁹⁸ Ibid. Página 113.

⁹⁹ Ibid. Página 60.

Foi justamente o sucesso da Administração Popular com o Orçamento Participativo em Porto Alegre e o posterior espriamento do Partido dos Trabalhadores para uma série de outras prefeituras da Região Metropolitana de Porto Alegre e do interior que proporcionaram, em 1998, a vitória de Olívio Dutra – prefeito que criou o Orçamento Participativo – na campanha para governador do Rio Grande do Sul, derrotando o incumbente Antônio Britto, do PMDB, que o havia vencido em 1994. Dirigindo o governo estadual, o Partido dos Trabalhadores enfrentou uma série de dificuldades, exponencialmente maiores que na capital que já administrava há uma década. Conforme afirma Baiocchi:

Como todo partido de esquerda administrando governos locais dentro de democracias liberais, o PT enfrentou um difícil dilema de governo, o de chegar ao poder com o apoio daqueles que protestavam contra o status quo mas sendo incapaz de fazer mudanças em larga escala por risco do partido ser derrotado eleitoralmente ou ser removido por algum processo político se suas políticas públicas fossem muito radicais para as classes médias e altas.¹⁰⁰

Dirigindo o governo do Estado, o Partido dos Trabalhadores enfrentou um grande desafio em concretizar o Orçamento Participativo a nível estadual uma vez que a quantidade de pessoas, obras necessárias e distancias geográficas exigiam maiores graus de centralização e por consequência menos encontros, perdendo o Orçamento Participativo parte de sua essência no processo. Além disso a reação política ao processo no Rio Grande do Sul foi consideravelmente mais forte que em Porto Alegre uma vez que em 1999 a oposição já compreendia plenamente o elo claro entre o Orçamento Participativo e a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, de modo que boicotou sua implementação de todas as maneiras que pôde.¹⁰¹

Em suma, o ciclo de Administrações Populares impulsionado pelo Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre a partir de 1989 foi responsável por alterar radicalmente a compreensão do que significava participação popular no Brasil dos anos 1990, passando a ser uma vitrine do Partido tanto no Rio Grande do Sul, elegendo vários prefeitos e até mesmo chegando ao governo estadual quanto ao redor do país, com experiências similares, ainda que nunca tão bem sucedidas, em diversos municípios. Conforme afirma Baiocchi sobre o legado da Administração Popular e do Orçamento Participativo para além da própria administração municipal e sim para a construção da cidadania:

Instrumentos participatórios de tomada de decisão, como o OP, têm efeitos de longo prazo em seus participantes em termos de empoderamento, consciência

¹⁰⁰ Ibid. Tradução própria. Página 155.

¹⁰¹ Ibid. Página 167.

social, ativismo democrático e controle cívico, que persiste para além da duração de tal política pública. Em outras palavras, uma administração democrática e popular que tenha implementado instrumentos participatórios pode ser derrotada eleitoralmente, mas o empoderamento, a consciência social, o ativismo democrático e o controle cívico que foram gerados por tais instrumentos persistirão como parte do cenário político. [...] Possivelmente a maior contribuição do PT e seus experimentos de democracia participativa é para um processo mais amplo de reimaginar a cidade capitalista e seus espaços.¹⁰²

Até o presente momento, foram abordadas no detalhe a história do Partido dos Trabalhadores, tanto a nível nacional quanto estadual. A continuação, foi tratado o ciclo de Administrações Populares em Porto Alegre – inclusive para além do período abordado pelo trabalho – e seu legado mais importante, o Orçamento Participativo. Cabe-nos agora tratar do agente responsável por construir a representação da Administração Popular em seu primeiro ano, visto que foi através do processo de representação em suas páginas que a grande mídia conseguiu ser agente político de conformação da realidade concreta. Cabe-nos, portanto, tratar de Zero Hora, suas origens e linha editorial no final da década de 1980.

1.3. Zero Hora: história e relação com a Administração Popular

O papel do principal grupo de mídia da região sul brasileira em ser um ator político relevante na política municipal da cidade onde estava sediado dificilmente pode ser menosprezado pelos demais atores políticos. Mesmo a bibliografia que trata sobre a execução do Orçamento Participativo em Porto Alegre traz uma série de episódios onde o poder da mídia e mesmo a ameaça de usá-lo em desfavor do governo foram o suficiente para influenciar agentes políticos, nesse caso a Administração Popular. Conforme mostra Abers:

Em algumas ocasiões, participantes insatisfeitos nas assembleias do orçamento declaravam que se o governo não ouvisse suas demandas, eles iriam “ir para a Zero Hora”, o jornal local. Eles raramente cumpriam essas ameaças, entretanto, porque a administração, preocupada com sua imagem, respondia rapidamente a tais demandas.¹⁰³

Esse poder de influenciar os processos políticos não surgiu num vácuo, tendo tido um longo desenvolvimento desde a fundação do que viria a ser o Grupo RBS nos anos 1950 até seu momento de apogeu nos anos 1990 e 2000 – justamente o período de

¹⁰² Ibid. Tradução própria. Página 95.

¹⁰³ ABERS, Rebecca. Op. cit. Tradução própria. Página 212.

governos da Administração Popular. Para entender como se chegou até esse apogeu, se faz necessário abordar as origens de Zero Hora dentro do contexto midiático regional.

O jornalismo no Rio Grande do Sul foi marcado numa primeira fase pela predominância de um regime jornalístico político-partidário¹⁰⁴, cujo principal expoente era o jornal A Federação, órgão de divulgação do Partido Republicano Rio-Grandense. Conforme afirma Rüdiger: “O jornalismo ainda não havia formado seu próprio conceito, confundindo-se com a noção de literatura pública, de finalidade moral e política”¹⁰⁵. Sobre a decadência dessa forma de jornalismo, Rüdiger afirma:

A nova divisão social do trabalho, ainda estruturada no setor primário, mas forte em repercussões nos demais setores da atividade social, favoreceu o crescimento do mercado interno e uma expansão relativa da sociedade civil. Nesse quadro, houve um processo de complexificação social, que possibilitou a consolidação de diversas camadas médias. [...] O jornalismo político-partidário sentiu profundamente essa mutação, entrando em progressiva crise, ao cabo da qual terminaria desaparecendo, na época do Estado Novo. A progressiva ascensão das camadas médias teve correspondência na formação de novas expectativas culturais, com as quais o jornalismo político-partidário não era condizente.¹⁰⁶

Apesar do surgimento das primeiras empresas propriamente jornalísticas ter ocorrido ainda no início do século XX, a consolidação do jornalismo informativo no Estado se deu décadas depois, sobretudo com o crescimento do Correio do Povo. Foi a partir da década de 1940 que empresas como o já citado Correio do Povo e o Diário de Notícias passaram a disputar a vanguarda do jornalismo na capital e na região metropolitana num processo concorrencial abertamente capitalista. Ainda que reforce a visão dos próprios jornais sobre si mesmos como veículos apolíticos, Rüdiger, falando sobre o Correio do Povo e o Diário de Notícias afirma:

Para ambos, os jornais eram apenas veículos imparciais de informações responsáveis pelo registro nervoso dos dias em curso e pela divulgação profissional e verídica dos acontecimentos. O tempo do jornalismo político-literário havia passado, filtrado pela racionalidade emergente do mercado, conforme a qual se constituiu uma nova doutrina jornalística.¹⁰⁷

A história do que viria a ser o grupo da Rede Brasil Sul começa pouco mais de uma década mais tarde, quando Maurício Sirotsky assume a Rádio Gaúcha¹⁰⁸, criada décadas antes ainda durante os governos do PRR. A empresa vivia sob sérias dificuldades

¹⁰⁴ RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2003.

¹⁰⁵ Ibid. Página 29.

¹⁰⁶ Ibid. Página 53.

¹⁰⁷ Ibid. Página 89.

¹⁰⁸ SCHIRMER, Lauro. **RBS: Da voz-do-poste à multimídia**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

uma vez que devia fazer frente à concorrência do grupo empresarial capitaneado por Caldas Júnior – do Correio do Povo e de sua Rádio Guaíba – e ao mesmo tempo do grupo empresarial Diários Associados, proprietário do Diário de Notícias e que havia ingressado na radiodifusão. Foi através do radiojornalismo que a recém-assumida rádio conseguiu fazer frente à concorrência, dando desde o início indícios da forte relação do jornalismo com a indústria cultural que passaria a ser característica das empresas do grupo. Conforme afirma Schirmer:

Foi a Gaúcha que, buscando copiar o que faziam as emissoras da Argentina e do Uruguai, passou a trocar os requeitados noticiários feitos com a leitura de recortes de jornal por um grande rádio jornal pela manhã e outro à noite, mais boletins de hora em hora. [...] O esporte, porém, é que se transformou num dos grandes trunfos da Rádio Gaúcha na disputa pela audiência nos primeiros anos.¹⁰⁹

Tendo conseguido retomar a lucratividade da rádio que adquirira, Sirotsky empreende em 1962 a criação da TV Gaúcha. Tanto Lauro Schirmer quanto Francisco Rüdiger enxergam no processo de criação da TV Gaúcha e na posterior aquisição de Zero Hora por parte de Sirotsky a montagem de um verdadeiro conglomerado de comunicação, o que seria responsável pela proeminência do Grupo RBS posteriormente e pelo maior desenvolvimento do jornalismo gaúcho. Conforme afirma Rüdiger:

A passagem do jornalismo gaúcho à fase industrial cultural coincide com o surgimento dos grandes conglomerados de comunicação, resultantes da fusão entre empresas jornalísticas e emissoras de rádio e televisão, cuja vanguarda coube e vem sendo mantida pelo grupo RBS. [...] Na verdade, o desenvolvimento do jornalismo gaúcho, nos quadros da indústria cultural, só ocorreu com a fusão das empresas jornalísticas com as de radiotelevisão e o consequente surgimento dos grandes e médios conglomerados de comunicação.¹¹⁰

O processo de construção do conglomerado tem continuação em 1967. Nesse ano, a Rede Brasil Sul adquire 50% do jornal Zero Hora, em dificuldades financeiras. Zero Hora havia sido fundado três anos antes, em 1964, quando a ditadura empresarial-militar impõe o fechamento da sucursal gaúcha do jornal A Última Hora, anteriormente apoiador do governo João Goulart e, portanto, crítico da empreitada golpista e do regime vigente. Ainda que tenha adquirido as plantas gráficas do antigo jornal e tenha mantido um nome similar ao jornal fechado, Zero Hora desde seu início foi marcado por uma linha editorial mais amena ao regime, ainda que por vezes durante a ditadura tenha aceito entre seus jornalistas vários cassados pelo regime, sobretudo militantes do Partido Comunista

¹⁰⁹ Ibid. Página 17.

¹¹⁰ RÜDIGER, Francisco. Op. cit. Página 97.

Brasileiro. Assim que assumiu o jornal e antes mesmo de ter adquirido a totalidade de Zero Hora – o que faria apenas em 1970 – Sirotsky empreendeu a renovação completa do parque gráfico de Zero Hora, promovendo “uma reforma que tornou extremamente competitiva a área industrial da empresa”¹¹¹. Para além da lucratividade esperada sobre o investimento, Schirmer enxerga interesses políticos no investimento massivo feito por Sirotsky em Zero Hora, reiterando o potencial de atuação política dos grandes meios de comunicação e em especial da mídia impressa. Conforme afirma o autor:

É a partir de 1970, ao assumir Zero Hora, que Maurício Sirotsky Sobrinho começa a se projetar como um dos grandes líderes da comunicação do Brasil. [...] Dirigindo a Rádio Gaúcha e depois a TV Gaúcha, Maurício tinha dificuldades quando necessitava buscar contatos com os donos do poder. Pois a partir da afirmação de Zero Hora sob o seu comando, é Maurício que passa a receber visitas de governadores e ministros em seu gabinete no jornal¹¹².

Fruto do investimento massivo em seu parque gráfico, de uma linha editorial “adequada às novas condições do mercado local”¹¹³ e de fazer parte de um bem consolidado e em franca expansão conglomerado de mídia, Zero Hora passou pouco a pouco a ganhar fatia de mercado do grupo Caldas Júnior e do grupo Diários Associados. Não pode ser esquecido que, ao criar no interior uma série de sucursais com programas locais e não meramente estações repetidoras, tanto a Rádio Gaúcha quanto a TV Gaúcha serviram de impulsionadoras de Zero Hora para além da região metropolitana, dando as mesmas vantagens competitivas sobre seus concorrentes diretos. Ainda no final da década de 1970, o Diário de Notícias vai à falência, fruto do forte ambiente concorrencial entre os três jornais. O Correio do Povo e seu grupo – Caldas Júnior – viram-se na necessidade de estruturar seu próprio conglomerado pela capital e pelo interior. Criada em 1979, a TV Guaíba não teve de forma alguma o mesmo sucesso de sua concorrente TV Gaúcha, pelo evidente vínculo da segunda ao Grupo Globo, sendo fonte de prejuízo para o grupo. Enfrentando dificuldades financeira decorrentes da tardia instalação de sua emissora de televisão e da modernização de seu parque gráfico, bem como de uma gestão empresarial ultrapassada, o Grupo Caldas Júnior, em franca decadência, vê o Correio do Povo ser ultrapassado em tiragem e vendas por Zero Hora em 1982. Sobre a ascensão da Rede Brasil Sul de Comunicação e o enfraquecimento de seus concorrentes diretos, Francisco Rüdiger afirma:

¹¹¹ Ibid. Página 108.

¹¹² SCHIRMER, Lauro. Op. cit. Página 26.

¹¹³ RÜDIGER, Francisco. Op. cit. Página 108.

O grupo desenvolveu novos métodos de gestão empresarial em seus veículos, baseando seus negócios na renovação tecnológica de suas instalações e na qualificação mercadológica de seus respectivos produtos. Enquanto isso, seus concorrentes permaneceram aferrados aos padrões empresariais que haviam determinado seu sucesso nas primeiras décadas do século, ignorando as transformações econômicas, sociais e culturais em curso no contexto de reestruturação monopolística do capitalismo verificada em nosso País a partir da segunda metade da década de 1950. O resultado desse confronto foi a estagnação, seguida de declínio, dos concorrentes e a ascensão monopolizadora da RBS.¹¹⁴

Tratando sobre a sobrevivência do Correio do Povo como tablóide minoritário a partir de 1986 e a impossibilidade de qualquer projeto de jornalismo impresso fora da Rede Brasil Sul de Comunicação florescer e ter lucratividade no Rio Grande do Sul a partir de então, Francisco Rüdiger vê na articulação dos vários ramos do grupo a fonte de seu poder midiático frente aos concorrentes e, evidentemente, frente aos atores políticos. Conforme afirma o autor:

Nos anos 80, a concorrência monopolista encetada várias décadas antes chegara a um termo, cabendo a vitória ao projeto gráfico, editorial e mercadológico de Zero Hora. Para compreender essa rápida ascensão do jornal, não se pode esquecer, também, o modo como sua estratégia mercadológica e editorial se articulou com a principal mídia do grupo: a televisão. De fato, a TV Gaúcha distribuiu para todos os veículos do grupo os dividendos de prestígio e imagem que lhe trouxe a condição de afiliada rio-grandense da Rede Globo de Televisão. Não bastasse isso, a formação de uma rede de emissoras interioranas sob sua liderança fomentou uma receptividade ao jornal da empresa, que soube tirar proveito dessa situação desenvolvendo, de maneira contínua, um produto editorial adequado em suas diversas conjunturas.¹¹⁵

Impulsionado pelo sucesso da TV Gaúcha que, conforme visto, é em grande parte decorrente de ser a afiliada da Rede Globo de Televisão no estado, mas também fruto de um espraiamento pelo interior com programação local direcionada, o Grupo RBS – ainda na década de 1980 – passa a adentrar o mercado de mídia impressa catarinense. A capacidade de ser lucrativa de Zero Hora – incrementada a partir de 1978 pelo extremamente bem-sucedido caderno de anúncios classificados – bem como a influência no cenário político que o controle sobre a linha editorial de um jornal de grande circulação proporcionou a família Sirotsky, levaram a aquisição pelo Grupo RBS do Diário Catarinense, em Florianópolis e do Jornal de Santa Catarina, em Blumenau. Ainda dentro do Rio Grande do Sul e também nas décadas de 1980 e 1990 foi adquirido O Pioneiro, em Caxias do Sul, conformando-se assim uma rede de mídia impressa sob estrito controle editorial da família Sirotsky¹¹⁶. Sobre o rápido sucesso do conglomerado gaúcho sobre a

¹¹⁴ Ibid. Página 107.

¹¹⁵ Ibid. Página 111.

¹¹⁶ SCHIRMER, Lauro. Op. cit.

imprensa local catarinense na consolidação de mercado no estado vizinho, Lauro Schirmer afirma:

A RBS era uma empresa moderna e já integrava a indústria cultural, ao contrário das emissoras catarinenses, que se estruturavam de forma amadora, e dos concessionários de radiodifusão locais, que baseavam sua atuação na política partidária. A RBS diferenciava-se porque tinha conhecimento profissional, superioridade tecnológica e experiência com a produção de programas regionais dentro da programação nacional de alta qualidade da Globo, além de manter uma postura pública de imparcialidade político-partidária.¹¹⁷

No período de análise, já na década de 1990 – portanto no apogeu dos governos da Administração Popular em Porto Alegre - o Grupo RBS empreende dois novos projetos visando atingir novos públicos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Na parte de televisão lança sua TV Comunitária (TVCOM), buscando expandir sua programação para além dos horários autorizados como afiliada da Rede Globo através desse canal ao mesmo tempo que conseguia se especializar ainda mais em programação local. Já na parte de mídia impressa, lança o Diário Gaúcho, buscando atingir um público mais popular do que o atingido por seu carro-chefe, Zero Hora. Portanto, em 2002, já no último governo da Administração Popular, o Grupo Rede Brasil Sul de Comunicação contava com 20 emissoras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com 115 rádios afiliadas à Rede Gaúcha SAT em oito estados brasileiros e com o sexto – Zero Hora – além do sétimo – Diário Gaúcho – maiores jornais do Brasil, não mencionando uma série de jornais locais menores como O Pioneiro e o Diário Catarinense. Sobre a tendência monopolista do Grupo RBS no sul do país, Rüdiger não a enxerga como um fenômeno isolado, sendo parte de um processo histórico de fusão de informação e indústria cultural:

As tendências monopolistas em curso no jornalismo rio-grandense não possuem uma especificidade regional. Pelo contrário, precisam ser vistas como exemplo local de um fenômeno que caracteriza o jornalismo no Brasil e no mundo. A progressiva decadência dos jornais, a redução dos canais de informação massivos ao meio televisual e a subsunção do jornalismo aos esquemas da indústria cultural são acontecimentos inscritos na racionalidade da sociedade capitalista contemporânea. A Rede Brasil Sul não controla os principais meios de informação e lidera o mercado de mídia como simples empresa regional. A ascensão do grupo se confunde com o processo de formação da indústria cultural, não apenas na região em que ele atua, mas no contexto geral de nosso País. A associação com empresas dos centros mais fortes e, nos últimos anos, do exterior, é apenas um fator a revelar sua condição de agente do capital informação como um todo.¹¹⁸

¹¹⁷ Ibid. Página 102.

¹¹⁸ RÜDIGER, Francisco. Op. cit. Página 118.

No período analisado – de junho de 1988 a dezembro de 1989 – o editor de política de Zero Hora foi Carlos Fehlberg. Além de um espaço fixo para o editor de política, o jornal contava diariamente com um espaço reservado para falar do contexto político nacional a partir de Brasília com Ana Amélia Lemos e uma parte chamada de Bastidores, destinada a furos jornalísticos, muitas vezes sem apresentar fontes. Na parte de Bastidores, temos uma seção interessante chamada de Frase do Dia, onde era escolhido pelo jornal alguma pequena frase relevante para o contexto político dita por algum parlamentar. O molde dessa seção pode ser observado abaixo, com uma frase de Olívio Dutra, veiculada no dia 9 de julho de 1988, na pré-campanha municipal:

Figura 1 Frase do Dia de Olívio Dutra. 9 de julho de 1988



Fonte: Zero Hora

Visto ser uma seção chamativa, por contar com ilustração, a presença ou não de Frases do Dia ditas por membros do Partido dos Trabalhadores e da Administração Popular é entendida como um dos indicativos do espaço dado a Zero Hora para uma interlocução mais direta da Administração Popular com seus leitores. Nos 415 dias desde o começo da análise até a entrada em vigor de um novo projeto gráfico por Zero Hora que eliminou da seção política a Frase do Dia – em agosto de 1989 – membros do Partido dos Trabalhadores foram escolhidos apenas 25 vezes – sendo quatro dessas frases ditas por Olívio Dutra. Portanto, em apenas 6% das edições de Zero Hora foi escolhido algum representante da Administração Popular ou do PT gaúcho, indicando uma certa inviabilização do discurso direto desses políticos dentro do jornal, enquanto predominavam Frases do Dia do PMDB – partido no governo do estado – e em menor

grau do PDS, sobretudo de vereadores da oposição à Olívio, entrado o ano de 1989. Combinado a isso, a disparidade de entrevistas entre o governador Pedro Simon e o prefeito Olívio Dutra é abismal. Enquanto o prefeito raramente foi entrevistado pelo jornal – sendo entrevistado geralmente em momentos de crise com perguntas direcionadas a um ponto específico – o governador gozava de rotineiras reportagens parte de uma série intitulada “O Rio Grande e o governador” onde podia discorrer livremente sobre cenário político nacional, os desafios de sua gestão e até sobre a administração municipal de Porto Alegre em várias páginas.

Apesar do discorrido, é sobretudo através de um autorreferenciamento e um sobredimensionamento da importância da mídia impressa para a democracia que Zero Hora busca se colocar enquanto mediadora entre a sociedade e a Administração que começa. A importância do grupo RBS, em particular, para a democracia nascente é trazida mais de uma vez, como no dia seguinte ao processo eleitoral de 1988 quando, ao ter – diferentemente do Correio do Povo – acertado o prognóstico eleitoral, afirmou: “Pesquisa e informação, para a RBS, são coisas sérias”¹¹⁹. Contudo, é alguns dias antes, no editorial “A democracia em todo o estado”¹²⁰ que essa visão fica mais clara. Nele, Zero Hora atribui a si mesma e aos demais meios de comunicação a responsabilidade pelo que vê como “fim do coronelismo”. Isso porque os meios de comunicação “cumprem no mundo moderno e na consolidação das instituições democráticas um papel de primeira grandeza”¹²¹. Percebe-se, portanto, uma visão profundamente idealizada onde os meios de comunicação, ao levar informação a todos os lados, erradicariam vícios políticos e ao fazê-lo, fortaleceriam a democracia. Pouco mais de um ano depois, na eleição seguinte – a presidencial de 1989 – essa visão se faz novamente presente no Informe Especial “Eleição e comunicação”¹²². Nele, Zero Hora atribui em grande parte o sucesso do pleito presidencial aos meios de comunicação que prestaram “uma colaboração decisiva para o efetivo exercício da democracia numa sociedade livre”¹²³. Dessa maneira, não se encontra durante o período de análise qualquer mudança significativa na visão que Zero Hora propagava dos meios de comunicação como primeira linha de defesa da democracia

¹¹⁹ Zero Hora. 16 de Novembro de 1988. Página 3.

¹²⁰ Editorial “A democracia em todo o estado”. Zero Hora. 9 de Novembro de 1988. Página 2.

¹²¹ Ibid.

¹²² Zero Hora. 16 de Novembro de 1989. Página 3.

¹²³ Ibid.

nascente e qualquer ataque a esses meios como um ataque potencial ao regime democrático.

As críticas a seu modo de representar o processo político eram profundamente malvistas pelo jornal, o qual optava pelo confronto aberto a qualquer alternativa midiática crítica. Isso se faz notável quando o jornal dedica um editorial inteiro a criticar uma ideia aventada pela direção do Partido dos Trabalhadores de criar um meio impresso de comunicação próprio. Nesse editorial, “Jornal do PT”¹²⁴, Zero Hora abertamente debocha do esforço petista de construir um jornal próprio e afirma que as preocupações de Lula com uma cobertura enviesada do processo político por parte da grande imprensa seriam infundadas e paranoicas. Esse tom mais beligerante do editorial, pouco comum, deve-se ao esforço de Zero Hora, durante todo o período de análise e talvez durante boa parte da transição democrática em afirmar-se, juntamente com o resto da grande imprensa, enquanto mediadora quase exclusiva entre sociedade e Estado.

Quando agentes políticos reconhecem esse papel que o jornal se propõe e agem em conformidade a ele, a representação muda drasticamente. Claro exemplo disso fica evidente no início de agosto de 1989. Sendo duramente criticado por Zero Hora no primeiro semestre de sua administração, Olívio Dutra dirige-se a sede do jornal para apresentar seu Plano Semestral do segundo semestre de 1989 diretamente para Jayme Sirotsky, algo que é divulgado de forma exaustiva pelo jornal¹²⁵. Ainda que os compromissos de governo de Olívio tenham mudado muito pouco de um semestre para o outro – com a única diferença considerável sendo o fim da intervenção generalizada no transporte público para uma intervenção mais focalizada em empresas problemáticas – a representação de Zero Hora de seu projeto para o segundo semestre é amplamente positiva, realçando os esforços do governo em reduzir cargos comissionados e em combater a corrupção dentro do funcionalismo. É claro o giro favorável em uma representação que até então, salvo raras exceções, era crítica e virulenta a todo momento. Há, portanto, um esforço ativo de Zero Hora de enquadrar ao máximo os políticos dentro da lógica da imprensa enquanto mediadora central entre os governos e o público leitor, sendo mal vistos todos os esforços de comunicação que busquem perpassar a grande imprensa. Conforme afirma Luiz Alberto Grijó¹²⁶, a partir do processo de

¹²⁴ Editorial “Jornal do PT”. 5 de Dezembro de 1988. Página 2.

¹²⁵ Zero Hora. 9 de Agosto de 1989. Página 43.

¹²⁶ GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil Atual. **Anos 90**, v.23, n. 43, p. 67-92, 2016.

redemocratização, os meios paulatinamente começam a rebocar a política na medida em que tentam fazer crer na estreitíssima identificação entre democracia, liberdade de expressão e liberdade de imprensa, se posicionando assim como curadores da democracia. Impõe, dessa forma, uma visão do que é a democracia e as liberdades e afastam do horizonte do possível outras definições dessas ideias força.

Concluindo, é esse conglomerado altamente profissionalizado, virtualmente detentor de um monopólio na comunicação no Rio Grande do Sul e em boa parte de Santa Catarina, com um forte espraiamento pelo interior através de uma rede de emissoras, radiodifusoras e jornais que vai se apresentar como ator político relevante no cenário político de 1988 e 1989. A representação da Administração Popular por Zero Hora dificilmente pode ser pensada como restrita às suas páginas e aos seus leitores habituais. É meramente um recorte de uma representação muito mais ampla de um conglomerado de imprensa profissionalizado e com uma linha editorial clara sobre uma administração municipal em seu primeiro ano de governo e ainda buscando formar consensos. Na sua autorrepresentação, apresentava-se como parte desse conglomerado e como um veículo responsável por garantir o regime democrático enquanto difusor de informações e mediador entre Estado e sociedade. Como visto tanto em editoriais como no resto do jornal, o jornal trazia uma visão de fiador do sucesso dos processos eleitorais e representava críticas a sua cobertura como risíveis e potencialmente antidemocráticas. Por outro lado, o jornal claramente premiava com uma cobertura positiva os atores políticos – nesse caso a Administração Popular – sempre que estes aceitavam essa posição da grande imprensa como mediadora entre política e sociedade e agiam em conformidade com esse quadro pré-determinado.

2. A representação da eleição municipal de 1988

O presente capítulo tem por objetivo compreender o impacto da representação do processo político eleitoral por Zero Hora na configuração das eleições municipais de 1988 na cidade de Porto Alegre. Conforme se abordou amplamente na introdução, uma série de autores – em especial Chartier e Capelato – corroboram a tese de que através da representação – e em particular a representação midiática dos grandes meios de comunicação – jornais impressos de grande circulação acabam por transformar-se em atores políticos relevantes quando conseguem conformar a realidade concreta a partir desse processo de representação. O presente capítulo busca analisar esse processo de representação de Zero Hora da eleição municipal de 1988 de uma forma ampla, enfocando quatro eixos principais.

O primeiro eixo e, portanto, subcapítulo, visa tratar do impacto do cenário macroeconômico e político nacional na forma como a representação se deu em Zero Hora. Isso porque, num cenário de hiperinflação, corrosão acelerada das condições de vida dos trabalhadores e num contexto de quase paralisia e descrédito político do governo nacional e de seus partidos de sustentação – PMDB e PFL – a eleição de 1988 foi particularmente afetada pelo cenário externo ao município, conforme se verá na fonte primária.

O segundo eixo busca elaborar sobre a forma como Zero Hora representou a conformação das chapas para a disputa da Prefeitura desde junho de 1988 e se – e também como – sua representação teve impactos nas alianças forjadas e nas que, ainda que aventadas, não se concretizaram. Acredita-se que, ao estimular dissensos e fomentar, através de um debate público induzido, consensos, Zero Hora – em conjunto ao conglomerado do qual faz parte – pode ter tido um papel político ativo nesse processo até a definição final das chapas já em agosto. Já o terceiro eixo visa entender o processo eleitoral em si, a forma como Zero Hora representou os eventos de campanha das diferentes candidaturas, como fez previsões sobre como seria a eleição e o governo de cada candidato que eventualmente fosse eleito e o impacto dessas previsões sobre o eleitorado.

O quarto e derradeiro eixo e, portanto, subcapítulo deste segundo capítulo busca abordar a transição de governo da administração Collares do PDT para a administração Olívio. Além do potencial de Zero Hora e de seu conglomerado de influenciar diretamente a escolha ou a vedação de certos nomes, busca-se analisar se uma eventual mobilização

de conceitos como anticomunismo e “perigo vermelho” teve impacto em mobilizar grupos contra a Administração Popular ainda no período de transição. Por fim, almeja-se entender o quanto a agenda de Olívio no início de mandato e na transição foi influenciada pela linha editorial de Zero Hora, diretamente – ou seja, com referências diretas à pressão midiática – e também indiretamente, com a adoção de práticas administrativas como a austeridade na administração pública, demandada efusivamente pelo jornal da nova administração.

2.1. O impacto do cenário macroeconômico e político nacional na forma de representar as eleições municipais de Porto Alegre em 1988

Conforme manifestado anteriormente, o cenário macroeconômico e político nacional teve profundo impacto na trajetória política dos diversos agentes ao longo de todo ano de 1988 e, uma vez que os principais desafios não foram solucionados, também de 1989. Isso teve como consequência uma constante amplificação do debate político municipal para os problemas nacionais, o que apareceu inúmeras vezes na representação desse processo feita por Zero Hora. Antes de adentrar na análise da fonte primária – isso é, as edições do jornal onde era feita tal representação – cabe, de maneira breve, descrever que cenário político e sobretudo econômico era vivenciado pelo Brasil em 1988.

Desde o final da década de 1970, muito em decorrência do Segundo Choque do Petróleo – que, uma vez que a dependência energética brasileira era muito acentuada¹²⁷, atingiu em cheio a economia nacional – e também das altas internacionais das taxas de juros, o Brasil se encontrava em um cenário de recessão e colapso de seu modelo de acumulação vigente desde a década de 1930¹²⁸. Essa crise econômica, contudo, passa a acentuar-se a partir da segunda metade da década de 1980, com a aceleração do processo inflacionário que vai desembocar na hiperinflação. A visão dos economistas à época era de que a inflação prévia alimentava as expectativas futuras de inflação, ou seja, de que a inflação tinha um forte componente inercial. Conforme explica Eduardo Modiano:

A concepção dos programas de estabilização para a economia brasileira, adotados a partir de fevereiro de 1986, favoreceu a interpretação de que a inflação brasileira era predominantemente inercial. A inércia inflacionária resultaria dos mecanismos de indexação, para a correção monetária dos preços, salários, taxa de câmbio e ativos financeiros, que tenderiam a propagar a

¹²⁷ No final da década de 1970, a produção diária de barris equivalentes de petróleo no Brasil era ao redor de 100 mil, enquanto o consumo dentro de um modelo industrialista vigente passava de um milhão ao dia. In: PINHEIRO MACHADO, Marco Antônio. **Pré-Sal: A saga**. Porto Alegre: L&PM, 2017. Página 118.

¹²⁸ MOTA, Carlos Guilherme & LOPEZ, Adriana. **História do Brasil: Uma interpretação**. São Paulo: Editora 34, 2015.

inflação passada para o futuro. Na ausência de choques, a taxa de inflação permaneceria no patamar vigente.¹²⁹

Apesar de certas crenças heterodoxas, sobretudo em relação ao congelamento de preços, estarem presentes, o governo Sarney foi marcado por um forte conteúdo de austeridade e ajuste fiscal desde seu início, atuando quase a todo momento com política monetária restritiva e um discurso permanente de corte de gastos. Esse discurso contrastava e muito com o discurso a partir do qual Tancredo Neves fez sua campanha presidencial. Essa frustração a partir de um horizonte de expectativas que havia sido alargado com a criação da Nova República teve como consequência grande frustração com os partidos que compunham o governo, sobretudo PFL e PMDB¹³⁰. Sobre a desilusão eleitoral que a política econômica de Sarney trouxe, Modiano afirma:

Embora a necessidade de um “pacto social”, para conciliar os pleitos por aumentos do salário real com a meta de reduzir as taxas de inflação, tivesse sido muito enfatizada durante a campanha eleitoral de Tancredo Neves, o novo governo deu início à gestão da política econômica com o anúncio apenas de medidas de austeridade fiscal e monetária para facilitar as negociações em curso com o Fundo Monetário Internacional.¹³¹

O fracasso do Plano Cruzado em controlar a inflação parece ter sido a pá de cal na popularidade de Sarney e nas chances eleitorais de sua coalizão política. Isso porque o Plano tinha um forte componente de mobilização política para dar certo e no primeiro momento parecia satisfazer os anseios de participação mais direta na política econômica de grande parte da população. O congelamento de preços, tecnicamente frágil, tornar-se-ia a peça fundamental do programa de estabilização e sua fiscalização mobilizou setores diversos numa campanha com um forte apelo patriótico. Seu sucesso inicial pareceu dar razão a um certo voluntarismo econômico que catapultou o PMDB para ter maioria absoluta na Constituinte e a quase totalidade dos governos estaduais.

Apesar dos esforços da população e do sucesso inicial, os desequilíbrios estruturais da economia não haviam sido solucionados. A sensação, ainda que breve, de melhora foi responsável por um choque de demanda – para a qual não havia de forma alguma oferta correspondente – que implodiu o Plano Cruzado e a popularidade do

¹²⁹ MODIANO, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. Página 349.

¹³⁰ “As elevadas taxas de inflação não ameaçavam apenas os ministros da área econômica, mas também a coalizão política que sustentava o governo”. In: MODIANO, Eduardo. Op. cit. Página 353.

¹³¹ Ibid. Página 352.

governo, com a inflação entrando numa espiral ascendente que seguiria em voga durante todo o período da análise. Sobre a derrocada do Plano Cruzado, Modiano afirma:

O aumento do poder de compra dos salários, a despoupança voluntária causada pela ilusão monetária, a redução das taxas de juros nominais, o consumo reprimido durante os anos de recessão e o congelamento de alguns preços em níveis defasados em relação aos seus custos detonaram conjuntamente uma explosão do consumo.¹³²

O cenário econômico se deterioraria ainda mais até a eleição de 1988, com a moratória na dívida pública anunciada em 1987 e o fracasso de um novo plano econômico – o Plano Bresser – já em 1988. A conclusão que Eduardo Modiano faz em sua análise desse período é profundamente pertinente para entender a situação que o país enfrentava em 1988 e 1989:

Apesar da ênfase da política econômica no combate à inflação, a taxa anual de inflação quadruplicou entre o início de 1985 e o final do ano de 1988. Os Planos Cruzado, Bresser e Verão não produziram mais do que um represamento temporário da inflação, uma vez que não foram solucionados quaisquer conflitos distributivos de renda ou atacados os desequilíbrios estruturais da economia, que poderiam ser considerados focos de pressão inflacionária a médio prazo.¹³³

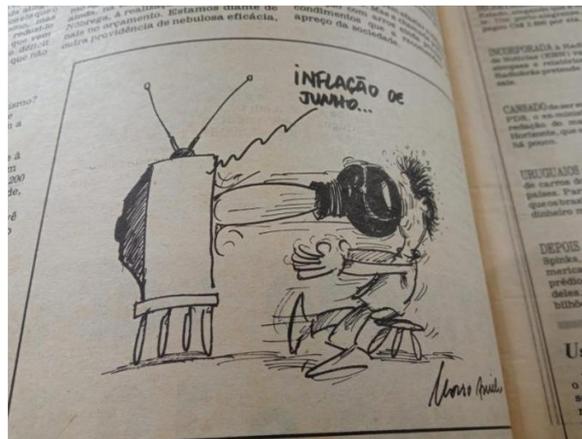
Estes assim chamados desequilíbrios estruturais e sobretudo os conflitos distributivos de renda vão aparecer constantemente na representação de Zero Hora na forma de luta política e emergência social e até mesmo na própria dificuldade dos partidos políticos tocarem suas campanhas pela falta de recursos.¹³⁴ De igual modo, o contexto de deterioração econômica aparece, tanto em 1988 quanto em 1989 ironizado por charges, como as de 29 de junho de 1988 sobre o crescimento da inflação e a de 5 de junho de 1989 sobre o fracasso do Novo Cruzado, ambas vinculadas abaixo:

¹³² Ibid. Página 361.

¹³³ Ibid. Página 382.

¹³⁴ Zero Hora. 19 de Junho de 1988. Página 18.

Figura 2 Hiperinflação. 29 de junho de 1988



Fonte: Zero Hora

Figura 3 Fracasso do Novo Cruzado. 5 de junho de 1989



Fonte: Zero Hora

Tendo, brevemente, elucidado um pouco mais sobre o cenário econômico, nos cabe agora partir para a análise da fonte.

A crítica a Sarney se faz presente ao longo de vários editoriais de Zero Hora em 1988, ainda que somente em 1989 – com o sucessor do mesmo perto de ser definido – passe a ter um tom mais virulento. Não apenas nos editoriais, a forma como Sarney contamina todas as candidaturas de anteriores aliados e dos partidos de sua coalizão mais

estreita – PMDB e PFL – é frequentemente ironizada em charges como a de 10 de Agosto de 1988, já em plena campanha eleitoral municipal, representada abaixo:

Figura 4 Impopularidade de Sarney e campanha municipal. 10 de Agosto de 1988



Fonte: Zero Hora

Contudo, onde Zero Hora busca atuar de forma mais direta é no debate da Constituinte, enxergando claramente mais risco no conteúdo econômico do novo texto constitucional do que na política econômica sendo tocada por Sarney e seus ministros. Pouco mais de um mês após o início da análise, dois editoriais de Zero Hora – “A responsabilidade dos constituintes”¹³⁵ e “A grande opção dos constituintes”¹³⁶ – chamam a nova Constituição, ainda em formulação, de “utópica e jacobina”, sendo a proposta de jornada de trabalho de 6 horas a mais ultrajante dentro do já supostamente tão radical texto. Outro direito tratado na Constituinte e atacado em editorial é o direito de greve, no editorial “A tinta da demagogia”¹³⁷, de agosto de 1988.

Um ataque virulento às greves e a um sindicalismo mais combativo se faz presente nos editoriais e nas manchetes de Zero Hora ao longo de toda a análise. No início de agosto de 1988, o editorial “Greve e responsabilidade”¹³⁸ critica duramente greve no

¹³⁵ Editorial “A responsabilidade dos constituintes”. Zero Hora. 11 de julho de 1988. Página 2.

¹³⁶ Editorial “A grande opção dos constituintes”. Zero Hora. 16 de julho de 1988. Página 2.

¹³⁷ Editorial “A tinta da demagogia”. Zero Hora. 18 de agosto de 1988. Página 2.

¹³⁸ Editorial “Greve e responsabilidade”. Zero Hora. 1 de agosto de 1988. Página 2.

Banco do Brasil e questiona o direito à greve previsto na Constituinte, afirmando: “é fácil imaginar os exageros ainda maiores com a permissividade acenada pelos parlamentares”¹³⁹. Nesse mesmo sentido vai o editorial “Sindicalismo de resultados”¹⁴⁰, de novembro do mesmo ano, que enaltece esse tipo de movimento sindical frente a outro, partidário, que “decreta greve por dá cá aquela palha”¹⁴¹.

Contudo, não é apenas na linha política do jornal, marcada de forma bem clara nos editoriais que o momento econômico transparece. No segundo mês de análise, Zero Hora traz com forte divulgação uma pesquisa encomendada pelo próprio jornal para o IBOPE que apontava que o fim da inflação era o maior sonho dos habitantes de Porto Alegre, estando acima de outros como ganhar na loteria¹⁴². Dessa pesquisa, Zero Hora dá muita ênfase na profunda desconfiança nos políticos – 86% dos porto-alegrenses não confiam nestes. Contudo, outro dado é muito relevante e diz mais sobre o contexto político: apesar da desconfiança nos políticos, 67% dos residentes confiam nos sindicatos e 58% nas associações de bairro. Poucos meses antes da eleição, tal pesquisa traz informações relevantes sobre o descrédito do sistema político estabelecido e parece indicar um forte componente de protesto social nas respostas, que poderia desaguar eventualmente num voto de protesto contra esse sistema, algo que o jornal vai explorar quando da vitória de Olívio Dutra.

O ano de 1989, o primeiro da Administração Popular na Prefeitura é, além de ano eleitoral, um ano de acirramento de conflitos a medida que o Plano Verão começa a fracassar e a já fraca coalizão em torno do presidente Sarney – estimulada pela concorrência eleitoral – se desagrega de vez. Zero Hora, ao tratar das articulações de luta contra Sarney na cidade durante o início do governo Olívio busca, constantemente, fomentar conflito entre o Partido dos Trabalhadores e a Administração Popular, sobredimensionando diferenças que a historiografia sobre o período não enxerga.¹⁴³

Isso se verifica claramente em toda a cobertura sobre a greve geral de dois dias na cidade contra o Plano Verão, ocorrida entre 14 e 15 de março de 1989. Exemplo claro disso é o Bastidor – quadro destinado a trazer “furos” de reportagem dentro da Seção Política – de 13 de março, no qual Zero Hora afirma que Greve Geral criou confronto

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Editorial “Sindicalismo de resultados”. Zero Hora. 7 de novembro de 1988. Página 2.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Zero Hora. 18 de Julho de 1988. Página 25.

¹⁴³ SECCO, Lincoln. Op. cit.

entre PT no governo e PT no Partido uma vez que a Administração Popular estava sendo cobrada pelo diretório municipal para participar mais ativamente da organização da Greve Geral. Contudo, nos dois dias seguintes, Zero Hora cobre constantemente e num tom crítico a extensa participação da Prefeitura na greve, criticando inclusive o aparelhamento dessa pela Administração Popular.

Ou seja, paradoxalmente, o mesmo jornal afirma que, diferentemente do Partido dos Trabalhadores, a Administração Popular não estaria comprometida com a greve e, ao mesmo tempo, critica a Prefeitura por dar apoio político à greve ao “não colocar qualquer obstáculo político à organização do movimento dentro de seus prédios e mesmo fora, como é o caso das empresas de ônibus sob intervenção”¹⁴⁴. No dia seguinte, de igual forma, Zero Hora cobre o discurso do Prefeito e o trata como potencialmente radical ao chamar Sarney e seu governo de “criminosos e irresponsáveis cuja política serve apenas aos latifundiários e ao capital internacional”¹⁴⁵.

Já no segundo semestre de 1989, com o agravamento da crise econômica para níveis ainda mais alarmantes e uma ilegitimidade completa do governo Sarney, o cenário nacional serviu mais de uma vez como responsável ideal por parte de Zero Hora quando, ao criticar as mazelas sociais em Porto Alegre, não buscava confronto direto com a Administração. Conforme será exposto mais adiante, momentos de distensão na representação geralmente crítica eram recorrentes toda vez que a Administração Popular estava enfraquecida frente a movimentos sociais e sindicais que a pressionavam pela esquerda. Em momentos assim, a culpa era posta na política econômica de Sarney e eram feitas menções explícitas ao pouco que uma prefeitura que recém assumia poderia fazer para reverter tal cenário. Exemplo claro é o editorial “A falta de onde morar”, de outubro de 1989 que, ao denunciar imenso déficit habitacional em Porto Alegre responsabiliza inteiramente o governo federal e “os solavancos de nossa precária economia”¹⁴⁶.

Concluindo, 1988 e 1989 são anos de grande conflitividade social em todo país em decorrência da crise de governabilidade do governo Sarney e da dissolução de sua já débil coalizão política bem como do fracasso de sucessivos planos econômicos em combater a hiperinflação e o empobrecimento generalizado. Os impactos desse cenário nacional conflagrado na representação são evidentes e aparecem ao longo dos 19 meses

¹⁴⁴ Zero Hora. 15 de Março de 1989. Página 32.

¹⁴⁵ Zero Hora. 16 de Março de 1989. Página 37.

¹⁴⁶ Editorial “A falta de onde morar”. 6 de Outubro de 1989. Página 2.

de análise em maior ou menor grau. Nesse sentido, a representação de Zero Hora do cenário nacional é profundamente crítica do que enxerga como excesso estatista da Constituição Federal de 1988, em especial o direito de greve, crítica de todo o movimento sindical que se opõe ao governo Sarney e, paradoxalmente, profundamente crítica também da política econômica de Sarney, responsabilizando o governo federal por questões que poderiam ser representadas, ao menos parcialmente, como responsabilidade da Prefeitura, se o jornal assim o quisesse. Por fim, Zero Hora tenta instrumentalizar a conflitividade social do período para tentar opor Administração Popular e Partido dos Trabalhadores, ao exemplo dos conflitos ocorridos na Prefeitura de São Paulo.

2.2. A representação da conformação das chapas e a atuação de Zero Hora

Por mais que o processo eleitoral que viria culminar nas eleições municipais de novembro tenha começado oficialmente apenas em agosto, optou-se por iniciar a análise a partir do dia 1º de junho de 1988. Isso porque acredita-se que é justamente quando as articulações políticas estão mais frágeis e as possíveis coligações e alianças em uma fase mais embrionária, o peso da mídia impressa enquanto agente político conformador da realidade torna-se ainda mais evidente. Desse modo, busca-se no presente subcapítulo, perceber as articulações de Zero Hora a partir de seu processo de representação da realidade em garantir a conformação de certas chapas e frustrar ou dificultar a formação de outras como forma de fortalecer ou enfraquecer candidaturas e alterar, ainda que marginalmente, a correlação de forças.

Quando se parte para a análise da fonte primária, o primeiro dado aparente, mais que um esforço em criticar as articulações políticas do Partido dos Trabalhadores para a campanha municipal, é a pouca menção ao mesmo. As pré-candidaturas dentro do PMDB – Ibsen Pinheiro e Antônio Brito – assim como as articulações dentro do campo da direita tradicional – PDS, PFL, aliados ao PTB – e mesmo dentro do Partido Democrático Trabalhista aparecem de forma muito mais clara. A pequena menção as articulações do que viria a ser a Frente Popular parecem conferir um grau de candidatura marginal, de menor importância à esta.

Apesar disso, é em 11 de junho a primeira matéria tratando diretamente das articulações dentro da esquerda. Na reportagem¹⁴⁷, dentro da seção política, o tom predominante é o de conflito interno, uma vez que a ênfase da matéria dá-se na

¹⁴⁷ Zero Hora. 11 de Junho de 1988. Página 8.

impossibilidade do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista Brasileiro cederem a cabeça de chapa. Conforme afirma Zero Hora, entre os três pré-candidatos, apenas Jussara Cony, do PCdoB, estava disposta a ceder, o que levava o bloco a um impasse. Em um mês onde a seção política tinha como únicos três temas os últimos debates constituintes, a cisão do PMDB que daria origem ao PSDB e a campanha municipal na capital, apenas nove dias depois alguma referência significativa a candidatura Olívio apareceu novamente no jornal. Numa reportagem razoavelmente extensa sobre os rumos da candidatura da Frente Popular no município¹⁴⁸, a ênfase não se dá de forma alguma nas diferentes propostas dos pré-candidatos ou mesmo nas chances de vitória de cada um. Se dá, isso sim, no profundo desentendimento dos partidos de esquerda em chegar a um candidato único. O tom da matéria frisa um certo autoritarismo do Partido dos Trabalhadores, que diferentemente do PCdoB, exigiria a qualquer custo a cabeça de chapa. O único pré-candidato entrevistado para a reportagem é Fúlvio Petracco, do PSB, que compara as exigências do PT às exigências da ditadura empresarial-militar anos antes e afirma que o Partido dos Trabalhadores não tem “essa força toda”¹⁴⁹.

A forma como se constrói tal reportagem é interessante para entender como se deu a cobertura da pré-campanha de Olívio por Zero Hora como um todo. Existe por um lado certa invisibilização do candidato, com uma cobertura muito aquém de seus principais concorrentes, mesmo quando se têm em conta não ser a única candidatura de esquerda. Por outro lado, quando tal cobertura se dá, não se dá de forma alguma tratando das propostas de Olívio Dutra e do Partido dos Trabalhadores, nem mesmo para fazer a crítica dessas. A cobertura é enfática em pontuar uma imagem de conflito interno e desorganização nas articulações políticas do PT e em pontuar um certo autoritarismo do Partido frente as demais forças de esquerda. A comparação de tal autoritarismo com a ditadura militar não é fato raro dentro do jornal, ainda que muitas vezes seja feita por entrevistados e não abertamente pelo editorial de Zero Hora. Por fim, essa reportagem traz outra marca da cobertura de Zero Hora de Olívio Dutra e posteriormente da Administração Popular, o fato de que, com raríssimas exceções, as entrevistas e os colunistas de Zero Hora que discorrem sobre o candidato e depois sobre sua administração são sempre críticos e adversários de Olívio e de seu projeto político, mesmo que não sejam de direita. Além do claro exemplo de Fúlvio Petracco neste caso, a transformação

¹⁴⁸ Zero Hora. 20 de Junho de 1988. Página 13.

¹⁴⁹ Ibid.

de Alceu Collares em um dos principais comentadores sobre o governo Olívio em 1989 vem corroborar tal afirmação.

Dois dias após tal reportagem e na sequência de uma breve menção da coluna de Zero Hora, Bastidor¹⁵⁰, que, ao contrário do que afirmava Petracco sobre um suposto hegemonismo do PT em detrimento de outras forças de esquerda afirmava que seria o PSB a estar isolado dentro da articulação com o PT e o PCB, o jornal traz nova matéria afirmando que o Partido Socialista Brasileiro se retirava oficialmente das costuras por uma chapa única e lançaria candidatura própria. Em tal reportagem, intitulada “PSB desiste da Frente Popular e diz que PT inviabilizou união das esquerdas tentando impor Olívio Dutra”¹⁵¹, o espaço dado aos socialistas é seis vezes maior que o espaço dado aos petistas para apresentar sua versão dos fatos.

Ao final de junho, conforme visto no parágrafo anterior, a cobertura das articulações para uma candidatura de esquerda em Porto Alegre parece se intensificar. Contudo, o conteúdo das reportagens em momento algum explora as propostas, seja de Fúlvio Petracco seja de Olívio Dutra. A única razão da cobertura parece ser o conflito entre ambos partidos e seus candidatos, que trocam acusações. Apenas dois dias depois da reportagem que anuncia a saída do Partido Socialista Brasileiro das articulações, Zero Hora publica em sua seção política a matéria “Frente Popular, uma meta difícil”¹⁵². Tal reportagem pode ser entendida como um exemplo do esforço do jornal em explorar certas divergências dentro da esquerda, em um possível esforço de pulverizar as candidaturas desse campo. A narrativa traz no primeiro momento conflitos intrapartidários tanto dentro do PSB quanto do PT, afirmando que uma tendência do PSB, chamada Movimento ao Socialismo (MAS), estaria se retirando do Partido para fazer campanha para Olívio. De um outro lado, um grupo dentro do PT, liderado pelo futuro vereador Aldacir Oliboni estaria fazendo campanha aberta para Petracco e seria contra a candidatura Olívio e o protagonismo do PT dentro da Frente Popular. Corroborando essa narrativa, a reportagem na sequência traz o afastamento do Partido Comunista do Brasil da mesma frente e responsabiliza essa saída ao “hegemonismo do PT e reboquismo do PCB”¹⁵³. Essa reportagem, ao mesmo tempo que traz responsabilização do PT pelo fracasso de uma frente mais ampla de esquerda, fomenta o conflito interno, mostrando um cenário caótico

¹⁵⁰ Zero Hora. 21 de Junho de 1988. Página 13.

¹⁵¹ Zero Hora. 22 de Junho de 1988. Página 14.

¹⁵² Zero Hora. 24 de Junho de 1988. Página 13.

¹⁵³ Ibid.

dentro da esquerda, onde não há coesão e unidade nem mesmo dentro dos partidos políticos. Tal imagem de caos contrasta fundamentalmente com a forma que Zero Hora traz a articulação das demais candidaturas ao Paço Municipal.

A candidatura mais favorecida pela cobertura é, a partir da análise da fonte primária, a de Guilherme Socias Villela, ex-prefeito indicado de Porto Alegre durante a ditadura empresarial-militar e membro do Partido Democrático Social – sucessor da ARENA. Em coligação com o Partido da Frente Liberal, de seu vice Germano Bonow, e com o Partido Trabalhista Brasileiro, a candidatura Villela aglutinava a direita tradicional pela primeira vez desde 1982, uma vez que nas eleições legislativas de 1986, o PDS havia feito aliança no Rio Grande do Sul com o PDT de Leonel Brizola. Na reportagem de final de julho que oficializa a candidatura Villela¹⁵⁴, Zero Hora afirma que a marca principal de tal candidatura seria a “eficiência técnica”¹⁵⁵. Para além disso, analisando uma entrevista com o candidato o jornal afirmava que o mesmo se mostrava otimista uma vez que o debate de ideias “forçaria os marxistas a se mostrarem como tais e estes vão descobrir que o eleitorado não é marxista”¹⁵⁶. Para além dessa reportagem, a cobertura de Zero Hora da candidatura é muito extensa, contrastando radicalmente com a cobertura enxuta dada a candidatura Olívio e em nenhum momento da análise é feita com um tom crítico. Ainda que a cobertura não seja a todo momento feita num tom propagandístico, as longas entrevistas feitas ao candidato não são nunca pontuadas ou verificadas por Zero Hora¹⁵⁷, como acontece na maior parte das vezes que um representante do Partido dos Trabalhadores é entrevistado pelo jornal.

Ainda que não seja feita num tom tão crítico como é feita a cobertura da candidatura da Frente Popular, a candidatura de Carlos Araújo, do Partido Democrático Trabalhista, também é marcada por tom negativo. Já na reportagem sobre sua escolha na Convenção Municipal do PDT¹⁵⁸, o tom é de caos e confusão generalizada e pouco enfoque para as propostas do candidato trabalhista. No dia seguinte, Zero Hora entrevista uma série de deputados do PDT que pedem a renúncia do candidato em favor do deputado Carrion

¹⁵⁴ Zero Hora. 23 de Julho de 1988. Página 15.

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Exemplo disso em Zero Hora. 23 de Julho de 1988. Página 15.

¹⁵⁸ Zero Hora. 1º de Agosto de 1988. Páginas 11-16.

Junior¹⁵⁹, uma vez que Araújo seria muito à esquerda e afastaria o eleitor¹⁶⁰. Na sequência, no dia três de agosto, Zero Hora traz o editorial “Ambição guerrilheira”¹⁶¹ que critica duramente o passado na guerrilha do candidato do PDT e faz questionamentos sobre seu compromisso com a democracia, numa clara peça que articula elementos do “perigo vermelho” na representação da pré-campanha. Por fim, no dia 4, Zero Hora afirma que a candidatura de Villela estaria comemorando a escolha de Araújo pelo PDT, uma vez que, por ser ex-guerrilheiro, o candidato não teria qualquer chance. É interessante notar que durante quatro dias Zero Hora direcionou grande parte de sua seção política para pressionar diretamente o PDT a abandonar a candidatura Carlos Araújo em favor de uma candidatura mais moderada de Carrion Júnior. Articulado desde o “perigo vermelho” a uma suposta fraqueza eleitoral, o jornal tentou enquadrar o PDT dentro de um leque de candidatos aceitáveis, junto com Britto e Villela e, frustrado esse esforço, passou de uma cobertura incessante e negativa da candidatura, para uma quase invisibilização, muito similar ao que foi feito com a candidatura Olívio.

Ao final da pré-campanha, nos últimos dias de julho, ao passar boa parte do mês sem trazer maiores menções da candidatura petista e de seus atos de pré-campanha, Zero Hora traz uma nova reportagem sobre o fracasso da Frente Popular, afirmando que as “esquerdas vão totalmente divididas para o pleito desse ano”¹⁶². Nessa reportagem, Zero Hora entrevista José Paulo Bisol, na época no PSDB, onde o senador afirma que tal divisão fez com que “as possibilidades de uma vitória da esquerda ficassem profundamente prejudicadas”¹⁶³. No dia seguinte, como confirmação do que articulava e promovera durante toda a pré-campanha, Zero Hora lança o Bastidor “Obviedade”¹⁶⁴, onde felicita a si mesma por prever, desde o início que “a Frente Popular iria para as cucuias”¹⁶⁵.

Concluindo, durante toda a pré-campanha para a eleição municipal, a cobertura da Frente Popular é errática, ainda que por vezes presente. O contraste dessa cobertura frente a cobertura de outras pré-candidaturas, como as duas pré-candidaturas do MDB e

¹⁵⁹ Um dia antes da Convenção Municipal do PDT, Zero Hora em sua Seção Política afirmou que uma candidatura de Carrion Júnior seria “imbatível”. In: Zero Hora. 31 de Julho de 1988. Página 16.

¹⁶⁰ Zero Hora. 2 de Agosto de 1988. Página 12.

¹⁶¹ Editorial “Ambição guerrilheira”. 3 de Agosto de 1988. Página 2.

¹⁶² Zero Hora. 22 de Julho de 1988. Página 13.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ Zero Hora. 23 de Julho de 1988. Página 14.

¹⁶⁵ Ibid.

sobretudo a cobertura da pré-candidatura Villela, do PDS, é muito visível. Enquanto as candidaturas mais a direita contam com uma cobertura que se alterna entre momentos abertamente favorável e momentos de uma narrativa acrítica e impessoal, estando presente todos os dias na seção política, a cobertura da pré-campanha da Frente Popular aparece esporadicamente nessa seção. Contudo, além da pouca exposição, quando abordada, é representada como marcada por conflitos insolúveis, por troca de acusações e por dissidências internas nos dois principais partidos dentro desta. Enquanto desde a pré-campanha, tanto o PMDB quanto o PDS conseguem veicular propostas concretas através do jornal, tanto PDT quanto a candidatura da Frente Popular só vão conseguir fazê-lo com a campanha eleitoral já em pleno andamento, quando a unidade de ação de uma campanha impossibilitar Zero Hora de explorar contradições internas tão frequentemente.

2.3. O processo eleitoral de 1988 em Zero Hora

A campanha eleitoral para a eleição municipal de 1988 em Porto Alegre começa oficialmente no mês de agosto desse ano. Foi a segunda eleição direta para prefeito da cidade desde a ditadura empresarial-militar, elegendo-se o sucessor de Alceu Collares, do PDT, eleito em 1985. Refletindo um maior cenário de pulverização partidária do que a eleição anterior, Porto Alegre teve sete candidaturas para a eleição majoritária: mais a direita, a candidatura do Partido Liberal do jornalista Sérgio Jockyman; na sequência, como uma das candidaturas tidas como favoritas por Zero Hora, a Aliança Democrática Popular, de PDS, PFL e PTB, com o candidato Guilherme Sociais Villela, ex-prefeito indicado durante a ditadura empresarial-militar; ao centro, a candidatura de Antônio Britto, do PMDB; na esquerda, quatro candidaturas, a de Carlos Araújo do PDT e outras três que participaram do projeto inicial da Frente Popular, a de Fúlvio Petracco, do PSB; de Raúl Carrion do PCdoB; e a de Olívio Dutra do PT, apoiado dentro do que restou da Frente Popular pelo PCB e externamente pelo PSDB. A multiplicidade de candidatos frente a um eleitorado pouco motivado com a eleição vindoura era frequentemente ironizada por Zero Hora, como na charge abaixo, de 8 de agosto:

Figura 5 Multiplicidade de candidatos na eleição municipal de 1988. 8 de agosto de 1988



Fonte: Zero Hora

Já impactada pelos crescentes rumores de candidaturas para a eleição presidencial de 1989, a eleição municipal de 1988 era representada com duas características marcantes: em primeiro lugar era vista como uma eleição com baixíssima empolgação e mobilização política pelo jornal, muito decorrente do cenário econômico deteriorado e da frustração com o resultado do primeiro governo municipal eleito. Porém, é na segunda característica que a representação de Zero Hora impõe mais foco: a eleição municipal de 1988 era vista como uma prévia partidária dos resultados de 1989, sendo representada por Zero Hora como uma conquista de bases desde onde lançar a campanha presidencial de 1989 dos diferentes candidatos ao Planalto¹⁶⁶. Apenas começada a análise, Zero Hora veicula um editorial¹⁶⁷ afirmando que a eleição seria nacionalizada, em virtude do quadro socioeconômico grave. Com o mesmo sentido vem o editorial de política “Solteira”¹⁶⁸, afirmando que a eleição de um só cargo executivo em 1989 iria inevitavelmente “atropelar” a eleição um ano antes. No dia seis de julho é veiculada a reportagem “Eleições definem rumos”¹⁶⁹, onde se afirma novamente que a eleição é uma etapa prévia para a conquista do Planalto. Contudo, a reportagem traz uma análise que é profundamente interessante uma vez que revela que vários meses antes da eleição já

¹⁶⁶ Editorial “O jogo da sucessão”. Zero Hora. 17 de Junho de 1988. Página 9.

¹⁶⁷ Zero Hora. 4 de Junho de 1988. Página 2.

¹⁶⁸ Zero Hora. 28 de Setembro de 1988. Página 8.

¹⁶⁹ Zero Hora. 6 de Julho de 1988. Página 28.

estava claro para o jornal o voto de protesto que poderia vir contra os partidos que davam sustentação política à José Sarney. O jornal afirma que “em 1986 eram vários os partidos querendo se colocar na condição de afilhados da Nova República e que um retrato ao lado de Sarney era uma arma poderosa. Esse ano é raro encontrar algum candidato que se coloque como defensor do governo federal”¹⁷⁰. Apesar de não prever claramente uma derrota fragorosa de PMDB e PFL, Zero Hora na análise apontava a grande força do PT e via na associação do Partido com religiosos sua grande força, posto que “muitos religiosos emprestam hoje o apoio e a influência da Igreja ao Partido dos Trabalhadores”¹⁷¹. Fica claro na representação durante 1988 um esforço do PMDB gaúcho de se descolar de Sarney e a facilidade com que Zero Hora dá voz a tais ambições sem maiores questionamentos do compromisso político dos peemedebistas gaúchos com o governo nacional. No dia 20 de Junho, Antônio Lorenzi, liderança do PMDB-RS afirma que “o PMDB do Rio Grande não é o PMDB que serve ao Planalto”¹⁷² e não existe por parte do jornal qualquer esforço de analisar ou fazer a crítica de tal afirmação.

No começo do período analisado, existe uma percepção por parte de Zero Hora de que, mesmo com a gigantesca perda de popularidade do governo nacional, o cenário eleitoral em 1988 não havia sofrido alterações substanciais frente a última eleição legislativa, ocorrida em 1986, em decorrência da maior estrutura partidária dos grandes partidos que formavam a coalizão de Sarney. No dia 5 de junho, ao analisar as perspectivas da eleição municipal, o jornal afirma que PMDB e PDS seguem predominantes¹⁷³. Contudo, na mesma reportagem, Zero Hora afirma que a presença de pequenos partidos não pode ser desprezada, “especialmente a do PT, que cresce de eleição para eleição”¹⁷⁴. Portanto, existe claramente uma contradição entre a invisibilização da candidatura Olívio promovida por Zero Hora quando se compara com o espaço dado aos demais candidatos e a percepção de chance de vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores. Potencialmente, enxerga-se aqui uma tentativa do jornal de ao diminuir a importância da candidatura Olívio em suas páginas, tratá-la como candidatura secundária, almejando convergir a representação à realidade. Nesse sentido, não negando alguma fragilidade do PMDB e o crescimento da esquerda, mas direcionando tal crescimento como relacionado ao fortalecimento do Partido Democrático Trabalhista, o Bastidor

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² Zero Hora. 20 de Junho de 1988. Página 14

¹⁷³ Zero Hora. 5 de Junho de 1988. Página 8.

¹⁷⁴ Ibid.

“Confidencialmente”¹⁷⁵ de 18 de agosto prevê que por todo o Rio Grande do Sul o antagonismo se dará entre PMDB e PDT, em uma campanha que o jornal prevê como suja de acusações onde os palanques serão o “ringue da luta verbal”¹⁷⁶.

Outro aspecto muito relevante da representação de Zero Hora da eleição municipal e que já foi mencionado brevemente anteriormente é a baixíssima empolgação do eleitorado com mais um processo político no contexto de crise econômica e social. Ainda que tivesse previsto uma campanha suja e aguerrida no estado, Zero Hora surpreende-se no editorial “A primavera da democracia”¹⁷⁷, de final de agosto, com a cordialidade da campanha municipal. Num primeiro momento recebido como algo positivo, para meados de setembro esse clima de apatia política parece incomodar. Num Bastidor do dia 11 desse mês¹⁷⁸, Zero Hora critica o tom morno da campanha e culpabiliza os diferentes candidatos por não engajarem o eleitor. No mesmo tom, o Bastidor de fins de agosto “Afinal, quando começa a campanha?”¹⁷⁹ também mostrava certa frustração com a que chamava de “a mais apática de todas as campanhas eleitorais”¹⁸⁰. Contudo, havia um questionamento se o alto custo da campanha para estruturas partidárias ainda frágeis e num momento de crise econômica generalizada não estariam impossibilitando aos partidos construir campanhas mais engajadas e que mobilizassem o eleitorado. A falta de estrutura para campanhas também aparece como problemática central no Bastidor “De primeira”¹⁸¹, de início de setembro, onde afirma-se que certas candidaturas pensam em abandonar o pleito pela falta de estrutura e finanças. Apesar desse questionamento, ao final de outubro de 1988, quase terminada a campanha, Zero Hora traz o diagnóstico de que seria o cenário econômico nacional – mais que a frustração com Alceu Collares ou a falta de recursos dos partidos para fazer campanha – o grande responsável pelo baixíssimo engajamento do eleitorado. O jornal afirma: “temas nacionais, como a inflação ou os baixos salários preocupam a população tanto ou mais que as eleições municipais”¹⁸².

Contudo, retornando à representação de Zero Hora feita sobre a campanha de Olívio Dutra ao Paço Municipal, a narrativa por vezes é conflitiva. Ainda que trate candidaturas

¹⁷⁵ Zero Hora. 18 de Agosto de 1988. Página 12

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ Editorial “A primavera da democracia”. Zero Hora. 23 de Agosto de 1988. Página 2.

¹⁷⁸ Zero Hora. 11 de Setembro de 1988. Página 8.

¹⁷⁹ Zero Hora. 23 de Agosto de 1988. Página 12.

¹⁸⁰ Ibid.

¹⁸¹ Zero Hora. 1º de Setembro de 1988. Página 12.

¹⁸² Zero Hora. 30 de Outubro de 1988. Página 22.

de partidos tradicionais muitas vezes como favoritas, sucessivas vezes a partir de julho de 1988 e cada vez mais frequentemente até o momento do pleito em novembro, reportagens de Zero Hora mencionam a força da campanha de Olívio e até mesmo por vezes seu favoritismo. Tal fato torna-se ainda mais interessante uma vez que em nenhum editorial durante todos os meses analisados até a eleição é mencionado sequer uma vez o favoritismo ou a força da campanha de Olívio. Uma contradição tão grande remete ao que defende De Luca¹⁸³ de que o jornal dentro da sociedade capitalista é uma empresa permeada por conflitos de classe e interesses divergentes e que constantemente reportagens – feitas por jornalistas e repórteres – conflitam com o que é afirmado no editorial – controlado diretamente pelo editor e com supervisão muito maior dos donos dos meios de comunicação. Desse modo, tendências políticas que viriam a se materializar, nesse caso, a vitória de Olívio, estão presentes de forma mais clara na reportagem que nos editoriais, posto que o que se afirma nestes é contraditório com o que é representado em diversas matérias de Zero Hora. A primeira reportagem que trata da força da esquerda num contexto de crise econômica é ainda em julho, segundo mês da análise, onde afirma-se que “PT e PSB têm condições de emparelhar com o PMDB e o PDT na luta pela conquista da Prefeitura”¹⁸⁴.

A força do PT na campanha, ainda que não seja representada como evidente pelos editores de Zero Hora e mesmo para os demais adversários dentro da esquerda como Fúlvio Petracco, começa a aparecer no jornal ainda em julho. Na reportagem “Dianteira”¹⁸⁵ afirma-se que enquanto demais partidos ficam indecisos na escolha do candidato, a candidatura da Frente Popular avança. Afirma o jornal: “Diariamente, o candidato petista vem promovendo reuniões com zonais, sindicatos e associações comunitárias”¹⁸⁶. A reportagem termina acusando Olívio de dissimular uma campanha antecipada, enquanto as demais candidaturas respeitam as regras. Em igual tom acusatório de campanha antecipada, o Bastidor “Madrugador”, de início de agosto, ressalta que Olívio “já está em campanha há mais de um mês, promovendo reuniões com sindicatos e visitas na porta de fábricas” enquanto as demais candidaturas recém começavam a estruturar sua campanha. Essas duas peças jornalísticas dão evidência que, ao menos para os jornalistas de Zero Hora, se não pela representação a partir do editorial,

¹⁸³ DE LUCA, Tânia Regina. Op. cit.

¹⁸⁴ Zero Hora. 11 de Julho de 1988. Página 12.

¹⁸⁵ Zero Hora. 14 de Julho de 1988. Página 14.

¹⁸⁶ Ibid.

a força da candidatura da Frente Popular aparentava ser evidente e os avanços de Olívio sobre eleitorados que o Partido dos Trabalhadores não conquistara na eleição municipal de 1985 parecia se confirmar pela boa recepção da candidatura em associações comunitárias, sindicatos e fábricas pela cidade.

No dia em que se definem os candidatos, 8 de agosto de 1988, o jornal dedica quatro páginas para falar da candidatura de Antônio Britto¹⁸⁷, oficializada pelo PMDB. Candidaturas como a de Fúlvio Petracco e Guilherme Villela recebem espaço um pouco menor, mas cobertura positiva. Mesmo com o reconhecimento em reportagens de sua força eleitoral, a candidatura da Frente Popular é relegada novamente um caráter marginal, recebendo apenas dois parágrafos¹⁸⁸, assim como as candidaturas minoritárias do PL, do PCdoB e do recém-formado PSDB, que seria posteriormente abandonada em favor de Olívio Dutra. Após já estarem registradas as candidaturas, Zero Hora alfineta o PT na reportagem “PT quer apoio mas não dá lugar”¹⁸⁹, onde critica o que chama de hegemonismo do Partido, que só está disposto a receber apoio unilateral de PCdoB e PSDB, se recusando a fazer coligação proporcional com os dois partidos. Percebe-se na representação uma candidatura mais segura da vitória e de fortes resultados legislativos do que na pré-campanha, uma vez que anteriormente entrevistados por Zero Hora¹⁹⁰ dirigentes partidários otimistas tinham como objetivo fazer ao menos 20% dos votos e, junto com o PCB, 7 vereadores. O otimismo do PT a partir do início da campanha é corroborado na representação das reportagens de Zero Hora nas raras vezes que menciona a candidatura Olívio. No Bastidor “Confidencialmente”, de meio de agosto, o jornal afirma que fontes de alguns partidos tidos como favoritos – PMDB e PDT de acordo com Zero Hora – lamentavam-se ao ver “uma concentração de apoio em favor de Guilherme Villela junto à classe média e uma tendência em favor do PT em levantamentos feitos nas vilas da Capital”¹⁹¹.

Em uma reportagem extensa sobre todas as candidaturas, intitulada “Três meses para ganhar uma eleição”¹⁹², de meados de agosto, Zero Hora enfatiza o caráter ainda experimental de quase todas as candidaturas, que “só agora estão iniciando a implantação

¹⁸⁷ Zero Hora. 8 de Agosto de 1988. Páginas 14-18.

¹⁸⁸ Zero Hora. 8 de Agosto de 1988. Página 27.

¹⁸⁹ Zero Hora. 10 de Agosto de 1988. Página 12.

¹⁹⁰ Zero Hora. 2 de Agosto. Página 13.

¹⁹¹ Zero Hora. 13 de Agosto de 1988. Página 14.

¹⁹² Zero Hora. 15 de Agosto de 1988. Página 12.

da estrutura para iniciar sua campanha eleitoral”¹⁹³. Contudo, ao tratar de Olívio e da Frente Popular, a reportagem ressalta a força dessa candidatura por ter começado a estruturar mais cedo sua campanha. Ao falar sobre a campanha, Zero Hora afirma:

É desenvolvida à porta de fábricas e em pequenas concentrações nas vilas populares, com forte ação em cima dos sindicatos. [...] Promoveram mais de 40 reuniões com sindicalistas e por igual andaram em dezenas de fábricas.¹⁹⁴

O contraste com as demais candidaturas continua a ser ressaltado durante todo mês de agosto, seja pelo forte diálogo com os municipais¹⁹⁵ ou pelo “trabalho forte de implantação da Frente Popular no movimento sindical e comunitário”¹⁹⁶. A preparação antecipada de Olívio e de sua campanha teria garantido até mesmo estoque de papel em melhor qualidade e preços, dado que o produto foi particularmente atingido pela inflação. Nessa mesma reportagem¹⁹⁷, afirma-se que as condições econômicas dos partidos são tão drásticas para fazerem campanha que há até roubo de cartazes por parte de campanhas para utilizar a madeira para fazer seus próprios cavaletes.

Com a deterioração econômica, Zero Hora mostra em setembro um esforço claro da Frente Popular em nacionalizar a campanha. Composta oficialmente por PT e PCB – e apoiada por fora pelo PSDB – a campanha traz os dois prováveis candidatos – Lula e Roberto Freire – para impulsionar a candidatura de Olívio. No primeiro dia da dupla em Porto Alegre, Zero Hora afirma: “A chegada de Lula foi uma festa, onde se misturaram a campanha de Olívio Dutra para a Prefeitura e a do próprio Lula para Presidente”¹⁹⁸. No dia seguinte, Zero Hora cobre – de forma sucinta – um ato-show liderado por Lula e Freire no Auditório Araújo Viana, que reúne cerca de 5 mil pessoas¹⁹⁹. Tido já como presidenciável pelo jornal, Lula tem, diferente de Freire, espaço para uma breve entrevista onde declara que “a Frente Popular traz, pela primeira vez, a perspectiva concreta de uma vitória da esquerda em Porto Alegre”²⁰⁰ e é cobrado por Zero Hora se tal vitória significaria que Porto Alegre se tornaria uma cidade socialista. Lula responde que seria uma cidade administrada com honestidade e participação popular, mas não socialista. Ao mesmo tempo que busca nacionalizar a eleição, dando espaço em uma dimensão muito

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ Zero Hora. 17 de Agosto de 1988. Página 13.

¹⁹⁶ Zero Hora. 23 de Agosto de 1988. Página 12.

¹⁹⁷ Zero Hora. 21 de Agosto de 1988. Página 22.

¹⁹⁸ Zero Hora. 4 de Setembro de 1988. Página 23.

¹⁹⁹ Zero Hora. 5 de Setembro de 1988. Página 13.

²⁰⁰ Ibid.

maior à campanha da Frente Popular quando Lula está na cidade, Zero Hora apresenta, ainda que de forma sutil, menções ao “perigo vermelho” quando associa na sua representação a campanha municipal de Olívio em 1988 à campanha presidencial de Lula no ano seguinte. Como exemplo de maior espaço dado à campanha quando Lula vêm a Porto Alegre, pode-se citar o ato de fechamento de campanha²⁰¹, com 20 mil pessoas, exposto abaixo:

Figura 6 Ato de fechamento de campanha de Olívio com Lula. 11 de novembro de 1988



Fonte: Zero Hora

Contudo, pelas próprias declarações de Olívio veiculadas por Zero Hora no mês de setembro, percebe-se que a nacionalização da campanha, ainda que corroborada por Zero Hora, não parte do jornal e sim da Frente Popular. No final do mês, Olívio dá duas declarações que dão o tom da campanha municipal como uma campanha plebiscitária sobre Sarney e os partidos de sua coalizão. No dia 18 de setembro, ao afirmar categoricamente que a Frente Popular vencerá a eleição em Porto Alegre, Olívio proclama que sua candidatura está em disputa com as duas alas do governo federal, o PMDB de Antônio Britto e o PFL, parte da candidatura Villela²⁰². Poucos dias depois, em reunião com previdenciários, Olívio pede aos eleitores “que se engajem na luta contra a Nova

²⁰¹ Zero Hora. 11 de Novembro de 1988. Página 12.

²⁰² Zero Hora. 18 de Setembro de 1988. Página 16.

República, que, em Porto Alegre, passa pelo apoio à Frente Popular”²⁰³. O combate à Nova República repetir-se-á na representação até a eleição, sendo entendido esse termo como a coalizão de sustentação política de Sarney e não o período histórico pós-ditadura empresarial-militar. Quase ao fim da campanha, Lula retorna à Porto Alegre para participar de panfletagem em porta de fábrica com Olívio e Tarso e diz acreditar na vitória de Olívio pela vinculação de seus oponentes, Antônio Britto e Guilherme Villela, “às duas pontas do governo Sarney”²⁰⁴. O presidenciável também prevê que o PT sairá dessas eleições “consolidado como uma alternativa de poder a nível nacional”²⁰⁵. Tal esforço de antagonização com o governo nacional parece fazer sentido, uma vez que o Editorial de Política “Momento”²⁰⁶, de fins de setembro, afirma que o resultado das eleições municipais será essencial para avaliar a continuidade da aliança governista PMDB-PFL. Ao final da campanha, uma semana antes do pleito, o peso do contexto nacional para os partidos até então tidos como centrais é reconhecido por Zero Hora como fraqueza, ainda que não atribua a isso uma impopularidade dos candidatos à prefeito desses partidos. De igual modo, na mesma reportagem, a falta de governos do PT é vista pelo jornal como uma vantagem:

O PMDB sofre cobranças por sua presença na Nova República e no Governo do Estado, a ADP (PDS-PFL-PTB) pelas ligações com o regime de exceção. [...] O PT está à vontade e, sem qualquer vinculação oficial, parte para a denúncia e a crítica.²⁰⁷

Em outubro de 1988, pouco mais de um mês antes da eleição, a deterioração econômica nacional e a consequente crise fiscal a nível municipal vão ter repercussões diretas na cidade e no processo eleitoral. Pressionados pelo aumento do custo de vida e demandando recomposição salarial, os municipais declaram greve e paralisam serviços essenciais como educação, parcialmente saúde, coleta de lixo entre outros. Em poucos dias, a representação de Zero Hora é de um caos generalizado pela cidade. A administração Collares faz um esforço que é propagado a todo momento por Zero Hora de afirmar que a greve é eleitoreira e feita para ajudar a vitória da Frente Popular. No mesmo dia em que Zero Hora põe como capa a declaração de estado de calamidade pública em decorrência da greve²⁰⁸, decretado pela Prefeitura, Collares acusa diretamente

²⁰³ Zero Hora. 22 de Setembro de 1988. Página 12.

²⁰⁴ Zero Hora. 5 de Novembro de 1988. Página 30.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ Zero Hora. 25 de Setembro de 1988. Página 8.

²⁰⁷ Zero Hora. 7 de Novembro de 1988. Página 25.

²⁰⁸ Zero Hora. 12 de Outubro de 1988. Página 1.

os grevistas e o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) de serem “manipulados pelo PT”²⁰⁹. No dia 20 desse mês, Zero Hora veicula extensa publicidade informacional paga, os chamados “a pedido”, de página inteira, adquirido pela Prefeitura. Nessa peça, a Prefeitura afirma:

Uma minoria de servidores permanece paralisada, obedecendo aos estímulos de ativistas políticos de clara filiação ao PT, que busca encurralar o governo e evitar a entrega ao povo de um imenso leque de obras. O PT só quer obter dividendos ideológicos e eleitorais para os seus candidatos.²¹⁰

Ao aceitar veicular tal “a pedido”, Zero Hora dá voz a certo perigo vermelho, hiperdimensionando o poder do Partido dos Trabalhadores sobre o funcionalismo público, sendo o Partido capaz de paralisar a cidade e levá-la à calamidade pública ao mesmo tempo que trata a candidatura Olívio como uma candidatura secundária, ainda que por vezes a reportagem, mas nunca o editorial, reconheça as chances potenciais da Frente Popular.

Ainda que editorial de política²¹¹ e reportagem nesse mesmo caderno²¹² em 6 de novembro – 9 dias antes da eleição – atribuam força surpreendente ao PT e ao PDT na capital – partidos que ao final seriam o primeiro e segundo colocado na eleição – Zero Hora faz sua cobertura das semanas finais de campanha mostrando uma disputa parelha, que na prática já não mais existia, se em algum momento existiu. Fazendo um balanço antes da semana final de campanha, Zero Hora afirma: “a tendência até aqui é de uma eleição extremamente equilibrada e que deve ser decidida por um número mínimo de votos”²¹³. Comparando os quase 39% de votos dados a Olívio aos menos de 15% dados ao candidato até então tido como leve favorito por Zero Hora²¹⁴, Guilherme Villela, vê-se um claro esforço de tentativa de conformar a realidade por Zero Hora, buscando apresentar uma disputa acirrada e incentivar a participação eleitoral de seus leitores, potencialmente público-alvo de candidaturas mais em consonância com a linha editorial apresentada pelo jornal.

Ainda que cogitada pelo Editorial de Política dois dias antes do pleito, onde se afirma que na capital “predomina a linguagem crítica, francamente oposicionista”²¹⁵ e se

²⁰⁹ Zero Hora. 12 de Outubro de 1988. Página 30.

²¹⁰ Zero Hora. 20 de Outubro de 1988. Página 43.

²¹¹ Zero Hora. 6 de Novembro de 1988. Página 10.

²¹² Zero Hora. 6 de Novembro de 1988. Página 22.

²¹³ Zero Hora. 5 de Novembro de 1988. Página 30.

²¹⁴ Zero Hora. 21 de Outubro de 1988. Página 14.

²¹⁵ Zero Hora. 13 de Novembro de 1988. Página 10.

ressalta a boa estrutura partidária de PT e PDT, a vitória de Olívio ainda vai gerar certa surpresa por parte de Zero Hora que vai dedicar longas reportagens e editoriais buscando analisar as razões da vitória de Olívio Dutra em Porto Alegre e os rumos de seu futuro governo. Tais reflexões, contudo, serão expostas no capítulo seguinte.

Sobre as propostas de Olívio mais tratadas por Zero Hora, nas não tão expressivas reportagens dedicadas ao candidato, pode-se mencionar que a resolução da problemática do transporte público – que viria culminar na intervenção de fevereiro de 1989 – foi sem dúvida o tema mais presente. Não é possível verificar se tal se deu pela primazia da temática dentro da campanha da Frente Popular ou por decorrência da representação de Zero Hora ter buscado pôr em segundo plano outras temáticas como as iniciativas de democratizar o orçamento e ampliar a participação popular. Já no dia 13 de agosto, em pequena reportagem intitulada “Transporte é a prioridade do PT”²¹⁶, numa das primeiras menções a propostas da candidatura, Zero Hora ressalta, em tom negativo, objetivo de Olívio de “democratizar o sistema de transportes com a participação de Conselhos Populares na fixação das tarifas”²¹⁷. No dia 10 de outubro, quase dois meses depois, há uma nova menção as propostas concretas da Frente Popular e o assunto central da reportagem²¹⁸ novamente discorre sobre transporte público, estando a ênfase em analisar a proposta de encampação do transporte público por Olívio. No dia 29 desse mesmo mês, Olívio acusa a administração Collares de estar em conluio com as empresas de transporte público do município²¹⁹. Por fim, uma semana antes da votação têm-se a última exposição das propostas de todos os candidatos. No parágrafo dedicado à candidatura da Frente Popular, afirma-se que Olívio busca “promover a organização do povo”²²⁰, cujo objetivo principal será “promover a encampação dos transportes públicos”²²¹. Ou seja, ainda que hajam claras e variadas menções a uma ampliação drástica da participação popular numa eventual vitória da Frente Popular, a principal proposta de Olívio veiculada por Zero Hora é, incontestavelmente, uma solução definitiva para a questão do transporte público. A transferência da execução do orçamento público para assembleias populares – o que viria a ser o Orçamento Participativo – não aparece claramente na representação das propostas da Frente feita por Zero Hora. As causas de uma maior ênfase de Zero Hora na questão

²¹⁶ Zero Hora. 13 de Agosto de 1988. Página 14.

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ Zero Hora. 10 de Outubro de 1988. Página 14.

²¹⁹ Zero Hora. 29 de Outubro de 1988. Página 12.

²²⁰ Zero Hora. 8 de Novembro de 1988. Página 34.

²²¹ Ibid.

dos transportes do que na expansão da participação popular não podem ser estabelecidas com maior precisão, ainda que a maior polêmica e conflitividade da questão dos transportes do que a expansão da participação popular possa ser uma possível causa.

A eleição de 1988 foi representada por Zero Hora como uma eleição de baixa mobilização política e como uma prévia da eleição presidencial do ano seguinte, onde o principal objetivo das forças políticas seria conquistar bases a partir das quais tocar a campanha de 1989. Contudo, não é somente em decorrência da eleição presidencial de 1989 que a campanha acaba se nacionalizando. O grave contexto econômico acaba enfraquecendo a nível municipal os partidos que compõem a nível nacional a coalizão política de Sarney, o que acaba tendo efeitos para seus candidatos em Porto Alegre, o que, no entanto, só é percebido na representação feita por Zero Hora mais para o fim da campanha. A representação da campanha de Olívio mostra no primeiro momento uma candidatura arrogante, incapaz de ceder protagonismo para ampliar alianças e com a campanha já deslanchada, uma candidatura secundária, com menos força que as candidaturas tidas como principais – Guilherme Villela e Antônio Britto. A medida que a campanha avança, quando é mencionada, a campanha de Olívio passa a ser tida como concorrente com chances de vitória. Contudo, com uma cobertura tão inferior a seus adversários principais e de igual tamanho a candidaturas como a do PCdoB e do PL, o panorama segue sendo de uma candidatura de menor importância. Os raros momentos onde a campanha de Olívio ganha maior preponderância na representação de Zero Hora é quando Lula chega a Porto Alegre para ajudar na mobilização. Nesses momentos, Olívio consegue dar declarações mais extensas para Zero Hora. Contudo, a cobertura parece tratar quase inteiramente sobre as perspectivas eleitorais do ano seguinte. Tratando da reta final da corrida eleitoral, Zero Hora se esforça em representar uma disputa parelha entre PT, PDT, PMDB e PFL, talvez como forma de manter motivado certo eleitorado em campanha e garantir o máximo de participação eleitoral de seu público leitor. Contudo, por mais que o editorial não mencione, as reportagens constantemente mostram uma força da candidatura da Frente Popular bem superior às candidaturas de centro-direita e direita. Por fim, tratando das propostas de Olívio representadas no jornal, o assunto predominante é incontestavelmente uma solução à questão do transporte público, ainda que não seja possível precisar se isso é em decorrência de uma maior predominância desse tema nas propostas da Frente Popular ou uma escolha deliberada de Zero Hora

como forma de subrepresentar outras temáticas como os Conselhos Populares e expansão de instrumentos participativos.

A eleição do PT em 15 de novembro, juntamente com a vitória do Partido em outras capitais como Vitória e São Paulo, assim como no Rio Grande do Sul o resultado favorável também na cidade portuária de Rio Grande, vai ter como consequência uma ampla reflexão por parte do jornal sobre as raízes desse êxito e as perspectivas de governo do Partido, que salta de um lugar marginal na política gaúcha para um posto de protagonista. Essas reflexões e a transição de governo em Porto Alegre serão o assunto do próximo subcapítulo.

2.4. A transição de governo: processo político e influência midiática

A transição entre a administração Collares e a Administração Popular em Porto Alegre não foi um processo político pacífico. Ainda que ambas estivessem à esquerda do governo estadual e do nacional, o conflito entre PT e PDT era, pela diferente matriz política de ambos partidos no Rio Grande do Sul, enraizado e marcado por rivalidades que vinham desde o início da década e que se acirravam mais a cada dia a medida que se chegava perto da eleição presidencial de 1989. Ainda que tenha durado poucos meses, a transição foi representada por Zero Hora como profundamente conturbada e o governo entrante foi visto com desconfiança ainda que, por muitas vezes, não com uma hostilidade aberta. Contudo, logo após se conhecer os resultados eleitorais, Zero Hora não focou sua representação na transição de governo e sim numa minuciosa investigação das razões que levaram à vitória com folga da Frente Popular no município e a derrota dos grandes partidos do status quo, sobretudo PMDB e PDS.

No dia 16 de novembro e nos dias subsequentes, Olívio Dutra tem um espaço de cobertura dentro do jornal que em nenhum momento prévio tivera e, até o final da análise, não voltaria a ter. Numa entrevista de quatro páginas com o agora prefeito-eleito²²², percebe-se um foco muito maior da Frente Popular na questão da ampliação da participação política no orçamento do que necessariamente na solução da questão dos transportes. A partir disso é possível inferir que havia um esforço deliberado por parte de Zero Hora durante a campanha de, ao falar sobre as propostas da Frente Popular, realçar a encampação dos transportes públicos, questão mais polêmica e radical, e minimizar a ampliação da participação política, conteúdo programático que aparece como menos

²²² Zero Hora. 16 de Novembro de 1988. Caderno Especial.

controverso na análise e que, levando em conta a extensa entrevista concedida por Olívio, parecia ser uma parte central de seu programa. Falando dos chamados Conselhos Populares, que viriam a ser criados, Olívio afirma: “através deles a população terá como se organizar para fiscalizar os atos de governo e determinar quais as obras prioritárias em cada região”²²³. Percebe-se, portanto, que já se tinha ideias claras quanto às diretrizes do que, posteriormente, daria origem ao Orçamento Participativo, ainda que a historiografia – como Abers²²⁴ e Baiocchi²²⁵ – demonstrem que sua organização e efetivação ainda estava longe de ser concluída. Por mais que houvesse um esforço por parte de Zero Hora de realçar o radicalismo do governo entrante, havia sim um discurso claro de Olívio Dutra bem à esquerda da administração prévia. Na parte final da longa entrevista, Olívio afirma que a encampação total do transporte público será realizada na sua gestão, ainda que de forma progressiva, e conclui afirmando que seu governo não será igual para todos, tendo como foco “os explorados frente aos poderosos”²²⁶. Percebe-se, dessa maneira, uma predisposição ao embate do governo entrante e não apenas uma representação desse governo como conflitivo e radical.

Contudo, já no dia seguinte, Zero Hora vai explorar de forma intensa o perigo vermelho na longa reportagem “Tudo é novo. A ansiedade cresce”²²⁷. Nessa reportagem, Zero Hora elenca entrevistas com uma série de representantes de diversas “entidades que não se identificam com o PT”²²⁸. Em primeiro lugar, um temeroso e anônimo representante da Igreja relembra a perseguição ao catolicismo no socialismo real e diz esperar “uma administração do PT sem ódio, sem vingança e sem espírito de revanchismo”²²⁹. Na sequência, um representante da seção gaúcha da União Democrática Ruralista, organização política do latifúndio e do agronegócio é o entrevistado. Sua preocupação maior está no ambiente de negócios que terá Porto Alegre, uma vez que “o PT coloca os trabalhadores como os deuses e os empresários como os demônios”²³⁰. Também representando o agronegócio, é entrevistado o presidente da FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – que afirma que “o

²²³ Ibid.

²²⁴ ABERS, Rebecca. Op. cit.

²²⁵ BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit.

²²⁶ Zero Hora. 16 de Novembro de 1988. Caderno Especial.

²²⁷ Zero Hora. 17 de Novembro de 1988. Caderno Especial.

²²⁸ Ibid.

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Ibid.

radicalismo do PT poderá prejudicar a sua administração”²³¹. Dois empresários do transporte público dão sequência às entrevistas dos representantes do agronegócio. O primeiro dentre eles aparenta extrema preocupação em ter seu negócio liquidado pelo PT, uma vez que o mesmo, em suas palavras, “representa 30 anos de sua vida e seu trabalho”²³². O segundo ameaça uma batalha judicial contra a Administração Popular caso a mesma tente alterar de qualquer maneira a forma como é gerido o transporte público em Porto Alegre. A mais dura crítica ao governo entrante é a que encerra o ciclo de entrevistas com opositores. O presidente da FEDERASUL – Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul – afirma que a relação entre empresários e o Partido dos Trabalhadores é a relação entre água e óleo e conclui “Não nos misturamos jamais. Somos, portanto, inimigos”²³³. Nessa reportagem extensa, onde são explorados todos os aspectos do perigo vermelho por parte de Zero Hora, indo desde à perseguição aos religiosos, uma suposta propagação do ódio entre as classes pelo Poder Executivo, até a expropriação sem propósito de empresários honestos e trabalhadores, não há qualquer espaço fornecido ao governo entrante ou a algum membro do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre de rechaçar tais acusações e apresentar propostas concretas frente aos receios propagados pela reportagem. É apresentada uma administração entrante tomada de radicalismos infantis, contrastada com um anseio, repetido por vários dos entrevistados, de uma administração “técnica”.

Já nos primeiros dias de governo, uma série de invasões no Conjunto Residencial Guapuruvu, no bairro Rubem Berta, é apresentado por Zero Hora como um indício dos novos tempos, fruto do radicalismo do governo e de uma permissibilidade do PT com os sem-teto²³⁴. Para além de fomentar receios com o “perigo vermelho”, durante a transição Zero Hora se dedica a apresentar uma extensa e minuciosa análise do Partido dos Trabalhadores, suas lideranças e sua história recente, tentando demonstrar ao seu leitor as razões da vitória desse Partido no município e as perspectivas futuras dessa organização. Mais do que um esforço de análise, tais reportagens demonstram de maneira clara o entendimento do jornal sobre tal organização política, o que tinha reflexos claros na forma como tal organização era representada na narrativa ao longo do período analisado. Já no dia seguinte a vitória de Olívio Dutra, Zero Hora veicula longa

²³¹ Ibid.

²³² Ibid.

²³³ Ibid.

²³⁴ Zero Hora. 5 de Janeiro de 1989. Página 36.

reportagem intitulada “O crescimento do PT”²³⁵ onde vai afirmar que sinais de uma vitória com ampla margem já podiam ser vistos dias antes do pleito: “Por onde os candidatos do PT passavam era assim: uma grande festa, mostrando a adesão popular a um grupo que nunca para de trabalhar. Mesmo em anos sem eleições”²³⁶. Para além da “mobilidade de seus militantes”²³⁷, Zero Hora vai traçar as causas do sucesso do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, São Paulo e outras grandes cidades país a fora pelas características do Partido, que seriam diferentes das de outros partidos políticos brasileiros:

O Partido dos Trabalhadores é na realidade o único que atua sempre e que não para nos períodos em que não há eleições. [...] Este trabalho não ocorre apenas nos núcleos centrais do partido, mas vai a todos os recantos da Capital. Em Porto Alegre, não há fim de semana ou feriado sem reuniões do PT em vários pontos da cidade.²³⁸

Ampla, a reportagem fazendo a primeira análise do sucesso eleitoral petista pode ser lida como positiva, atribuindo a um empenho militante e a uma organicidade e espraiamento do Partido para além dos ciclos eleitorais os ganhos na eleição municipal de 1988. Contudo, um tom mais positivo na cobertura da vitória petista não dura mais que um dia. Já no dia 17 de novembro, dois após o pleito, a reportagem “Esquerda quer provar capacidade de governo”²³⁹, pinta um cenário profundamente desafiador para o novo governo. Em primeiro lugar, Zero Hora afirma que o eleitorado porto-alegrense não tem qualquer compromisso ideológico com a administração vindoura, uma vez que “O PT sabe que uma parcela importante dos votos dados a Olívio não é ideologicamente identificada com o partido, devendo-se mais à necessidade que a população sente de mudar a política”²⁴⁰. Em segundo lugar, o jornal constata certo amadorismo dentro do Partido, fruto de poucas vezes ter sido governo e estar acostumado apenas com a oposição radical aos demais:

O PT sempre foi um partido marcadamente de oposição, sendo a administração eficiente das grandes cidades que venceram a prova de fogo para a continuidade do crescimento do partido. [...] O partido terá que provar que tem competência e maturidade para estar no poder.²⁴¹

²³⁵ Zero Hora. 16 de Novembro de 1988. Caderno Especial.

²³⁶ Ibid.

²³⁷ Ibid.

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Zero Hora. 17 de Novembro de 1988. Caderno Especial.

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Ibid.

Ao retirar parcialmente a legitimidade popular da vitória petista, afirmando que esse voto não seria convicto, mas apenas de protesto e, ao mesmo tempo, pintando o governo entrante como um governo imaturo e radical, Zero Hora busca esvaziar o mandato popular da nova administração e se coloca firmemente em oposição a ela ao fazer tal representação.

Uma análise mais clara de propostas petistas aparece apenas no dia 22 de novembro, dando ênfase a ideia de implementação dos “Conselhos Populares”. Na reportagem “PT monta estratégia para as prefeituras”²⁴² afirma-se que “Os Conselhos Populares vão existir em todo o país”²⁴³ e que sua implementação seria o carro-chefe do Partido em boa parte das dezenas de administrações que conquistou no ciclo eleitoral de 1988. Em igual sentido vêm a reportagem, parte do Caderno de Economia de Zero Hora, “PT na Prefeitura”²⁴⁴, onde se afirma que “Os Conselhos Populares serão um dos pilares da nova administração na definição de prioridades”²⁴⁵. Ou seja, é possível compreender que desde o período da transição, as diretrizes que eventualmente dariam origem ao Orçamento Participativo já estavam em grande medida claras tanto para a Administração Popular quanto para Zero Hora tanto em seu formato quanto em sua importância para o sucesso do programa petista em Porto Alegre e que o jornal não só não fazia oposição a tais medidas como de certo modo mostrava ser até mesmo favorável à sua implantação. Por mais que, conforme foi mostrado anteriormente, o “perigo vermelho” fosse veiculado pelo jornal sucessivas vezes, o incremento da participação popular e o controle popular sobre o orçamento público não eram parte desse repertório na representação do jornal, ao menos no período em análise.

Conforme se mencionou anteriormente com a série de ocupações de imóveis em janeiro, começado o mandato, Zero Hora quando trata sobre as questões do município, apresenta a todo o momento um cenário de caos e de tensão permanente. A começar por janeiro, Zero Hora dá ampla voz aos vereadores do PDT na defesa do formato de escola implementado por Alceu Collares no município, inspirado nas propostas de Leonel Brizola enquanto governador do Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Ensino Médio, os CIEMs. Na reportagem “Pedetistas defendem os CIEMs”²⁴⁶, uma sucessão de

²⁴² Zero Hora. 22 de Novembro de 1988. Página 16.

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Zero Hora. 27 de Novembro de 1988. Caderno de Economia.

²⁴⁵ Ibid.

²⁴⁶ Zero Hora. 18 de Janeiro de 1989. Página 35.

vereadores e o próprio Alceu Collares advogam no jornal pela manutenção do modelo escolar da gestão anterior. A Secretária de Educação de Olívio Dutra, Esther Grossi, tem um reduzido espaço para explicar as propostas da nova administração na área educacional e é representada como inflexível e dogmática por todos os demais entrevistados ao longo da reportagem. Ainda tratando dos CIEMs, em março de 1989, Zero Hora entrevista o vereador Vieira da Cunha, do PDT, que afirma que uma eventual reformulação desses espaços seria “um crime do PT contra a população carente”²⁴⁷.

Com poucas referências ao cenário municipal em fevereiro, o balanço do início da Administração Popular vai ser realizado pelo jornal, de forma extensa, no mês de março de 1989. No dia 1º desse mês, Zero Hora veicula a reportagem “Frente Popular completa dois meses no poder. Com problemas”²⁴⁸, onde o jornal enumera uma série extensa de problemas que atribui à administração municipal nas mais diversas áreas. Junto com os problemas enumerados, é expressado, ainda que sem entrevistas, uma grande frustração popular com a nova administração. Ao longo do mês, uma reportagem²⁴⁹ e um editorial²⁵⁰ qualificam a cidade como “doente” e uma longa entrevista²⁵¹ com o prefeito anterior – Alceu Collares – denuncia uma suposta situação de abandono da cidade pelo Partido dos Trabalhadores. A mesma entrevista com Collares também critica a relação de demasiada proximidade do PT com a Igreja Católica e uma suposta falta de compromisso democrático das lideranças do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, ainda que Olívio Dutra não seja mencionado pelo nome. Conforme será exposto no próximo capítulo, Collares torna-se ao longo de 1989 um dos mais frequentes críticos ao governo da Administração Popular a aparecer em Zero Hora, seja mais de uma vez como colunista, seja como entrevistado para tratar de alguma política pública ou polêmica em voga concernente ao município. Na reportagem de final de março²⁵², bem como em outras entrevistas de Collares para criticar a Administração Popular, não é garantido qualquer espaço para algum membro da administração municipal ou do Partido dos Trabalhadores rebater ou ponderar as críticas feitas.

²⁴⁷ Zero Hora. 21 de Março de 1989. Página 32.

²⁴⁸ Zero Hora. 1º de Março de 1989. Página 12.

²⁴⁹ Zero Hora. 5 de Março de 1989. Página 28.

²⁵⁰ Editorial “Uma cidade doente”. 7 de Março de 1989. Página 2.

²⁵¹ Zero Hora. 27 de Março de 1989. Página 14.

²⁵² Ibid.

Optou-se por delimitar o assim chamado período de transição com a análise dos 100 dias de governo, feita por Zero Hora na edição do dia 10 de abril²⁵³. Nessa análise, é dado espaço para Olívio avaliar seus 100 dias de gestão, onde o prefeito justifica que ainda realizou pouco, de fato, mas que estaria “afiando as ferramentas”²⁵⁴. Destoando do tom de “cidade doente”, veiculado por Zero Hora ao longo do mês de março, a análise de 100 dias é menos crítica à Administração Popular, elogiando efusivamente as políticas de austeridade no serviço público, como o corte de cargos em comissão e uma reposição salarial inferior à inflação, implementadas pela gestão Olívio, bem como aos hábitos do novo prefeito, tidos por Zero Hora como “simples”²⁵⁵. Sobre as políticas públicas da nova gestão, Zero Hora afirma: “Entre seus orgulhos, a nova administração exhibe a constituição, nas ilhas do Guaíba, do primeiro Conselho Popular”²⁵⁶. Vê-se, portanto, que o avanço do que viria a ser o Orçamento Participativo, era muito bem recebido pelo jornal, seja quando o mesmo ainda era apenas proposta seja quando começa a ser efetivamente posto em prática. Contudo, na parte final da análise, a Administração Popular sofre críticas ferrenhas do jornal pela intervenção no transporte público, tema que já era criticado por Zero Hora ainda na época da campanha e que será assunto no próximo capítulo. Para o jornal, “a Prefeitura drenou seu ímpeto inicial na batalha de intervenção no transporte público”²⁵⁷ e conclui que, mesmo com os avanços dos “Conselhos Populares”, os 100 dias do novo governo chegam com “filas e problemas em toda a cidade”²⁵⁸.

Em suma, a representação da transição da Administração Collares para a Administração Popular em Porto Alegre foi marcada por dois momentos substanciais. Antes de assumir o novo governo, Zero Hora dedicou boa parte de sua cobertura da transição em entender as raízes da vitória do Partido dos Trabalhadores como parte de um contexto nacional. De igual maneira, enxergou a proposta dos Conselhos Populares como uma plataforma nacional do Partido para suas prefeituras recém conquistadas e aprovou todas as iniciativas nesse sentido. Apesar do apoio aos Conselhos Populares, Zero Hora instrumentalizou o perigo vermelho de maneira intensa nesse primeiro momento, fazendo reportagens com longas entrevistas com opositores do novo governo, fossem eles

²⁵³ Zero Hora. 10 de Abril de 1989. Página 16.

²⁵⁴ Ibid.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ Ibid.

empresários do transporte público, representantes do agronegócio e mesmo o prefeito Alceu Collares. A administração entrante, em decorrência das poucas prefeituras conquistadas pelo PT antes de 1988, é representada como imatura, radical e sem uma legitimidade popular plena, uma vez que Zero Hora representa a vitória folgada de Olívio em novembro como fruto de um voto de protesto contra o governo Sarney mais do que um voto convicto no programa político do Partido dos Trabalhadores.

Diferentemente do esperado, nesse primeiro momento, prévio à assunção do governo, Zero Hora não buscou intervir diretamente na escolha de secretários do novo governo, ainda que em momentos pontuais durante 1989 vá criticar duramente alguns deles, em especial o Secretário de Transportes, Antônio Hohlfeldt e a Secretária de Educação, Esther Grossi.

Começado o governo, para além dos conflitos pertinentes à intervenção no transporte público – um dos objetos do terceiro capítulo – Zero Hora é profundamente crítica à nova administração, buscando retratar um contexto de caos e abandono, responsabilizando em diversos momentos de forma mais contumaz o governo municipal do PT do que as esferas estadual e nacional, sob controle do PMDB. As críticas discorrem sobre a violação do direito de propriedade, que estaria sendo negligenciado pela Administração Popular, sobre o desmantelamento da educação municipal pela nova secretária e sobre o abandono das obras públicas pela falta de orçamento. Espaço para rebater as mais diversas críticas é raramente concedido à membros da Administração Popular e, quando existem entrevistados externos nas reportagens, geralmente trata-se de políticos opositores, em especial do Partido Democrático Trabalhista. Os únicos pontos de confluência entre administração e jornal nos primeiros meses de governo parecem ser o programa de austeridade imposto à administração pública por Olívio Dutra e a expansão da participação popular através dos Conselhos Populares. Essas temáticas, assim como a intervenção no transporte – e a conseqüente tensão na representação entre a expansão da participação e da conflitividade social decorrente da intervenção – além da eleição de 1989 são, contudo, objeto do próximo capítulo.

3. A representação midiática do primeiro ano da Administração Popular em Porto Alegre

O presente capítulo busca trabalhar a representação feita por Zero Hora de todo o primeiro ano de governo da Frente Popular na cidade de Porto Alegre. Mais do que apenas o mandato de Olívio, se entende esse primeiro ano como o início de um ciclo de dezesseis anos que perpassa quatro administrações diferentes e uma composição partidária heterogênea ao longo do tempo, tendo como partido organizador dessa Frente Popular, invariavelmente, o Partido dos Trabalhadores. O primeiro ano dessa administração será analisado a partir de quatro eixos temáticos, a serem abordados em quatro subcapítulos diferentes.

O primeiro subcapítulo versa sobre a representação midiática do maior conflito político do primeiro ano de Administração Popular: a intervenção no transporte público municipal. Busca-se, portanto, explorar as representações construídas por Zero Hora da administração e de seus membros em um momento de antagonismo extremo e de conflitividade social exacerbada. De igual modo, como se deu a instrumentalização do chamado perigo vermelho em um contexto de efetiva encampação de propriedade privada – ainda que de forma legal – pela prefeitura entrante. É, dos quatro eixos temáticos, o de maior oposição entre jornal e administração.

O segundo subcapítulo trata das iniciativas de ampliação da participação popular e da democracia a nível municipal e como tal processo foi entendido e representado por Zero Hora. Esse eixo temático, além de versar sobre os Conselhos Populares estabelecidos no município, busca abordar também toda a temática concernente aos movimentos sociais na cidade de Porto Alegre e os pontos de contato e conflito entre Administração Popular e movimento comunitário na representação de Zero Hora.

O terceiro subcapítulo, por sua vez, vai abordar os limites que a situação fiscal, deteriorada pela crise econômica nacional, trouxe ao cumprimento do programa com que a Administração Popular pretendeu governar. De igual modo, como a imposição de um regime de austeridade fiscal dificultou a relação do governo com setores fieis ao mesmo, como o sindicalismo dos municipais e a atuação de Zero Hora na defesa da continuidade da austeridade nos momentos onde a pressão à esquerda era mais intensa. Nesse subcapítulo encontram-se vários pontos de contato entre a administração e o jornal, na

medida que a prática administrativa, diferentemente da questão dos transportes, converge, parcialmente, com a linha política defendida pelo editorial de Zero Hora.

O último subcapítulo, por fim, trata da eleição presidencial de 1989 na cidade de Porto Alegre e como Zero Hora representou a atuação da Administração Popular dentro da campanha de Lula no município. Nesse subcapítulo, é possível explorar o quanto as denúncias de utilização da máquina pública a favor de Lula vão se intensificando à medida que o candidato começa a ganhar viabilidade política e eleitoral e sua vitória passa a ser considerada uma possibilidade concreta. Busca-se também analisar o quanto Zero Hora enxergava Olívio e o governo municipal como um bônus ou um ônus à campanha de Lula a partir do quanto representava essa articulação como algo positivo ou negativo. Pela clara atuação que teve a favor da campanha de Lula, esse é um eixo temático onde Olívio e Zero Hora divergem fundamentalmente, o que fica muito claro na representação.

3.1. A mídia em meio ao conflito político: a cobertura midiática da intervenção no transporte público

A intervenção realizada pela prefeitura numa série de empresas privadas responsáveis por gerir o transporte público municipal não foi de forma alguma um fato isolado ou uma medida improvisada posta em prática pela Administração Popular em meados de fevereiro de 1989. Conforme se viu no capítulo anterior, uma solução para a questão dos transportes, marcados pela péssima qualidade do serviço, era pauta da Frente Popular desde o período eleitoral, algo que foi sucessivamente representado por Zero Hora ao longo de toda a campanha. De igual maneira, durante a transição, o governo em nenhum momento recuou da iniciativa de intervir de forma mais incisiva para encontrar uma solução aos problemas demandados pelos usuários desse transporte.

A turbulência já durante a transição esteve bastante visível na representação de Zero Hora, que, durante toda a crise, foi vocal em defender e dar voz aos interesses dos empresários do transporte, mesmo meses antes da intervenção se materializar. É nesse sentido que Zero Hora noticia, já em dezembro²⁵⁹, em tom de preocupação, as iniciativas da ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre, sindicato patronal dos empresários do transportes – em preparar a defesa jurídica para uma eventual

²⁵⁹ Zero Hora. 26 de Dezembro de 1988. Página 36.

encampação. Retratando o levantamento patrimonial realizado pelas empresas, Zero Hora conclui: “A ATP vai jogar pesado”²⁶⁰.

Entretanto, a crise começa efetivamente a tomar lugar apenas começado o ano de 1989. No dia 3 de janeiro é noticiado por Zero Hora a decisão da Secretaria Municipal de Transportes – capitaneada por Antônio Hohlfeldt – de congelar por tempo indeterminado a tarifa de ônibus²⁶¹. Já nesse contexto de antagonismo entre empresários e trabalhadores dentro das empresas de ônibus, que se acentuaria durante a efetiva intervenção, Zero Hora noticia em 12 de janeiro o compromisso do Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre com o projeto político da Frente Popular²⁶². À medida em que o congelamento das tarifas persistia e as margens de lucro dos empresários dos transportes eram comprimidas, a possibilidade de um locaute era cada vez mais presente no noticiário do jornal. De igual maneira, o esforço de Zero Hora de racionalizar e justificar tal medida impopular começa a se manifestar antes mesmo do início do conflito aberto. Exemplo disso é uma reportagem do dia 3 de fevereiro sobre os boatos de locaute e o clima de tensão nas negociações entre empresários e Prefeitura. Nessa reportagem, Zero Hora informa que uma eventual paralisação dos transportes seria em decorrência de uma “greve de motoristas”²⁶³ e não uma atitude tomada pelos empresários do transporte. Tal narrativa logo perde força à medida que grande parte dos motoristas não adere ao locaute dias depois.

Por mais que o tom de suas reportagens não deixe dúvida sobre sua linha editorial, uma semana antes do início da intervenção, Zero Hora publica editorial com posição clara acerca do tema.²⁶⁴ Tal editorial responsabiliza exclusivamente certo “populismo” da Prefeitura ao “exigir que as empresas trabalhem no vermelho”²⁶⁵. Tal linha de responsabilização quase unilateral seria reafirmada ao longo de meses de intervenção total e parcial, como se verá mais adiante. Também nesse editorial, Zero Hora – conclamando ao diálogo entre as partes – se coloca ativamente como potencial mediadora do conflito, ao afirmar-se “defensora dos consumidores”²⁶⁶ e, portanto, mediadora entre sociedade civil e Estado.

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Zero Hora. 3 de Janeiro de 1989. Página 17.

²⁶² Zero Hora. 12 de Janeiro de 1989. Página 42.

²⁶³ Zero Hora. 3 de Fevereiro de 1989. Página 28.

²⁶⁴ Zero Hora. 8 de Fevereiro de 1989. Página 2.

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ Ibid.

No dia 10 de fevereiro de 1989, com a ameaça de um locaute cada vez mais tangível, Olívio e Tarso vão as ruas panfletar o Boletim da Administração, uma espécie de prestação de contas da administração municipal. Na notícia, realçando a tese de De Luca²⁶⁷ de contradições permanentes entre reportagem e editorial, é apresentado por Zero Hora um forte clima de apoio popular ao embate levado a cabo pela prefeitura:

Durante todo o seu trajeto, Olívio e Tarso Genro ouviram apelos para que continuem ‘fazendo alguma coisa por nós’ assim como pedidos para que ‘enfrente esses tubarões’. [...] Olívio disse que a população organizada poderá fazer com que as tarifas permaneçam congeladas por mais tempo.²⁶⁸

Havia, portanto, uma receptividade por parte da população que a representação não se esforçava de forma alguma em esconder. Dessa forma, em claro contraste ao editorial que pregava que não houvesse embate, a representação construída a partir da narrativa deixava claro um apetite ao confronto por parte da população aos “tubarões” do transporte público.

Quando os boatos de locaute se intensificam e a Prefeitura intervém preventivamente nas empresas Sopal, Sudeste e Trevo, no dia 14 de fevereiro, o conflito de classe fica evidente na representação de Zero Hora:

A interventora Ida Bianchi encontrou resistência para assumir o controle da empresa. [...] Ao contrário de alguns funcionários administrativos, os motoristas da empresa apoiaram a intervenção e inclusive auxiliaram o trabalho dos funcionários da Prefeitura.²⁶⁹

Há, portanto, um claro apoio entre os motoristas, fração comparativamente mais precarizada da classe trabalhadora porto-alegrense, e um rechaço de igual medida entre os funcionários administrativos das empresas intervencionadas, que se faz claro mesmo na representação de um jornal profundamente hostil à intervenção e que, em seus editoriais, se colocando como representante do povo, defende que a população tem ojeriza a tal conflito. Essa contradição entre editorial e reportagem é aparente durante meses sobre o tema e aparecerá ainda algumas vezes.

No mesmo dia da intervenção há uma tentativa clara por parte de Zero Hora de criminalizar a iniciativa. Uma extensa entrevista com um funcionário administrativo da empresa Trevo é veiculada ainda no dia 14. Nessa entrevista, o funcionário afirma que a Prefeitura “assaltou” as garagens da empresa²⁷⁰. O fato de tal ação ter sido feita à noite,

²⁶⁷ DE LUCA, Tânia Regina. Op. cit.

²⁶⁸ Zero Hora. 10 de Fevereiro de 1989. Página 24.

²⁶⁹ Zero Hora. 14 de Fevereiro de 1989. Página 28.

²⁷⁰ Zero Hora. 14 de Fevereiro de 1989. Página 28.

antes que o locaute pudesse fazer efeito, é explorado pelo jornal como um ato sorrateiro, que teria pego os empresários desprevenidos, utilizando uma linguagem que remetia de fato a um ato criminoso, como uma espécie de furto²⁷¹. No mesmo tom é a entrevista com o presidente da ATP, sindicato patronal do transporte. Nessa entrevista, o enfoque é dado à violência com que é feita a intervenção, sendo comparada pelo empresário às ações da ditadura empresarial-militar. A frase de manchete afirma: “A Constituição foi rasgada”²⁷².

No dia seguinte ao início da intervenção, a edição de 15 de fevereiro de Zero Hora é inteiramente dominada por essa temática. O editorial do dia, “A crise do transporte coletivo”²⁷³, critica a ameaça de locaute por parte das empresas, mas de forma muito mais contundente, critica a intervenção da Prefeitura. Enumera logo em seguida o histórico de fracassos da intervenção nos transportes, chamando-a de “tipo retrógrado de ingerência governamental”²⁷⁴. Por fim, critica suposta incoerência do PT em reprimir locautes e ser favorável às greves de trabalhadores. Há, portanto, uma tentativa assimétrica de culpabilizar o excesso de ambos lados. Contudo, a ação da Prefeitura é tratada como descabida e desproporcional. Os resultados previstos são lúgubres.

Nesse dia, Zero Hora dedica quase uma dezena de páginas para uma megareportagem sobre a intervenção. Os únicos políticos entrevistados são o vereador do PDS, João Dib, e o ex-prefeito Alceu Collares, que qualificam o ato do governo como um “dia de anarquia e de caos” e “uma violência de aparato de guerra”²⁷⁵. Com um tom bastante crítico, a reportagem lamenta quedas abruptas nas vendas de comerciantes e caos e confusão por toda a cidade. Contudo, as entrevistas com passageiros dão um tom radicalmente contrário ao que pretende a linha editorial do jornal:

Apesar da confusão estabelecida no transporte, a população deu apoio à intervenção. Para Maria Weber da Rosa, comerciária e moradora do Morro Santana, a medida visa beneficiar o povo. ‘O prefeito não pode se entregar para estes exploradores do povo’ [...] O operário João Benedito não deixou por menos. ‘Pensaram que o homem era igual aos outros’, observou, referindo-se a Olívio Dutra. Embora não soubesse quanto tempo esperaria seu ônibus, ele ressaltava que esperava ‘de bom grado, só para ver aqueles tubarões experimentarem o que é bom pra tosse.’²⁷⁶

²⁷¹ Ibid.

²⁷² Zero Hora. 14 de Fevereiro de 1989. Página 28.

²⁷³ Editorial “A crise do transporte coletivo. Zero Hora. 15 de Fevereiro de 1989. Página 2.

²⁷⁴ Ibid.

²⁷⁵ Zero Hora. 15 de Fevereiro de 1989. Página 28.

²⁷⁶ Ibid.

Fica claro na representação, mesmo contrariamente ao editorial, que existe apoio à intervenção municipal tanto por parte dos funcionários das empresas quanto por parte dos passageiros no primeiro momento, estando dispostos ambos a aturar condições adversas para barrar o aumento da tarifa e eventualmente, expropriar os empresários, chamados de “tubarões” e “exploradores do povo”.

Intervencionadas as três empresas com o transporte mais problemático, a solidariedade patronal não se fez esperar de forma alguma. A representação de Zero Hora mostra uma certa surpresa do governo com a paralisação total e uma falta de braços para lidar com a crise generalizada provocada pela reação empresarial:

As populações das áreas mais distantes do centro, como Vila Jardim, Morro Santana, Passo Dornelles e Jardim Leopoldina foram muito prejudicadas com a falta de ônibus. Todas as empresas que servem estas linhas, como a VAP, Nortran, São João, Sentinela e Estoril, não tiraram os seus carros das garagens, em solidariedade às empresas que sofreram a intervenção, segundo explicou pela manhã um dos diretores da Nortran, Amador José Rodrigues. ‘Se querem pegar uma, terão que pegar todas’, garantiu.²⁷⁷

Os gestos de apoio popular seguem aparecendo na representação de Zero Hora durante toda a primeira semana de intervenção. No dia 16 de fevereiro, é veiculada a reportagem “Muitas dificuldades, mas ninguém reclamava”²⁷⁸. Zero Hora, nessa reportagem, vai a diversos bairros da cidade entrevistar usuários do transporte público e obtém respostas similares às fornecidas por duas entrevistadas no Parque dos Maias, bairro servido pela empresa Sopal, uma das três intervencionadas:

Esta empresa é uma das mais cretinas’, disparava a costureira Ivonete Noronha, satisfeita com o prefeito que já decretou intervenção na empresa. ‘Ele tem que tomar conta de todas’, recomendava. Mesmo esperando uma hora pelo ônibus, Regina Berteso, recepcionista, concordava com Ivonete. ‘Eles estão sempre lucrando. Isso tinha que acabar’ dizia.²⁷⁹

No dia seguinte, a Administração já capitaliza o forte apoio popular que recebe e promove um ato de apoio a intervenção, coberto por Zero Hora²⁸⁰, e que reúne duas mil pessoas no Paço Municipal.

Diferentemente do esperado, os atos de intimidação das empresas de ônibus não intervencionadas para manutenção do locaute são normalmente denunciados por Zero Hora, por mais que não sejam nunca condenados no editorial. Exemplos desse tipo de

²⁷⁷ Zero Hora. 15 de Fevereiro de 1989. Página 28.

²⁷⁸ Zero Hora. 16 de Fevereiro de 1989. Página 32.

²⁷⁹ Zero Hora. 16 de Fevereiro de 1989. Página 32.

²⁸⁰ Zero Hora. 17 de Fevereiro de 1989. Página 28.

representação sobre a violência patronal são uma entrevista com o proprietário da empresa Navegantes, que não aderiu ao locaute, e relata as ameaças que sofreu: “vários telefonemas anônimos ameaçavam de depredação os carros da Navegantes se eles saíssem às ruas”²⁸¹. Relatos como esse, presentes na narrativa, demonstram a necessidade da intimidação para manutenção do locaute e fracasso da intervenção. No mesmo sentido vêm a notícia de 21 de fevereiro de que um ônibus intervencionado da SOPAL havia sido alvejado por disparos²⁸². A presença de relatos como esse, ao menos entre as reportagens, ainda que não no editorial, demonstra que Zero Hora não quis ou não pôde culpabilizar a Administração Popular por todo o caos e conflitividade que o próprio jornal constantemente relatava. Mais e mais, a medida que o apoio popular à intervenção – ainda que desgastado – persiste, o jornal passa para uma posição de defesa de uma saída negociada e de culpabilização de ambas partes pelo impasse.

Eventos como esse, que a própria Zero Hora por vezes infere serem responsabilidade dos empresários de transporte, têm como claro objeto disseminar uma sensação de caos e insegurança em torno do transporte público intervencionado. Com pouco mais de uma semana, Zero Hora vai novamente às ruas e o clima de apoio a intervenção começa a se mesclar com algumas pontuais críticas à forma como Olívio a conduz, o que é prontamente difundido pela reportagem: “Estou de acordo com o prefeito. Mas ele deveria ter preparado melhor essa intervenção. Desse jeito está horrível.”²⁸³. Quando, contudo, estoura um escândalo promovido por um empresário do transporte público, Zero Hora não se omite de fazer um relato detalhado numa reportagem com um tom predominantemente crítico. Trata-se da descoberta de 28 ônibus da empresa Expresso Cambará, que, para garantir o locaute e inviabilizar a intervenção, são escondidos na chácara do proprietário no Lami²⁸⁴. Apesar disso, no dia seguinte, Zero Hora, contrapondo o tom crítico de sua reportagem, faz longa entrevista com o proprietário da empresa²⁸⁵. Nessa, são destiladas, sem contraposição, fortíssimas acusações e críticas do mesmo à Administração Popular e uma justificação dos seus atos que em nenhum momento é questionada pelos jornalistas de Zero Hora. Por fim, instrumentalizando o perigo vermelho, num vislumbre potencial de como os empresários do transporte

²⁸¹ Zero Hora. 18 de Fevereiro de 1989. Página 27.

²⁸² Zero Hora. 21 de Fevereiro de 1989. Página 40.

²⁸³ Zero Hora. 22 de Fevereiro de 1989. Página 37.

²⁸⁴ Zero Hora. 23 de Fevereiro de 1989. Página 36.

²⁸⁵ Zero Hora. 24 de Fevereiro de 1989. Página 32.

entendiam o Partido dos Trabalhadores ainda sob as lentes da ditadura militar, o dono da Expresso Cambará, num tom de ameaça conclui:

Não ia esperar que um bando que me acha explorador do povo fosse invadir minha garagem e expropriar o material. [...] Só quero avisar uma coisa. Se eles têm treinamento em Cuba, eu fiz curso na Escola Superior de Guerra.²⁸⁶

O tom anticomunista ferrenho aparece igualmente na entrevista concedida à Zero Hora no dia 25 pelo dono da intervencionada Trevo²⁸⁷, uma das empresas alvo da intervenção por ser parte das empresas com o pior serviço prestado pelos critérios da Prefeitura. Na entrevista, Elmo Born, também num espírito de Guerra Fria, afirma: “os comunistas tomaram conta de Porto Alegre, nunca pensei que fosse viver para ver isso!”²⁸⁸. O empresário conclui a entrevista com um curioso anacronismo, ao comparar Olívio Dutra ao revolucionário georgiano Joseph Stálin²⁸⁹.

À medida que os dias se sucedem, o apoio à intervenção se enfraquece, mas, ao mesmo tempo, atos como sabotagem e ocultação de frotas pelos empresários são denunciados. Zero Hora, então, passa para uma posição de responsabilização equânime das duas partes e como interlocutora entre os grupos em conflito e uma sociedade civil supostamente desamparada e sofrendo as consequências desse embate. Essa posição fica muito clara no editorial de 24 de fevereiro, “Da intransigência ao diálogo”²⁹⁰, em que o jornal afirma que ambas partes partiram para uma “radicalização” sem sentido sem pensar no sofrimento da população. Veladamente, Zero Hora se coloca como potencial promotora do diálogo, em benefício dos usuários do transporte. Curiosamente, no dia seguinte, pouco mais de dez dias de iniciada a intervenção, Prefeitura e empresários chegam a um acordo sobre o reajuste²⁹¹, o que faz com que o jornal prontamente – no Informe Especial “Acordo, afinal”²⁹² – atribua ao seu editorial de dois dias antes um papel de protagonista na chegada ao acordo. Nesse Informe Especial é possível ver com precisão o protagonismo que Zero Hora se atribui dentro da política municipal enquanto mediadora entre uma sociedade civil tida como passiva e os principais atores políticos.

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ Zero Hora. 25 de Fevereiro de 1989. Página 34

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ Zero Hora. 24 de Fevereiro de 1989. Página 2.

²⁹¹ Zero Hora. 25 de Fevereiro de 1989. Página 34

²⁹² Zero Hora. 26 de Fevereiro de 1989. Página 3.

Na congratulação que faz a si mesma, Zero Hora afirma que sua ação foi bem-sucedida uma vez que sempre esteve “na defesa do interesse maior da população”²⁹³.

Apesar do reajuste na tarifa e da subsequente retomada do serviço pelas empresas não intervencionadas, a intervenção continuou parcialmente nas empresas mais problemáticas, através de supervisores, visando sua encampação definitiva pela Prefeitura. Contudo, com o serviço já normalizado, Zero Hora se encontrava em maiores dificuldades de criticar a intervenção pelo prisma do interesse público, tendo que fazê-lo a partir da defesa da propriedade privada. Nas empresas intervencionadas, ao longo de todo o período de análise a situação continuou tensa, com episódios sucessivos de conflito. Em 28 de fevereiro, o jornal descreve a ameaça de um dos funcionários do administrativo da Trevo: “Tem que tirar esses caras do PT a pau de dentro da empresa”²⁹⁴. No mesmo dia, numa ação coordenada, Trevo e Sudeste recolhem toda a frota no meio do dia sem aviso para pressionar o governo a terminar com qualquer resquício de intervenção²⁹⁵. Com a continuidade da intervenção parcial, Zero Hora retrai um pouco o tema do dia a dia, mas sucessivas vezes o pontua, invariavelmente de forma crítica. Às vezes tais comentários críticos são feitos de forma indireta, através de colunistas, muitas vezes políticos do PDT Porto Alegre. Caso assim é o de Nelson Castan, vereador do partido, que critica a intervenção afirmando que “os usuários do transporte coletivo de Porto Alegre tornam-se vítimas da idiossincrasia partidária do PT e da birra política de seus líderes.”²⁹⁶. No mesmo sentido de críticas na forma indireta é veiculada no dia seguinte à coluna de Castan uma extensa entrevista com José Antônio Guerreiro, presidente da ATP, dando sua versão sobre os fatos que levaram à intervenção, responsabilizando à Prefeitura e uma suposta ingenuidade de Olívio Dutra²⁹⁷. Não há na reportagem qualquer espaço para versão da Prefeitura. Em outras palavras, passado o auge da crise, em meados de fevereiro, há por parte de Zero Hora um claro esforço de conformar o passado recente e mudar sua posição de neutralidade imperfeita para uma responsabilização mais integral da Administração Popular, a partir de uma ideia de ingenuidade de Olívio Dutra na questão dos transportes públicos.

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Zero Hora. 28 de Fevereiro de 1989. Página 30.

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ Zero Hora. 22 de Março de 1989. Página 4.

²⁹⁷ Zero Hora. 23 de Março de 1989. Página 30.

A posição de rompimento por parte de Zero Hora de uma neutralidade imperfeita em nome dos usuários e da sociedade civil, que vai se deslocando para uma responsabilização da Administração Popular por todos os transtornos causados a partir de meados de março de forma indireta, assume um tom mais contundente no final desse mês. Isso porque no dia 27 de março, Zero Hora publica o editorial “Uma disputa estéril e inglória”²⁹⁸ em que urge a Prefeitura, em nome dos usuários, a acabar com todo e qualquer resquício de intervenção, apontando críticas similares às veiculadas por Castan e Guerreiro nos dias anteriores. Nesse editorial Zero Hora novamente se coloca como representante dos usuários e faz seus apontamentos e suas demandas em nome destes, novamente se colocando como porta-voz dos interesses da sociedade civil, mas dessa vez rompendo com a neutralidade imperfeita que assumiu no auge do conflito e se colocando diretamente contra a Prefeitura. Acirrando o embate, que ao longo das semanas se torna menos presente no noticiário, Olívio confirma em meados de abril²⁹⁹ a encampação da primeira empresa de ônibus, a Sopal, cujo patrimônio é menor que os impostos devidos pela mesma. Apesar de tal encampação representar quase 20% da frota porto-alegrense, a reportagem não é particularmente crítica à atitude do prefeito, limitando-se apenas a mencionar um suposto mal humor de Olívio no dia³⁰⁰.

Por mais que gradualmente passe a responsabilizar a Administração Popular pela situação caótica de fevereiro e siga defendendo esporadicamente o fim total da intervenção, Zero Hora não hesita em divulgar escândalos envolvendo empresários do transporte público, mesmo aqueles que anteriormente entrevistou. Caso emblemático é o escândalo que estoura em fim de maio e que é amplamente coberto pelo jornal, na empresa Sudeste, do presidente da ATP, José Antônio Guerreiro. Zero Hora revela que o empresário teria fraudado os números nas roletas para subnotificar o número de passageiros e mentir os lucros auferidos, como forma de justificar o não reajuste de trabalhadores e a baixa qualidade do serviço³⁰¹. De igual modo, Zero Hora veicula notícia que corrobora a versão da Prefeitura do apoio dos trabalhadores do transporte à administração ao narrar a entrega, por centenas de funcionários da VTC, empresa intervencionada, a Tarso Genro, de um abaixo-assinado pedindo a encampação de sua empresa e comprometendo 10% de seu salário para pagar tal encampação³⁰². A veiculação

²⁹⁸ Zero Hora. 27 de Março de 1989. Página 2.

²⁹⁹ Zero Hora. 14 de Abril de 1989. Página 41.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ Zero Hora. 31 de Maio de 1989. Página 46.

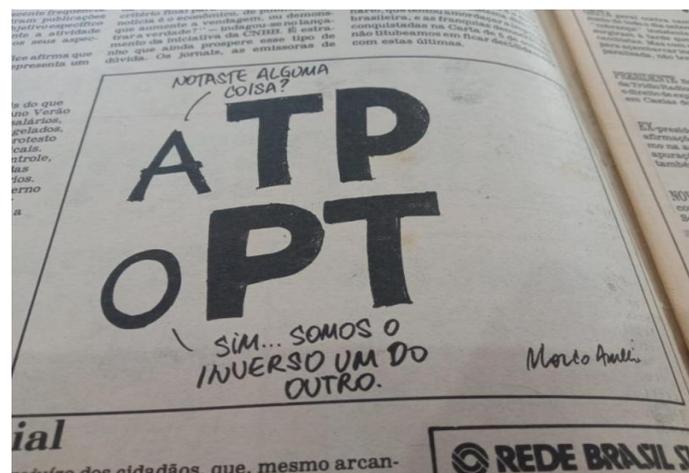
³⁰² Zero Hora. 31 de Maio de 1989. Página 26.

de ambas notícias num prazo de dois dias pode pôr em questão uma representação sistematicamente contrária aos interesses da Administração Popular, ainda que esse seja de fato o tom predominante. Mais uma vez, assim como em diversas outras pautas, como o processo eleitoral, parece haver continuas divergências entre reportagem de um lado e editorial e entrevistados e colunistas do outro. De forma alguma pode-se dizer que a reportagem é favorável ou enviesada a favor da Prefeitura. Contudo, parece permeável a notícias que compactuam com a versão que é propagada pela Administração Popular, enquanto o editorial progressivamente se coloca, em nome dos usuários, contrário a todas as ações do prefeito na questão dos transportes e os entrevistados e colunistas de igual modo, na medida em que são opositores políticos da Administração. De igual modo, quando se faz a crítica à administração municipal, a mesma quando pessoalizada é mais contundentemente direcionada ao Secretário de Transportes Antônio Hohlfeldt que ao prefeito Olívio Dutra. Hohlfeldt, durante a investigação do escândalo da Sudeste, é retratado como paranoico, “arrombando paredes para ver se não encontrava alguma coisa secreta que incriminasse a empresa de Guerreiro”³⁰³. Os motivos do porquê Olívio é retratado apenas como ingênuo enquanto seu secretário é rotineiramente anatemizado pelo jornal são discutíveis, mas a intenção de manter certo trânsito com a figura central do Executivo municipal parece ser o principal motivo.

Apesar de, como explanado, Zero Hora não fazer uma cobertura sistematicamente contrária e poupar pessoalmente Olívio das críticas mais contundentes, o prefeito é constantemente ironizado pelo jornal através de charges durante todo o período da intervenção, seja na crise mais direta, em fevereiro, seja na intervenção parcial que se estende por todo 1989 chegando ao ano de 1990. Um dos primeiros exemplos dessa ironia a partir de charges se dá ainda antes da intervenção, no dia 13 de fevereiro, com o clima já de confronto aberto entre os empresários dos transportes, agrupados na ATP, e a administração. Esse antagonismo entre interesses tão divergentes é o foco da ironia do chargista:

³⁰³ Zero Hora. 10 de Junho de 1989. Página 48.

Figura 7 Charge do conflito ATP X PT. 13 de Fevereiro de 1989.



Fonte: Zero Hora

Começada realmente a intervenção da Prefeitura nos transportes municipais, a ironia é exacerbada, retratando de formas diferentes a figura de Olívio Dutra se apropriando dos ônibus da capital. A figura do prefeito projetada sobre os ônibus da cidade está clara em ambas as charges do dia 15 de fevereiro, como pode ser visualizado abaixo:

Figura 8 Ônibus intervencionado com bigode de Olívio. 15 de Fevereiro de 1989.



Fonte: Zero Hora

Figura 9 Olívio e Figueiredo. 15 de Fevereiro de 1989.



Fonte: Zero Hora

Um suposto caráter autoritário da intervenção, compactuando com os relatos de funcionários administrativos das empresas sob intervenção e de igual modo com o relato dos empresários é insinuado na segunda charge. Isso se dá porque Olívio, retratado “domando” de forma feroz o ônibus sob intervenção é representado dizendo uma frase emblemática do quinto ditador militar, João Batista Figueiredo, dita no contexto da transição democrática. Mais uma vez, assim como no editorial, é posta uma correlação entre a ditadura empresarial-militar e a administração petista por seu suposto autoritarismo e intransigência.

À medida que o cansaço e a sensação de derrota começam a se apossar da Administração na questão dos transportes, os funcionários municipais presentes nas empresas intervencionadas são cada vez mais vítimas de ameaças e intimidações. Por mais que pontue cotidianamente a crescente insatisfação popular com a situação dos transportes, Zero Hora não se exime de abordar tais ameaças e intimidações na sua representação, por mais que nem sempre esse seja o foco da reportagem. Exemplo disso se dá em 17 de junho quando na reportagem “Ninguém aguenta mais os atrasos”³⁰⁴ tratando da desconformidade da população com a situação dos transportes, Zero Hora

³⁰⁴ Zero Hora. 17 de Junho de 1989. Página 41.

pontua que a interventora da Sudeste vem sofrendo homofobia constante e sendo ameaçada de morte pelos funcionários administrativos da empresa. De igual modo, Zero Hora não deixa de demonstrar o apoio de motoristas e cobradores das empresas intervencionadas à proposta de encampação desses negócios pela Prefeitura. É nesse sentido que o jornal cobre passeata de funcionários e usuários da Trevo no Centro cuja principal demanda é a efetiva encampação da empresa³⁰⁵. De igual maneira, já na campanha presidencial de 1989, Zero Hora dá a medida da importância de disputar o legado da intervenção por parte da administração municipal ao cobrir de forma razoavelmente ampla dentro da vinda de Lula – então candidato – à Porto Alegre sua passagem pela garagem da Trevo, ainda sob intervenção. Ao cobrir tal ida, Zero Hora afirma categoricamente entender que a intervenção nos transportes é um “ponto nevrálgico” da administração Olívio:

Gritos de ‘presidente de macacão melhor que presidente-patrão’ saudaram ontem a visita do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, a um dos pontos nevrálgicos da administração petista em Porto Alegre - as garagens da Viação Trevo, segunda maior empresa privada de transporte coletivo na capital, atualmente sob intervenção da Prefeitura.³⁰⁶

Tal afirmação por parte do jornal e o orgulho da Administração Popular pela intervenção a ponto de dar relevância desta para a campanha presidencial de Lula demonstra claramente que tal intervenção era, em 1989, a “menina dos olhos” da Prefeitura. Nessa reportagem, a intervenção é afirmada pelos entrevistados como bem-sucedida e bem gerida e não é, no corpo do texto, em nenhum momento contestada pelo jornal. A representação da enorme identificação dos rodoviários com a candidatura Lula, presente na reportagem, também é indício de uma atitude menos conflitiva do jornal.

Reportagens como essa, além de denúncias de abuso por parte de empresários dos transportes marcam o tom do segundo semestre de 1989 na questão dos transportes públicos. Ainda que em nenhum momento afirme que a intervenção tenha sido bem-sucedida, o recuo da Prefeitura em abandonar uma intervenção completa no transporte público municipal e a concessão de aumento das passagens demandada pelos empresários pode ter tido certo impacto na representação que passa de virulenta e profundamente conflitiva no primeiro semestre para uma representação mais matizada e por vezes até mesmo favorável da questão dos transportes na segunda metade de 1989. Essa percepção

³⁰⁵ Zero Hora. 13 de Setembro de 1989. Página 36.

³⁰⁶ Zero Hora. 7 de Outubro de 1989. Página 6.

fundamenta-se ainda mais uma vez que, ao sair da pasta, o secretário Antônio Hohlfeldt – anteriormente retratado como louco e paranoico por Zero Hora³⁰⁷ - é apontado pelo jornal no editorial “O desafio do transporte urbano”³⁰⁸ como um homem “pautado pela disposição e pelo diálogo”³⁰⁹. Apesar disso, Zero Hora advoga novamente a reversão das intervenções que ainda persistem, visto que “se os problemas não são de hoje, é notório que se exacerbaram ao longo dos últimos meses”³¹⁰.

Em suma, ainda que a posição contrária de Zero Hora às intervenções como um todo não tenha se alterado em nenhum momento da análise, sendo consistente desde os primeiros debates sobre o tema durante a campanha, sua representação do processo alterou-se consideravelmente ao longo do tempo. Há uma marcada inflexão entre os primeiros meses de 1989 e o período posterior uma vez que a representação de Zero Hora é, no primeiro momento apresentar um cenário de caos em seus editoriais e de uma flagrante violação dos direitos de propriedade, articulando um suposto infantilismo da Administração Popular com o conceito de perigo vermelho sucessivas vezes. A partir de meados de 1989, tal representação se altera. O momento claro de tal inflexão é a concessão de aumento das passagens demandado pelos empresários e a garantia por parte da Prefeitura que a intervenção seria realizada apenas nas três empresas ditas mais problemáticas e não se espalharia por toda a frota do município. Ainda que críticas à intervenção e a qualidade dos transportes sigam alternando-se com pedidos de reversão da intervenção em tais empresas, Zero Hora passa a pontuar os excessos cometidos pelos empresários, as ameaças sofridas por interventores e, mais importante ainda, o forte apoio à intervenção por parte dos trabalhadores das empresas intervencionadas, representação essa que aparece mais de uma vez, inclusive ao falar da campanha presidencial de 1989. Portanto, preservando sempre a mesma linha editorial, Zero Hora tergiversou entre conflito e negociação a medida que a Prefeitura recuou e buscou algum tipo de mediação, distanciando-se do confronto aberto iniciado em meados de fevereiro.

3.2. Democracia, participação e mídia: movimentos comunitários e Conselhos Populares em Zero Hora

³⁰⁷ Zero Hora. 10 de Junho de 1989. Página 48.

³⁰⁸ Editorial “O desafio do transporte urbano”. Zero Hora. 9 de Outubro de 1989. Página 2.

³⁰⁹ Ibid.

³¹⁰ Ibid.

Conforme abordado em capítulos prévios, o movimento comunitário de Porto Alegre era herdeiro de uma tradição trabalhista estabelecida décadas antes da chegada da Administração Popular ao Paço Municipal. A ditadura empresarial-militar, contudo, foi responsável pela cooptação dessas organizações e o aprofundamento de relações clientelistas das mesmas com o poder executivo municipal. Concomitante a isso, em um cenário onde a discussão política era fortemente desencorajada, tais organizações acabaram por esvaziar-se, tanto em relação à quantidade de membros quanto em relação ao seu significado político. Por mais que a redemocratização tenha permitido a chegada de lideranças de esquerda ao controle dessas organizações – à época da eleição de Olívio, o dirigente da FRACAB era militante do Partido Comunista Brasileiro – o processo de esvaziamento político das mesmas não conseguiu ser revertido durante a década de 1980. Ainda que por vezes combativas – oscilando com momentos de clientelismo explícito – tanto FRACAB quanto UAMPA não conseguiram ser forças mobilizadoras à altura do que a Administração Popular esperava contar. Por sorte para o governo, os esforços de democratização política e orçamentária encabeçados pela implementação dos Conselhos Populares não foram, durante o período de análise, combatidos por Zero Hora ou vítimas da oposição na Câmara Municipal. Conforme abordado anteriormente, tal apoio de grupos de mídia e partidos de oposição seria revertido drasticamente ao longo da década de 1990, na medida em que foi associado ao sucesso eleitoral do Partido dos Trabalhadores no estado. Contudo, tal período foge do escopo da presente análise.

Discutido efusivamente durante a campanha eleitoral de 1988, tendo sido representado por Zero Hora – junto da questão dos transportes – como carro-chefe da campanha de Olívio Dutra, os Conselhos Populares já são tema de editorial de Zero Hora ainda na transição de governo. O editorial “A Cidade e os Conselhos Populares”³¹¹ vê com bons olhos a proposta do executivo entrante e advoga por sua rápida criação. Contudo, a desconfiança com o PT e com a Frente Popular se faz presente através do medo da cooptação de tal organização por partidos de esquerda: “É preciso, no entanto, que os Conselhos não acabem empolgados por legendas partidárias, pois perderiam tanto sua autenticidade como sua autonomia”³¹². Surpreendentemente, o radicalismo da proposta, ao menos do ponto de vista discursivo, não é questionado ou criticado por Zero Hora mesmo quando do discurso de posse de Olívio em que afirma que a organização

³¹¹ Editorial “A Cidade e os Conselhos Populares”. Zero Hora. 19 de Dezembro de 1988. Página 2.

³¹² Ibid.

social será marca de seu governo e que “os maiores instrumentos disto serão os Conselhos Populares[...]Vamos estimular e dinamizar a organização popular.[...]Vamos colocar o povo organizado no governo, através dos Conselhos Populares.”³¹³. A instrumentalização do perigo vermelho, tão em voga na questão dos transportes é, paradoxalmente, abandonada na questão da participação popular, mesmo quando o governo fala abertamente de “colocar o povo organizado no governo”³¹⁴, em um discurso e uma proposta potencialmente tão ou mais radicais que a encampação parcial do transporte público, onde tal instrumentalização do perigo vermelho foi tão utilizada por Zero Hora e seus entrevistados.

Ainda que o apogeu do Orçamento Participativo comece já no início da década de 1990, com a melhora da situação orçamentária do município, já era claro na representação de Zero Hora sobre os Conselhos Populares aspectos que seriam centrais posteriormente no OP. Exemplo disso é reportagem em 26 de março em que, discutindo os próximos passos dos CPs, o jornal afirma que está sendo “projetado um organismo de consulta à população que servirá para definir prioridades e fiscalizar a execução das obras municipais”³¹⁵.

Por mais que os Conselhos Populares sejam bem vistos por Zero Hora, o esforço do PT de diminuir o poder de organizações de bairro clientelistas e promover, através dos CPs, novas lideranças é visto com desconfiança pelo jornal e pela oposição, como uma forma de aparelhar os organismos que estão sendo criados. O jornal noticia frequentes protestos de organizações sociais já estabelecidas que acusam a Prefeitura, concomitantemente à implementação dos CPs, de ignorar as organizações já existentes. Exemplo disso é a reportagem de agosto de 1989 “Protesto contra a Prefeitura”, que aborda a insatisfação dessas organizações com o executivo ao terem uma reunião de 40 delas simplesmente ignorada pela Prefeitura³¹⁶. Além disso, a demissão por parte do PT de dezenas de lideranças sociais ligadas ao PDT em cargos comissionados dentro do Departamento de Habitação e o fato dos CPs serem construídos à margem de certas organizações já existentes faz com que o PDT acuse no jornal o PT de:

Diminuir o movimento comunitário ao rejeitar líderes que verdadeiramente representam suas comunidades. [...]A pirataria comunitária consiste no afastamento de conhecidas lideranças, substituídas por pessoas que pouco têm

³¹³ Zero Hora. 2 de Janeiro de 1989. Página 28.

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ Zero Hora. 26 de Março de 1989. Página 38.

³¹⁶ Zero Hora. 28 de Agosto de 1989. Página 32.

a ver com a comunidade. É uma tentativa clara de infiltrar no movimento comunitário elementos ligados ao Partido dos Trabalhadores, com o propósito de desestabilizar este importante segmento reivindicatório.³¹⁷

Conforme visto anteriormente, uma menor mediação na questão do orçamento entre o poder executivo e as comunidades foi um dos fatores fundamentais para o sucesso subsequente do Orçamento Participativo e para o enfraquecimento das práticas clientelistas dentro das organizações de bairro. A constatação de que as organizações existentes têm pouca penetração entre a população e são baseadas por vezes em práticas escusas já é evidente para o prefeito em abril, quando, em conversa com estudantes afirma que “Os conselhos populares não devem ser implantados de cima para baixo, mas passam por uma discussão com as entidades já existentes, ainda que algumas delas sejam meio fantasmas”³¹⁸. Além disso, por mais que o jornal dê espaço, sobretudo ao PDT, para críticas à maneira como a Prefeitura trata as organizações existentes, Zero Hora não se exime de reportar escândalos envolvendo as organizações de bairro clientelistas. Exemplo disso é uma reportagem de abril sobre um presidente de associação de bairro que extorque moradores de uma vila clandestina construída em sua região em um terreno pertencente à Prefeitura³¹⁹. Desse modo, pode-se afirmar que o espaço dado à oposição para críticas não se traduz em um endosso de Zero Hora a essa forma viciada de organização clientelista.

Na representação de Zero Hora é possível constatar grande empolgação da população porto-alegrense com a ideia dos Conselhos Populares, o que contrasta imensamente com a apatia durante a eleição municipal de 1988. Em uma reportagem sobre a eleição do Conselho Popular da Ilha da Pintada, Zero Hora afirma que mesmo a baixo de chuva, mais de 3 mil eleitores se aglomeraram em uma igreja da Ilha para participarem da votação³²⁰. Junto a empolgação por parte da população mais pobre com as iniciativas de democratização, a representação do jornal também permite observar certo radicalismo desse público, muitas vezes maior que o da própria Prefeitura. Conforme já se viu, isso se dá sobretudo na questão dos transportes públicos. Zero Hora noticia em julho um ato realizado pelo Conselho Comunitário de Lutas da Restinga onde diversos moradores do bairro vão a pé até o centro em protesto contra o péssimo serviço da empresa Belém Novo e pedem que a Carris assuma suas linhas.

³¹⁷ Zero Hora. 30 de Março de 1989. Página 50.

³¹⁸ Zero Hora. 18 de Abril de 1989. Página 32.

³¹⁹ Zero Hora. 20 de Abril de 1989. Página 52.

³²⁰ Zero Hora. 3 de Abril de 1989. Página 34.

Na segunda metade de 1989, a implementação dos CPs começa a ficar mais clara. Zero Hora noticia em agosto o seu início efetivo e seu modo de funcionamento no primeiro momento:

A Administração Popular montou um esquema de reuniões e debates, para que todos os porto-alegrenses possam influir na elaboração do Orçamento estabelecendo prioridades, obras, investimentos e as despesas essenciais. A cidade já foi dividida em 5 regiões pela Secretaria Municipal de Planejamento e os debates começam em dois dias.³²¹

Nove dias depois, o sucesso e o entusiasmo inicial com os Conselhos Populares no município são noticiados de forma positiva pelo jornal na reportagem “Comunidade participa da discussão do orçamento”, com o enfoque para a magnitude da participação popular no processo:

Pela primeira vez na história de Porto Alegre, a comunidade está participando ativamente da elaboração do orçamento municipal. Durante todas as noites da semana passada, 1500 pessoas e 250 entidades comunitárias, de bairros e sindicatos, reuniram-se com o prefeito Olívio Dutra e com os secretários municipais para apresentar suas ideias sobre o orçamento.³²²

Ao entrevistar majoritariamente membros da Administração Popular para tratar da implementação dos Conselhos Populares, Zero Hora mostra-se entusiasta e disposta a cooperar com o executivo municipal. Ainda que pontue eventuais riscos de cooptação pelo PT, a forma como o jornal representa os esforços de ampliação da participação popular e democratização orçamentária levados a cabo pela prefeitura contrasta fortemente com a representação evidentemente negativa da Administração durante toda a crise dos transportes na primeira metade de 1989. Os protestos e críticas, quando aparecem na representação, dão-se majoritariamente por parte de organizações comunitárias deixadas de lado pelo poder municipal a partir das dificuldades de mobilização durante a crise dos transportes e o evidente vínculo de parte delas com o PDT. O sucesso efusivo dos CPs e a mobilização decorrente deles parecem ter acelerado esse processo de desvinculação entre executivo e organizações e contribuído para o surgimento posterior de novas lideranças sociais.

3.3. Limites de um governo popular: crise fiscal, funcionalismo público e dicotomia entre crítica do governo e defesa da austeridade por Zero Hora

Conforme explicado em capítulos anteriores, o contexto de chegada da Administração Popular ao poder em Porto Alegre é um contexto de emergência social e econômica, que

³²¹ Zero Hora. 12 de Agosto de 1989. Página 38.

³²² Zero Hora. 21 de Agosto de 1989. Página 44.

teve como consequência uma gravíssima crise fiscal e arrecadatória por parte da Prefeitura em 1989. Assim como uma série de obras públicas que só começaram a ganhar relevância com a mudança desse cenário em meados de 1990, a administração entrante se viu, em decorrência das dificuldades fiscais, em oposição em diversos momentos com os municipais e seu sindicato, o SIMPA. Os municipais, que ao longo de 1988, tinham empreendido diversas greves e mobilizações por recomposição salarial contra a administração anterior, de Alceu Collares, tinham entre sua direção uma série de membros vinculados ao PT³²³, partido que inclusive tinha dado respaldo político às greves em 1988. Poderia ser esperado, tanto pelo apoio prévio que o Partido dos Trabalhadores havia fornecido ao movimento grevista do ano anterior quanto pela ligação entre alguns diretores do SIMPA com o PT, uma relação menos conflituosa e mais cordial entre o poder executivo municipal e a categoria. Contudo, a escalada inflacionária forçava os servidores a estarem constantemente pressionando a Prefeitura por recomposição salarial e de igual maneira, o executivo municipal – que herdara uma situação fiscal grave e que se agravava – percebia o contraste do que fora prometido em termos de políticas públicas com a situação fiscal do município. Resultado desse processo foi um ano de frequentes embates entre Administração Popular e SIMPA, processo no qual Zero Hora atuou ativamente para garantir a continuidade das medidas de austeridade implementadas por Olívio Dutra.

Na questão da defesa da austeridade, desde a transição Zero Hora mostra-se disposta a fazer uma representação positiva de Olívio Dutra ressaltando sua honestidade e sua defesa de uma administração pública espartana, sem luxos. No dia 11 de dezembro de 1988, Zero Hora veicula a reportagem “PT não vai tolerar fantasmas”³²⁴, onde entrevista membros da Frente Popular dispostos a reduzir drasticamente o número de cargos comissionados e advoga pelo aprofundamento da medida para as autarquias públicas municipais. Por mais que Alceu Collares apareça frequentemente como colunista para criticar as mais variadas políticas da prefeitura de Olívio, nas matérias defendendo a austeridade implementada pela Administração Popular, a gestão do ex-prefeito é duramente criticada pelos excessos no gasto público, sobretudo com pessoal. Após a redução em 20% do salário de prefeito, vice-prefeito e secretários anunciado por Olívio

³²³ ABERS, Rebecca. Op. cit. Página 75.

³²⁴ Zero Hora. 11 de Dezembro de 1988. Página 56.

e noticiado imediatamente por Zero Hora³²⁵, o jornal veicula um editorial³²⁶ louvando o compromisso fiscal da administração entrante, num tom que contrasta com os demais editoriais e reportagens num tom de embate ideológico e programático com a Administração Popular. O tom segue positivo na semana seguinte na reportagem “Prefeitura faz mais cortes de ‘mordomias’”³²⁷, onde são relatados a devolução de imóveis alugados e a restrição no uso da frota da prefeitura pelos servidores. Qualquer uso da administração pública para além do mínimo essencial é veiculado sempre enquanto “mordomia”, num discurso que parece ser, ao menos a partir da representação de Zero Hora, plenamente incorporado também pela Administração Popular.

Ainda que sejam louvados os esforços de austeridade de Olívio Dutra, o discurso de uma suposta imaturidade administrativa do PT é explorado também em relação as contas públicas. Numa reportagem de 18 de janeiro sobre a situação fiscal do município³²⁸, parte da culpa já é atribuída à administração entrante. Tal reportagem conta com longo comentário de Alceu Collares, que afirma que entre os quadros da Administração Popular “falta gente que entenda um pouco de contabilidade”³²⁹. Quase simultâneo a essa reportagem é veiculado o editorial “O poder e a coragem”³³⁰. Nele, afirma-se que lidar com a conturbada situação fiscal será “uma etapa do necessário amadurecimento político do Partido dos Trabalhadores agora como Poder Executivo”³³¹ e que “Administrar com escassez exige não só palavras, criatividade e talento, mas a tomada de decisões que são difíceis”³³². Ou seja, ao mesmo tempo que se critica, ainda que por via indireta, uma imaturidade e uma inexperiência da administração entrante, veicula-se um editorial que é ao mesmo tempo um elogio as radicais medidas de austeridade impostas e uma crítica a um suposto idealismo petista prévio a assumir, que é contrastado com a administração técnica e austera que se apresenta para o jornal como a única realidade possível.

Mesmo tendo aclamado como positivas as medidas de austeridade impostas pela Prefeitura assim que assumiu Olívio, Zero Hora empreende ao longo de todo o primeiro semestre de 1989 uma intensa campanha pressionando o governo a ampliar as demissões

³²⁵ Zero Hora. 3 de Janeiro de 1989. Página 16.

³²⁶ Editorial “Compromisso com a austeridade”. Zero Hora. 4 de Janeiro de 1989. Página 2.

³²⁷ Zero Hora. 10 de Janeiro de 1989. Página 34.

³²⁸ Zero Hora. 18 de Janeiro de 1989. Página 34.

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Editorial “O poder e a coragem”. Zero Hora. 19 de Janeiro de 1989. Página 2.

³³¹ Ibid.

³³² Ibid.

na administração pública. No Informe Especial “Hora de trabalhar”³³³, tal ato é entendido como o “enxugamento dos quadros da Prefeitura”³³⁴. Em março e abril, os editoriais “O corte de pessoal do Município”³³⁵, “Funcionalismo”³³⁶ e a reportagem “Sem demissões, não há projetos na Prefeitura”³³⁷ corroboram essa mensagem. Vai se impondo, portanto, a partir de Zero Hora e, ao menos na representação feita pelo jornal do que pensam os integrantes da Administração Popular, um discurso que associa trabalho e gestão eficiente unicamente às demissões generalizadas, ao congelamento de salários de servidores e ao corte de gastos tidos como supérfluos. Todas ações da Prefeitura que divergem disso, como o embate pelo transporte público ou a tentativa de aumentar a arrecadação³³⁸, são criticadas e representadas enquanto supérfluas frente ao supostamente verdadeiro trabalho da Prefeitura que seria o enxugamento drástico de quadros e de despesas³³⁹. Para o jornal, em seu editorial “Orçamento e sociedade”³⁴⁰, o orçamento do ano subsequente já prever déficit é a própria prova “insofismável da falência da administração pública”³⁴¹, cuja solução o editorial “Para além dos contracheques”³⁴² já prevê: “adequar o número de servidores às reais necessidades do município”³⁴³.

Fica evidente ao longo de 1989 o quanto o discurso que associa austeridade e demissões em massa à gestão eficiente permeou os próprios membros da Administração Popular que se vangloriam constantemente de serem mais eficientes nos cortes que a anterior administração do PDT. Em julho de 1989, em um encontro do PT Porto Alegre coberto por Zero Hora³⁴⁴, Olívio reconhece certo desgaste pela dificuldade financeira da Administração Popular em cumprir promessas de campanha mas afirma que ao mesmo tempo esse efeito negativo é anulado em termos de popularidade entre os habitantes da capital pelos extensos cortes de gastos realizados pela Prefeitura, afirmando que “não se joga dinheiro à toa”³⁴⁵ e que sua gestão “É a imagem da austeridade”³⁴⁶. De igual maneira,

³³³ Zero Hora. 27 de Fevereiro de 1989. Página 29.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Editorial “O corte de pessoal do Município”. Zero Hora. 11 de Março de 1989. Página 2.

³³⁶ Editorial “Funcionalismo”. Zero Hora. 5 de Abril de 1989. Página 2.

³³⁷ Zero Hora. 12 de Março de 1989. Página 46.

³³⁸ Editorial “Populismo teatral”. Zero Hora. 2 de Fevereiro de 1989. Página 2.

³³⁹ Exemplo disso é o Editorial “Porto Alegre: Da teoria à prática”. Zero Hora. 1º de Abril de 1989.

Página 2.

³⁴⁰ Editorial “Orçamento e sociedade”. Zero Hora. 3 de Dezembro de 1989. Página 2.

³⁴¹ Ibid.

³⁴² Editorial “Para além dos contracheques”. Zero Hora. 28 de Dezembro de 1989. Página 2.

³⁴³ Ibid.

³⁴⁴ Zero Hora. 3 de Julho de 1989. Página 38.

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ Ibid.

esse discurso se faz presente no balanço feito pelo vice-prefeito Tarso Genro em sua única coluna em Zero Hora ao final de 1989³⁴⁷, onde coloca em par de igualdade com os Conselhos Populares e a intervenção nos transportes o “governo austero” da gestão como uma das realizações do primeiro ano de Administração Popular. Fazendo remissão à Pierre Dardot e Christian Laval³⁴⁸, já no final da década de 1980, a representação feita por Zero Hora das duas lideranças do PT Porto Alegre permite apontar que a austeridade já era tida como sinônimo de eficiência e bom governo mesmo em uma administração que se dizia popular e com pretensões, ainda que nominalmente, socialistas.

Isso se explica, de acordo com os autores por um triunfo discursivo do neoliberalismo na integralidade do campo político na medida em que na passagem da década de 1970 a 1980 problemas macroeconômicos estruturais como inflação, desemprego e desigualdades sociais passam de ser relacionados como endêmicos ao capitalismo a serem associados a distorções promovidas pela intervenção indevida do Estado. Desse modo, a visão do Estado como pouco competente e eficiente ultrapassa a direita tradicional e acaba sendo introjetado também pela esquerda, que vai aos poucos deslocando o combate à desigualdade pelo combate à pobreza. Isso permite entender porque o neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria razão. Assim, políticas muito semelhantes podem moldar-se nas mais diversas retóricas, dado que tal ideologia seria “apolítica” na medida em que seria simplesmente o que “funciona”³⁴⁹.

Se um forte discurso em prol da austeridade permitiu alguns raros pontos de contato entre Zero Hora e o Partido dos Trabalhadores a nível de gestão municipal, a representação feita pelo jornal dos municipais e do seu forte movimento sindical ao longo do período de análise foi, inequivocamente, negativa. Desde o final da administração Collares, todas as menções à luta dos municipais pela recomposição salarial em meio ao processo inflacionário foram duramente criticadas por Zero Hora como inoportunas ou mesmo oportunistas. Já em 1988, primeiro ano da análise, a greve chamada pelo SIMPA por recomposição salarial é chamada em editorial de “Uma greve contra a cidade”³⁵⁰. Em tal editorial, os municipais são cobrados por “terem promovido

³⁴⁷ Coluna “Um ano de Administração Popular”. 31 de Dezembro de 1989. Página 4.

³⁴⁸ DARDOT, Pierre & LAVAL Christian. Op cit.

³⁴⁹ Ibid.

³⁵⁰ Editorial “Uma greve contra a cidade”. Zero Hora. 13 de Outubro de 1988. Página 2.

a mais traumática greve que esta cidade enfrentou”³⁵¹ e por utilizarem táticas que o jornal chama abertamente de “guerrilha urbana”³⁵², advogando por uma repressão policial ao movimento, que teria “ultrapassado todos os limites do admissível”³⁵³. De igual modo que na greve dos funcionários do Grupo Hospitalar Conceição³⁵⁴, os esforços grevistas dos municipais são esvaziados das suas reivindicações e tratados como parte da estratégia de chegada ao poder do PT. Conforme é possível ver na representação, ainda que haja interesse por algum diálogo com uma administração de esquerda, não há por parte do jornal qualquer interesse de mediação com o movimento sindical, advogando abertamente por sua repressão e criminalização, associando-o a movimentos guerrilheiros.

Tendo Olívio assumido, o conflito entre o SIMPA e a Administração Popular é presente ao longo de vários meses da análise. Ainda que Zero Hora se posicione favorável às medidas de austeridade da Prefeitura, o jornal não deixa de instrumentalizar o movimento sindical para fazer críticas à Administração Popular. Exemplo disso é a entrevista com o presidente do sindicato, que manifesta seu desapontamento com o governo municipal: “Hoje, as pessoas que apoiavam as greves no governo passado e sempre fizeram campanha em favor de salários justos para os trabalhadores estão no poder e não se manifestam”³⁵⁵.

A crise fiscal que assola a Prefeitura, associado a um discurso de austeridade que se estende mesmo aos membros da Administração Popular, torna difícil uma atitude tão distinta da Prefeitura, ao menos durante 1989, do que a que era vivenciada durante a gestão Collares. Essa dissonância entre a expectativa dos municipais por uma mudança substancial na relação com o executivo e a realidade da manutenção do rebaixamento das condições de vida e trabalho dos servidores, perpetuado pela gestão Olívio, vai se tornando evidente ao longo dos meses e acirrando os conflitos entre Executivo e SIMPA. De acordo com a historiografia, esse processo começa a ser revertido apenas em 1990³⁵⁶, portanto fora do período de análise. Os ânimos começam a se acirrar quando o discurso em prol da austeridade que emanava da Prefeitura vai além da eliminação de cargos comissionados e passa a criticar um suposto inchaço entre os servidores. Exemplo disso

³⁵¹ Ibid.

³⁵² Ibid.

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ Zero Hora. 30 de Setembro de 1988. Página 33.

³⁵⁵ Zero Hora. 10 de Março de 1989. Página 34.

³⁵⁶ ABERS, Rebecca. Op. cit. Página 84.

é a entrevista de Tarso Genro no início de março onde afirma que dos dezessete mil municipais, cinco mil eram supérfluos para o bom funcionamento da máquina pública³⁵⁷. Tal discurso é recebido com indignação pelo SIMPA que aponta que em certas secretárias há, na realidade, um déficit crônico de servidores e não um excesso.

Por mais que não se possa de modo algum afirmar que há no primeiro semestre de 1989 um diálogo ameno entre prefeitura e municipais, a deterioração dos níveis de vida dos servidores parece agudizar-se no segundo semestre e, por consequência, os conflitos entre SIMPA e Administração Popular tornam-se mais virulentos. As assembleias sindicais tornam-se lugar de críticas contundentes a gestão de Olívio, que por consequência ameaça cortar o ponto de quem comparece às mesmas em horário de trabalho, algo que o presidente do Sindicato afirma para Zero Hora tratar-se de uma medida “nazista”³⁵⁸. No dia seguinte ao anúncio de Olívio, Zero Hora cobre um combativo protesto do SIMPA em pleno Paço Municipal cobrando recomposição salarial e ameaçando uma greve dos municipais em caso de negativa³⁵⁹. Esse embate aberto foi uma escalada num confronto que durante o primeiro semestre se manteve na retórica e foi por vezes até denunciado como acomodativo por parte de membros da antiga gestão do PDT³⁶⁰. Por mais que as causas não sejam possíveis de serem analisadas na medida em que fogem do escopo do presente trabalho, a retórica mais combativa e a realização de protestos novamente em novembro³⁶¹ e em dezembro³⁶² não foram o suficiente para articular uma greve geral do SIMPA ao longo do segundo semestre de 1989, último semestre analisado.

Apesar de não ocorrer a greve geral que havia sido ameaçada pelo SIMPA, algumas greves localizadas sim começaram a surgir no último mês da análise, dezembro de 1989. São elas, a greve da PROCEMPA, dos garis e dos servidores da Câmara Municipal. A postura de Zero Hora em tal processo, ainda que localizado, é inequívoca. Mesmo que o jornal tenha sucessivas vezes fomentado o conflito entre o sindicalismo municipal e a Prefeitura, entrevistando, vez ou outra, delegados sindicais e, em especial, o presidente do SIMPA, quando tais greves são deflagradas, a postura de Zero Hora é a mesma do ano

³⁵⁷ Zero Hora. 10 de Março de 1989. Página 34.

³⁵⁸ Zero Hora. 24 de Agosto de 1989. Página 33.

³⁵⁹ Zero Hora. 25 de Agosto de 1989. Página 46.

³⁶⁰ Zero Hora. 17 de Março de 1989. Página 36.

³⁶¹ Zero Hora. 15 de Novembro de 1989. Página 44.

³⁶² Zero Hora. 28 de Dezembro de 1989. Página 46.

anterior, na greve contra Alceu Collares. No Informe Especial “Greves inoportunas”³⁶³, o jornal faz uma defesa contundente da austeridade implementada pela gestão Olívio, reafirmando a honestidade e a firmeza do prefeito e tratando os servidores, mesmo os garis, enquanto privilegiados por receber salário em um momento de crise econômica generalizada. O jornal conclui: “Não se justifica uma greve de servidores da Prefeitura, por atraso de pagamento, quando é sabido por todos que os cofres do município não têm recursos para pagar em dia um quadro imenso de pessoal, cuja folha supera a arrecadação”³⁶⁴.

Em suma, a representação de Zero Hora da austeridade e do conflito entre o Poder Executivo municipal e seus servidores é marcada por uma defesa de um programa político claro que, na medida em que se alinha com o programa político e com o discurso da Administração Popular estende-se para uma defesa da própria administração, ao menos em termos de política fiscal. Contudo, todos os esforços da gestão Olívio que não coadunam com a defesa inequívoca da austeridade são recebidos por Zero Hora enquanto um desvio de função da administração pública, que para o jornal aparenta ter como única função seu próprio enxugamento e corte de gastos. Ao menos na representação do jornal, bom governo é sinônimo de austeridade tanto para os jornalistas e editores de Zero Hora quanto para o alto escalão da gestão municipal. Essa defesa programática do corte a todo o custo põe a Administração Popular em confronto com seus servidores, representados pelo Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, o SIMPA. Em relação a esses trabalhadores, ainda que por vezes sejam entrevistados pelo jornal para criticar o não cumprimento das promessas eleitorais pelo prefeito, a posição de Zero Hora é de hostilidade permanente, tratando todas as reivindicações sindicais por recomposição salarial como dissociadas da realidade econômica da cidade e todos os esforços grevistas como inconvenientes, quando não criminosos.

3.4. Lula, Partido dos Trabalhadores, a eleição presidencial de 1989 e a Administração Popular

Se a eleição municipal de 1988 foi marcada por uma aguda falta de entusiasmo e participação política por parte da população porto-alegrense, algo que apareceu de forma constante na representação desse processo político por Zero Hora, de forma alguma o

³⁶³ Zero Hora. 29 de Dezembro de 1989. Página 3.

³⁶⁴ Ibid.

mesmo pode ser dito da eleição de 1989. Talvez por marcar um ineditismo político para toda uma geração que não tinha idade ou qualificação para ser eleitor em 1960, talvez pelas frustrações com a derrotas das Diretas Já em 1985 e a subsequente eleição indireta ou, por fim, pela crença dentro da cultura política brasileira e latino-americana em um presidencialismo forte³⁶⁵, a eleição presidencial de 1989 é marcada por um nível de engajamento inédito na Nova República até então³⁶⁶. Sendo Porto Alegre capital de um relevante estado da federação e a segunda maior cidade do país administrada pelo Partido dos Trabalhadores, os méritos e dificuldades da Administração Popular foram explorados intensamente pela campanha de Lula e por seus diversos adversários como forma de engajar e afugentar eleitores da candidatura petista. Pelo histórico compromisso de Olívio Dutra e Tarso Genro com as lutas populares, sua administração da capital do Rio Grande do Sul inevitavelmente estaria no centro do embate público daquela eleição.

Desde as análises da eleição de 1988, Zero Hora já mostra a forte organização partidária do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, cuja sigla seria uma das poucas com forte apelo para além do nome do candidato³⁶⁷, algo ainda mais reforçado pela aliança, que Zero Hora vê como espúria, com a Igreja Católica³⁶⁸. Esse vínculo, incômodo para o jornal, entre o Partido dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, aparece sucessivas vezes na análise, ao exemplo da charge de março de 1989, já em ano de eleição presidencial, veiculada abaixo:

³⁶⁵ BAQUERO, Marcello. Op cit.

³⁶⁶ GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989: A Maior Eleição da História**. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

³⁶⁷ Zero Hora. 25 de Agosto de 1988. Página 14.

³⁶⁸ Zero Hora. 14 de Agosto de 1988. Página 20.

Figura 10 Igreja e luta social no fim da década de 1980. 17 de Março de 1989.



Fonte: Zero Hora

Na charge, veiculada em meio a greve geral contra o governo Sarney e sua agenda econômica, greve a qual a Prefeitura de Porto Alegre deu amplo suporte, o governador Simon discute com um padre que desconversa do conhecido apoio prestado pela Igreja Católica, especificamente a Pastoral da Terra, às ações de ocupação de terra pelo MST, enfocando as mobilizações dos padres junto aos trabalhadores que participaram da greve geral. Entrevistados do jornal, como o ex-governador e agora presidenciável Leonel Brizola corroboram esse discurso: “Sem a Igreja, o PT não existiria. Sem o clero, não teria conseguido votos nos pequenos municípios”³⁶⁹.

Por mais que se veja breves pontos de diálogo entre o jornal e a entrante administração Olívio desde o período de transição, a medida que o calendário eleitoral passa das eleições municipais de 1988 para a eleição presidencial de 1989, Zero Hora é crítica ferrenha do Partido dos Trabalhadores no que diz respeito à linha política do Partido e seu compromisso, mesmo que nominal, com o socialismo. Ainda antes de

³⁶⁹ Zero Hora. 27 de Janeiro de 1989. Página 13.

entrado em 1989, Zero Hora afirma que o PT instrumentalizou a greve na Companhia Siderúrgica Nacional e utilizou a violenta repressão do Exército, que vitimou fatalmente três trabalhadores, para inflar suas votações em todo o país a custas dos operários mortos³⁷⁰. Ainda no mesmo novembro de 1988, Ana Amélia Lemos, colunista de política nacional do jornal, analisa em sua coluna “Na prática, a teoria é outra”³⁷¹ o programa de Lula para 1989 nos seguintes termos:

Até agora, o combativo Partido dos Trabalhadores tem sido uma verdadeira trincheira de oposição. Firme na sua doutrina socialista, o PT de Luiz Inácio Lula da Silva está prometendo o céu para seus eleitores. A sua mística será testada ao longo das administrações das grandes e pequenas cidades, onde o PT terá a oportunidade de aplicar a sua teoria e o seu programa. Se estiver mais identificado com a linha de Mikhail Gorbachev ou Mao Tse-tung, será bom para o Brasil. Se preferir a doutrina pura do socialismo de Karl Marx, estará voltando ao passado, e nesse caso, será um retrocesso.³⁷²

Zero Hora não tolerava o compromisso nominal do PT com o socialismo e buscava mediações que não vinham da parte do Partido, como já haviam vindo do PDT. Desse modo, não havia possibilidade para o jornal incorporar o PT como parte do leque de partidos democráticos, mesmo que à esquerda, como os trabalhistas. Sucessivas vezes na representação, o não abandono de um compromisso verbal com o socialismo por parte dos petistas vai relegá-lo a ser posto em um extremo no discurso de Zero Hora, que tinha do outro lado os militares que haviam defendido a ditadura empresarial-militar.

Começada a campanha presidencial de 1989, Zero Hora atua fortemente em denunciar qualquer instrumentalização eventual da Prefeitura em favor da campanha de Lula. Já em fevereiro, o jornal veicula uma reportagem sobre os primeiros outdoors da campanha presidencial do PT que aparecem na cidade³⁷³. O tom predominante é de suspeição, buscando elucidar quem estaria por trás do financiamento de tais outdoors. A preocupação com as administrações petistas nas capitais servindo de palanque à campanha presidencial é tom recorrente na representação, na medida em que “o PT não administra nem São Paulo nem Porto Alegre, apenas a candidatura Lula”³⁷⁴. Dessa forma, todos os atos de campanha de Lula em Porto Alegre onde Olívio e Tarso se fazem presentes são representados de forma, ainda que sutilmente, crítica, como desvios de função dos chefes do poder executivo municipal. O fato de o “Prefeito estar em

³⁷⁰ Zero Hora. 18 de Novembro de 1988. Página 43.

³⁷¹ Zero Hora. 20 de Novembro de 1988. Página 12.

³⁷² Ibid.

³⁷³ Zero Hora. 4 de Fevereiro de 1989. Página 11.

³⁷⁴ Zero Hora. 22 de Fevereiro de 1989. Página 6.

campanha”, contraposto a uma ideia de estar em seu gabinete, trabalhando, era aparição frequente na representação, ao exemplo da figura abaixo:

Figura 11 Olívio e Tarso na campanha de Lula. 5 de Outubro de 1989.



Fonte: Zero Hora

Apesar disso, não parece ter existido, ao menos na representação, o menor esforço do prefeito para distanciar sua Prefeitura da candidatura, tendo Olívio participado efusivamente de todos os quatro atos de campanha da candidatura Lula em Porto Alegre, em agosto³⁷⁵, outubro³⁷⁶ - tendo desfilado em carro aberto³⁷⁷ e ido panfletar em garagens das empresas intervencionadas junto com Lula – e no encerramento de campanha “com multidão incalculável”³⁷⁸ em novembro.

Apesar da vitória de Olívio em 1988, a força de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre no final da década de 1980 dificilmente pode ser mensurada. Na capital, o ex-governador trabalhista conquistou 68% dos votos no primeiro turno, contingente expressivo que – com o apoio do trabalhista a Lula no segundo turno – foi responsável por conferir ao petista estrondosos 76,7% dos votos porto-alegrenses no

³⁷⁵ Zero Hora. 26 de Agosto de 1989. Página 12.

³⁷⁶ Zero Hora. 14 de Outubro de 1989. Página 12.

³⁷⁷ Zero Hora. 7 de Outubro de 1989. Página 6.

³⁷⁸ Zero Hora. 10 de Novembro de 1989. Página 12.

segundo turno. Contudo, a representação de Zero Hora ao analisar os resultados do primeiro turno, quando os apoios para o turno decisivo não estavam ainda claros não deixa de ser surpreendente. A tradição trabalhista do município e a força do PDT são postos como fatores secundários e os fracos 6,4% de Lula em Porto Alegre no primeiro turno são tomados como número central da prova de um fracasso estrondoso da Administração Popular em Porto Alegre, evidência de uma popularidade baixíssima. Dois dias após a divulgação dos resultados do primeiro turno, Zero Hora veicula o editorial “O desafio do segundo turno”³⁷⁹, onde atribui ao “totalitarismo” petista “a indignância de votos que recebeu em Porto Alegre”³⁸⁰. Nesse editorial, que se propõe a ser a primeira interpretação a partir do editorial dos resultados na capital gaúcha, não há qualquer menção à força do PDT na cidade, a forte campanha de Brizola no município ou os resultados ainda inferiores da candidatura Collor, 4,8%, na capital. O único nexo interpretativo proposto seria uma queda dos 38% conquistados por Olívio em 1988 para os fracos 6,4% de Lula, atribuídos ao totalitarismo petista, apenas secundado pelos demais fatores. Contudo, quando o resultado se inverte e Lula salta de 6,4% para impressionantes 76,7% no segundo turno, Zero Hora prontamente veicula o Informe Especial “Prefeitos do PT”³⁸¹, que ressalta a vitória de Collor em cidades governadas pelo Partido em diversos estados do país e que, ao tratar de Porto Alegre, tida como “a grande exceção”, o jornal é enfático em afirmar que “a vitória não tem nada a ver com o PT, mas sim com Brizola”³⁸². De forma que, no escopo de um mês, um fraco desempenho eleitoral pode ser inteiramente atribuído à má gestão da capital e ao totalitarismo petista na mesma medida em que uma vitória acachapante não pode ser de forma alguma atribuída à mesma gestão, sendo de inteira responsabilidade do movimento trabalhista e sua principal liderança, que, para o jornal, também havia sido o principal responsável em organizar um ato de 100 mil pessoas em favor da campanha de Lula na semana anterior³⁸³.

Apesar do discurso contraditório de Zero Hora entre os dois turnos da eleição presidencial, é possível perceber na representação que tal diagnóstico – de um fracasso em decorrência de má gestão e de um triunfo cujo único responsável é Leonel Brizola – não é de modo algum partilhado pela Administração Popular. Quase no final do ano de

³⁷⁹ Editorial “O desafio do segundo turno”. Zero Hora. 19 de Novembro de 1989. Página 2.

³⁸⁰ Ibid.

³⁸¹ Zero Hora. 19 de Dezembro de 1989. Página 3.

³⁸² Ibid.

³⁸³ Zero Hora. 12 de Dezembro de 1989. Página 12.

1989, o jornal faz rara e longa entrevista com o prefeito³⁸⁴, buscando entender sua interpretação do resultado eleitoral do mês anterior e as autocríticas do candidato à candidatura presidencial petista. Nessa entrevista, Olívio pontua que o principal erro da candidatura Lula foi não ter contrarrestado às críticas de Collor às prefeituras do PT, sobretudo a gestão de Luiza Erundina em São Paulo, com os bons exemplos da Administração Popular em Porto Alegre, como os Conselhos Populares e os sucessos na intervenção no transporte. É interessante perceber que, ao menos a partir da representação de Zero Hora, as duas temáticas que pareciam ser o carro-chefe da campanha Olívio tanto para a Frente Popular quanto para o jornal, são entendidas um ano depois para a gestão Olívio como dois sucessos de sua administração, dignas de conseguir ganhar votos e servir de vitrine para a campanha presidencial de Lula. Até certo ponto, dentro da autocrítica de Olívio, a falta de exposição de Porto Alegre como bom exemplo de gestão petista pode ser entendido como uma das razões da derrota a nível nacional da candidatura Lula. Desse modo, é possível afirmar que a representação de Zero Hora sobre a relação entre Prefeitura e candidatura Lula é diametralmente oposta à interpretação da Administração Popular, não havendo qualquer convergência ou conformação da realidade nesse sentido.

Para além da campanha presidencial, Zero Hora traz na sua representação, diuturnamente os conflitos internos do Partido dos Trabalhadores, dando ênfase, claro, ao PT Porto Alegre. Tal exposição contrasta com a forma como são representados os demais partidos, tanto os comprometidos com a coalizão Sarney, PMDB e PFL, quanto com os demais partidos de esquerda, como PSB e PDT. Quando demonstrados rachas, como o surgimento do PSDB a partir do PMDB, tais processos são mostrados como ordeiros e pouco conflituosos, diferentemente dos debates internos petistas, representados como virulentos e eivados de conflitos intensos. Já no início da análise, em junho de 1988, Zero Hora traz a reportagem “Disputa judicial pelo poder na CUT”³⁸⁵, que explora as disputas internas e os conflitos dentro da Central Única dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, apontando o protagonismo de distintas lideranças do PT, em especial José Fortunatti – sindicalista bancário à época – em fomentar tais conflitos. Com a Administração Popular já no governo, o jornal cotidianamente busca indícios de conflitos internos à administração, como era costume na mais conflituosa administração Erundina em São

³⁸⁴ Zero Hora. 27 de Dezembro de 1989. Página 8.

³⁸⁵ Zero Hora. 22 de Junho de 1988. Página 31.

Paulo e como havia sido rotineiro na menos bem sucedida administração petista de Fortaleza de 1985 a 1988. Conforme explicado no primeiro capítulo, os conflitos internos do PT Porto Alegre eram consideravelmente menores que os que permeavam o PT paulistano. Apesar disso, as menores dissensões eram noticiadas como prenúncio de algo maior por acontecer. É esse o tom predominante da reportagem sobre as eleições internas para o controle do diretório municipal do Partido na capital³⁸⁶. A vitória da Convergência Socialista – que posteriormente daria origem ao PSTU – e da Democracia Socialista, corrente trotskista de Raul Pont, sobre a Articulação, de Olívio Dutra, e a Nova Esquerda, ex-PRC, de Tarso Genro, são vistos por Zero Hora como um sinal de crise nas bases do Partido, algo que o jornal prevê de maneira temerosa como uma potencial repetição dos conflitos intestinos característicos da menos bem-sucedida prefeitura petista de São Paulo. Esse pensamento fica mais claro em editorial de 9 de maio de 1989, duas semanas após a vitória opositora no diretório metropolitano. No editorial “Administração corporativa”³⁸⁷, o jornal critica em linguagem dura a existência de tendências tão divergentes dentro de um mesmo Partido, ao alegar que isso estaria causando divisionismo e confusão dentro da administração municipal. A vitória de uma oposição de esquerda, marcadamente mais comprometida com o projeto socialista do que as correntes do prefeito e vice-prefeito é tida, nesse editorial, como a prova candente de que o PT é um partido essencialmente radical e de “uma imaturidade flagrante”³⁸⁸. O editorial vai mais além, num diálogo quase direto com o prefeito, pedindo que Olívio não se deixe influenciar com o resultado e decida governar apenas para uma classe, dado que o prefeito não teria legitimidade para isso posto que “assumiu a chefia do executivo municipal com um terço dos votos”³⁸⁹. A partir disso, é possível perceber que ainda que apareça na representação do jornal como um petista honesto, austero e menos radical que os pares, a desconfiança com o compromisso democrático de Olívio é aberta e intensa, na medida em que o risco de sua radicalização é alardeado de forma constante pelo jornal e sua legitimidade, por não ter conquistado a metade mais um dos votos, nunca é plenamente reconhecida. Ao final do editorial, a incompatibilidade do projeto do PT com a democracia é reafirmada: “Um governo para os trabalhadores apenas, como quer a

³⁸⁶ Zero Hora. 24 de Abril de 1989. Página 13.

³⁸⁷ Editorial “Administração corporativa”. 9 de Maio de 1989. Página 2.

³⁸⁸ Ibid.

³⁸⁹ Ibid.

oposição de esquerda do PT, vencedora, é um desconhecimento explícito do que significa a própria democracia”³⁹⁰.

Em suma, a representação do processo político de 1989 por Zero Hora foi substancialmente distinto da campanha municipal de 1988 na medida em que um nível de mobilização e empolgação sem precedentes recentes tornou essa eleição fundamentalmente distinta. Em relação à Administração Popular, a representação permite perceber o engajamento de Zero Hora em denunciar toda instrumentalização da máquina pública porto-alegrense em favor da candidatura de Lula ou mesmo das lutas sociais contra o governo Sarney na cidade, ao exemplo da greve geral de março de 1989 contra a agenda econômica do presidente. Buscando interpretar os resultados eleitorais na cidade, Zero Hora toma abordagens profundamente divergentes entre o primeiro e o segundo turno na medida que explica a baixa votação de Lula no primeiro momento como uma prova do fracasso popular da gestão Olívio e do totalitarismo petista ao mesmo tempo em que fundamenta a vitória acachapante do PT no segundo turno na capital como responsabilidade única de Brizola e do apoio do PDT à Lula. Contudo, a representação permite, ao entrevistar Olívio, perceber que tal interpretação não é partilhada pela Administração Popular, na medida em que o prefeito explica a derrota de Lula a nível nacional, entre outras razões, pela pouca exposição ao sucesso de sua administração para o restante do país. Ao analisar o Partido dos Trabalhadores no período de 1988 e 1989, Zero Hora busca encontrar divergências que poderiam ameaçar uma gestão eficiente e técnica da cidade ao mesmo tempo que vê a recusa à moderação por parte do PT Porto Alegre como uma “teimosia” e uma falta de compromisso com a democracia, que coloca o Partido, diferente das demais forças de esquerda, nos extremos antidemocráticos em um momento de almejada estabilização da transição democrática.

³⁹⁰ Ibid.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou compreender a forma como foi representado por Zero Hora, principal jornal de veiculação diária do maior grupo de mídia do sul do Brasil – o grupo RBS – o processo político na cidade de Porto Alegre entre junho de 1988 e dezembro de 1989, buscando englobar a campanha municipal de 1988 e o primeiro ano da Administração Popular, na gestão de Olívio Dutra. De forma restrita, o trabalho buscou responder ao problema de pesquisa proposto na introdução: Como foi a representação da candidatura e do governo Olívio Dutra por Zero Hora e de que forma essa representação conseguiu negociar e se opor ao governo bem como articular o conjunto da oposição ao mesmo no seu primeiro ano de administração?

Além de responder objetivamente a tal problema de pesquisa, buscou-se elucidar uma série de questões paralelas que vem a secundar tal resposta. Entre elas estão as potenciais aberturas de Zero Hora para negociar com o governo Olívio, levando em conta o peso político que os veículos de rádio, televisão e mídia impressa do Grupo RBS têm em Porto Alegre; a construção ou não de alianças a partir de Zero Hora, ou integradas mais claramente pelo jornal, contrárias à Administração Popular; a escala de utilização do perigo vermelho como elemento aglutinador e mobilizador em contrarrestar a influência do Partido dos Trabalhadores no município, entre outras questões.

Para responder adequadamente todas as hipóteses pormenorizadas na introdução, faz-se necessário retomar as conclusões tiradas de cada um dos capítulos do presente trabalho. No primeiro capítulo buscou-se abordar de maneira concisa a história do Partido dos Trabalhadores, em especial no Rio Grande do Sul, e compreender seu processo de moderação ao longo da década de 1980, fato esse que permitiu ao longo da década de 90 e início da década de 2000 um ciclo de administrações petistas em Porto Alegre que

³¹ BAIOCCHI, Gianpaolo. Op. cit.

teve impactos duradouros na forma de pensar a democracia participativa e que tornou-se a vitrine a nível municipal do Partido dos Trabalhadores Brasil à fora e serviu parcialmente de modelo à gestão Olívio a nível estadual a partir de 1999³⁹¹. Pensando a representação de Zero Hora, foi importante pensar a mesma enquanto parte de uma representação mais vasta que é a feita pelo grupo RBS, conglomerado profissional e com uma linha editorial clara sobre a linha política almejada a nível municipal em Porto Alegre. A noção de meios de comunicação enquanto defensores do regime democrático e intermediadores entre sociedade civil e poder público também é clara na representação e aparece sucessivas vezes, com todo o questionamento a esse esquema interpretativo sendo interpretado como um questionamento à democracia em si. Por fim, foi possível constatar que o jornal, ao produzir a representação, premiava de forma clara – com uma cobertura positiva – todos os atores políticos que aceitavam essa premissa da grande imprensa como mediadora, de forma que havia poder de barganha do jornal, resguardado pelo grupo RBS, para colocar-se em tal posição que, sem tal resguardo, seria muito difícil de ser considerada necessária pela administração municipal como o foi em certos momentos da análise.

No segundo capítulo, buscou-se abordar de uma forma ampla a representação de Zero Hora de todo o processo político-eleitoral de 1988 na cidade de Porto Alegre. Primeiramente, buscou-se elucidar o impacto que um cenário de crise econômica e dissolução acelerada da coalizão que dava sustentação política à Sarney impactou nos rumos da corrida eleitoral em Porto Alegre. Perceber tal contexto foi fundamental para entender o impacto real do voto de protesto na eleição do Partido dos Trabalhadores para o Paço Municipal, a medida que a agudização da crise econômica e o esfacelamento da coalizão política presidencial foram concomitantes ao crescimento da candidatura Olívio nas pesquisas. Em segundo lugar, buscou-se entender o processo de conformação de chapas e a discussão partidária para a escolha dos candidatos a partir da representação do jornal, pensando o jornal como ator, e não espectador desse processo, na medida em que buscou dar relevância a certas articulações e buscou promover conflitos e desentendimentos em outras, em especial na relação entre PT e PSB, numa tentativa nem tão velada de impossibilitar a conformação de uma Frente Popular mais ampla.

Posteriormente, passou-se a tratar da campanha municipal estrito senso, na forma como Zero Hora deu proeminência a candidaturas da ordem e apenas reconheceu a possibilidade de triunfo das candidaturas de esquerda – que acabaram ambas em 1º e 2º lugar – nas últimas semanas do pleito, apesar de que uma noção de empate técnico entre as quatro principais candidaturas ainda persistia sendo afirmada nos editoriais veiculados pelo jornal. O impacto de tais previsões equivocadas e do esforço de invisibilização das candidaturas de esquerda, em especial da Frente Popular, por parte de Zero Hora dificilmente pode ser mensurado na medida que se soma a uma série de outros fatores a nível municipal, como a greve geral dos municipais no final da gestão Collares, e a nível nacional como a piora das condições econômicas e a fragmentação política prévia à eleição presidencial de 1989 que inviabilizou de vez a governabilidade de Sarney. Sobre a representação da campanha da Frente Popular, a mesma é errática e enfocada nos pontos mais conflituos do programa como a encampação do transporte público municipal mais do que nas propostas de ampliação da democracia participativa, a partir dos Conselhos Populares, propostas essas mais aceitas pelo conjunto do campo político municipal e pelo próprio jornal. Além disso, a eleição, ainda que de baixa mobilização, é mostrada na representação como profundamente nacionalizada à medida em que é associada por Zero Hora à conquista de bases e estrutura política para a campanha presidencial de 1989. Por fim, buscou-se compreender o processo de transição política da gestão Collares para a gestão Olívio a partir da representação do jornal. Tal representação buscou dar sua interpretação da vitória petista, atribuindo-a a uma organização e estrutura partidária do PT que seriam muito superiores a dos demais partidos, culpabilizando-os por não estar à altura em termos organizativos e programáticos. De igual modo, Zero Hora atribui tal vitória a dois fatores menos positivos, sendo o primeiro uma campanha antecipada e, portanto, injusta da Frente Popular em relação às demais candidaturas e, acima de tudo, um voto de protesto contra a agenda econômica de Sarney. Tal noção de vitória como voto de protesto foi frequentemente usada ao longo do final de 1988 e 1989 para afirmar que a legitimidade de Olívio na gestão do Executivo municipal, ainda que reconhecida, não era plena, de modo que mudanças mais estruturais não seriam legítimas pelas condições da vitória do prefeito petista.

Iniciado o governo, a transição enfoca uma série de conflitos em potencial que começam a se materializar, como uma sequência de ocupações urbanas, em especial na Zona Norte de Porto Alegre, e os primeiros conflitos concernentes ao transporte público, enfocando os preparativos jurídicos dos empresários para uma potencial encampação e prevendo o caos decorrente da mesma. A representação busca construir um cenário de desordem futuro e que começa a se materializar no presente, cuja responsabilidade seria a permissibilidade petista com os movimentos sociais, seu radicalismo e sua imaturidade administrativa. Nos primeiros meses de Administração Popular, os poucos pontos de confluência são na questão da austeridade imposta pelo Executivo e na organização dos Conselhos Populares.

O terceiro e último capítulo buscou focar mais diretamente a representação do primeiro ano de Administração Popular, enfocando em quatro eixos de análise, que se constituíram cada um em um subcapítulo. O primeiro subcapítulo buscou focar a representação do embate pela encampação do transporte público no município, conflito que teve seu apogeu em fevereiro de 1989 e que continuou a ter incidência na representação à medida que a intervenção quase completa das primeiras semanas passou a se concentrar apenas nas empresas mais problemáticas, processo que terminaria na encampação de certas empresas pela Prefeitura. Ao cobrir o conflito, Zero Hora apresentou no primeiro momento um cenário caótico nos editoriais e buscou posicionar-se ao mesmo tempo como defensora do direito de propriedade e do bem-estar dos usuários. Contudo, suas reportagens, que contavam com entrevistas a passageiros e trabalhadores do transporte público, contrastavam radicalmente a linha editorial do próprio jornal, na medida em que mesmo com a deterioração do serviço, o apoio a intervenção era generalizado entre passageiros e trabalhadores na medida em que tal ação era vista como um enfrentamento direto aos “tubarões”. Contudo, o tom fortemente crítico de Zero Hora das ações da Prefeitura é mitigado à medida que a mesma faz concessões aos empresários do transporte e reduz a escala da intervenção. Ainda que a permanência da intervenção em certas empresas ainda consistisse em violação aos direitos de propriedade defendidos por Zero Hora em editoriais prévios, o jornal atenua o tom crítico e trata o assunto com menos recorrência, ainda que por vezes sugira em editoriais que a prefeitura termine por completo a intervenção, o que não ocorreu.

Dessa maneira, preservando a linha editorial, o jornal alternou entre conflito e negociação a medida que a Prefeitura recuou, ainda que o conflito não se tenha resolvido no período da análise. O segundo subcapítulo buscou, por seu turno, compreender a narrativa do jornal sobre os movimentos da Administração Popular de ampliação da democracia participativa e do controle social sobre o orçamento público através dos Conselhos Populares. Tais Conselhos Populares já eram pensados no programa da Frente Popular desde 1988, porém sua estruturação foi tomando forma à medida que eram implementados, com todas as restrições orçamentárias e pressões e expectativas populares presentes em 1989. Já no início da década de 1990 tais Conselhos Populares tomariam a forma final do que hoje se conhece enquanto Orçamento Participativo. Contudo, em 1989, ainda que várias premissas do Orçamento Participativo já estivessem, ao menos do ponto de vista discursivo, claras, pensar os Conselhos Populares como sinônimo do OP é um anacronismo, em vista que as assembleias populares tão características do segundo e a construção de um novo movimento comunitário que suplantaria as organizações clientelistas apenas começavam a tomar forma. Zero Hora, surpreendentemente ao que era esperado no início da pesquisa defendeu e divulgou de forma positiva quase a totalidade do processo, pontuando apenas, de forma esporádica, o risco de aparelhamento dos Conselhos Populares pelo Partido dos Trabalhadores. As poucas críticas diretas ao processo que aparecem em Zero Hora e contrastam a representação positiva feita pelo jornal advém de líderes comunitários ligados à administração anterior e potencialmente com laços clientelistas, cujas críticas se direcionam à pouca atenção dada pela gestão Olívio às lideranças comunitárias já estabelecidas.

O terceiro e penúltimo subcapítulo buscou abordar a austeridade imposta pela gestão de Olívio Dutra dentro da administração pública municipal e, concomitante a isso, o movimento sindical dos municipais ao longo de 1989 dentro de Zero Hora. A defesa da austeridade e o corte de gastos provou-se um dos maiores pontos de confluência entre o jornal e a Administração Popular na medida que a ideia de eficiência da máquina pública e honestidade como sinônimo de austeridade, congelamento de salários e corte de gastos parece ter sido introjetado pelos principais gestores municipais, ao exemplo de Olívio Dutra e Tarso Genro.

Sendo os dois líderes do executivo municipal defensores de um programa de austeridade no município, os conflitos com o SIMPA, sindicato dos municipais, tornaram-se inevitáveis. Ao longo de 1989, o SIMPA, que em 1988 deflagrou uma greve geral contra a administração Collares com apoio parlamentar e da militância do PT, foi gradualmente se distanciando da Administração Popular, buscando até mesmo articular – embora sem sucesso – uma nova greve geral por reposição salarial contra a gestão Olívio. Diferente da relação com o Executivo municipal, onde houveram pontos de confluência com o jornal, a representação de Zero Hora do movimento sindical dos municipais e suas agendas foi quase unanimemente negativa, vista como fora da realidade num contexto generalizado de crise econômica, com o jornal mais de uma vez defendendo a criminalização dos atos organizados pelo SIMPA e combatendo fortemente a ideia de uma nova greve geral no município, sendo esse mais um ponto de confluência, ainda que não plena, entre Zero Hora e Administração Popular.

Por fim, o quarto e último subcapítulo do último capítulo buscou analisar a campanha presidencial de Lula em 1989 na cidade de Porto Alegre e suas imbricações com o mandato da Administração Popular, bem como a narrativa sobre o Partido dos Trabalhadores como um todo por Zero Hora durante o período de 1988 e 1989. A partir da análise, foi possível concluir que a representação da eleição de 1989 foi distinta da eleição do ano anterior posto que o nível de mobilização política mostrado por Zero Hora diferia substancialmente do que foi apresentado em 1988, tornando 1989 uma eleição peculiar. Tal ideia fica ainda mais evidente na medida que o próprio jornal, muitas vezes como pode ser visto no subcapítulo 2.2 – entendia a eleição municipal de 1988 como – uma conquista de bases e estrutura política para 1989. Para além de Lula, Zero Hora buscou denunciar todo e qualquer favorecimento da campanha petista pela gestão Olívio como uma instrumentalização da máquina pública municipal, entendendo mesmo o apoio da Administração Popular à greve geral contra Sarney como campanha velada para Lula. Ao interpretar os resultados eleitorais de 1989, Zero Hora é profundamente contraditória uma vez que atribui um fraco resultado do PT no 1º turno como evidência de má gestão de Olívio e de um suposto totalitarismo petista e de igual maneira explica a conquista de mais de três quartos dos votos no 2º turno pelo PT unicamente em razão do apoio de Brizola e do PDT. Apesar disso, o jornal, ao entrevistar o prefeito, permite que Olívio demonstre que tal visão não é partilhada pela gestão municipal, uma vez que explica a derrota de Lula no 2º turno justamente pela pouca exposição do sucesso de sua administração em Porto Alegre na campanha a nível nacional.

Por fim, ao analisar o PT durante os 19 meses de 1988 e 1989 abordados, o jornal empreende o objetivo de expor ao máximo conflitos internos que poderiam evidenciar uma ameaça latente à gestão eficiente e técnica da cidade. O fato desses conflitos não aparecerem com uma frequência tão grande se deve mais, conforme a historiografia, a uma relativa unidade e homogeneização das diferentes correntes petistas em Porto Alegre, cenário muito diverso da conflagrada prefeitura de Luiza Erundina em São Paulo, na mesma época. De igual modo, o jornal representa a continuidade de compromissos socialistas por parte de alas do PT Porto Alegre e uma recusa do restante do Partido de condená-las como uma “teimosia” e uma falta de compromisso democrático por parte dos petistas, o que os colocaria à margem do jogo político e num polo extremo, oposto ao dos militares defensores da ditadura empresarial-militar.

Tendo sido feita a análise dos capítulos, é possível partir para responder as hipóteses lançadas na introdução, de modo a poder responder o problema de pesquisa proposto. A respeito da primeira hipótese, a de que Zero Hora – enquanto meio de comunicação impresso do Grupo Rede Brasil Sul – teria feito oposição sistemática a todas as propostas formuladas pela Administração Popular em Porto Alegre, a mesma não pôde ser comprovada na medida em que, ainda que o jornal tenha sido marcado por um tom opositor durante todo o primeiro ano de mandato de Olívio Dutra, o mesmo teve pontos de confluência com o prefeito e sua administração, especialmente na questão da expansão da democracia participativa através dos Conselhos Populares e, de igual modo, na defesa da austeridade na administração pública, ainda que nesse segundo ponto o jornal tenha defendido um aprofundamento das medidas austeras para muito além do que a gestão petista se propôs fazer. Em relação à segunda hipótese, a de que Zero Hora teve papel relevante em articular grupos opositores à Olívio Dutra e ao Partido dos Trabalhadores já durante a eleição municipal de 1988 e de igual modo durante todo o primeiro ano da administração Olívio, em 1989, a mesma pôde ser confirmada apenas em parte. Isso se dá na medida em que Zero Hora, pensando o jornal enquanto parte do, mais amplo, Grupo RBS, teve sem dúvida papel nos eventos políticos transcorridos durante a análise e em dois momentos de forma particularmente especial: Em primeiro lugar, na inviabilização de uma Frente Popular de esquerda que englobasse tanto PT quanto PSB, na medida que buscou fomentar conflitos entre os dois partidos e construir, a partir de sua representação, uma disputa pelo protagonismo da chapa – que evidentemente já existia e que foi, contudo, exacerbada pelo jornal – que acabou por impossibilitar uma aliança que era tida por grande parte da esquerda porto-alegrense como natural

e que se repetiu em outras cidades onde o PT saiu vitorioso como Vitória. Em segundo lugar, no conflito do transporte público, onde, através de suas páginas, diferentes grupos opositores passaram a atuar de forma coordenada, inclusive para além da representação de Zero Hora, em especial os empresários do transporte e os vereadores opositores. Para além desses dois momentos mais relevantes, o jornal teve certo papel de articulação da oposição ao governo. Contudo, sua relevância dentro de tal articulação na medida que era um entre diversos atores não pode ser atestada de forma incontestada em todos os momentos.

A penúltima hipótese aborda, assim como a última, as significativas mudanças que uma administração do Partido dos Trabalhadores potencialmente trouxe ao cenário municipal. Portanto, como exposto na introdução, temos como terceira hipótese que, por entender uma ampliação drástica da participação popular e um controle maior do orçamento por movimentos sociais e comunitários como um fator de instabilidade política, Zero Hora opôs-se veementemente aos Conselhos Populares, que posteriormente dariam origem ao Orçamento Participativo. Essa hipótese é, sem dúvida, a que mais fácil e surpreendentemente pôde ser negada, na medida em que Zero Hora não só apoiou de maneira efusiva todos os esforços de democratização orçamentária e controle social do orçamento presentes na proposta de Conselhos Populares desde 1988 – antes da eleição da Frente Popular - como, quando de sua efetiva implementação, sua representação foi potencialmente um fator de engajamento e mobilização na medida em que repercutia as propostas presentes, atuando como uma das ampliadoras do horizonte de possibilidades de tal política pública entre seus leitores. Ainda que também relacionado às mudanças que uma administração de esquerda trouxe à Porto Alegre, a quarta hipótese é, paradoxalmente, a que mais facilmente pôde ser comprovada, na medida em que desde antes da eleição de 1988, em sua representação do Partido dos Trabalhadores, Zero Hora articulou de forma direta – através de reportagens e editoriais – e indireta – através de entrevistas – a retórica do perigo vermelho, representando o PT e sua chegada ao poder em Porto Alegre como uma ameaça à nascente democracia brasileira. Tais ideias já apareciam em 1988, contudo, a análise da fonte permitiu perceber que sua intensidade se acentuou de maneira contumaz em 1989, na medida em que – mesmo após a chegada ao Paço Municipal – o Partido se recusou a abandonar o compromisso, ainda que nominal, com o socialismo e empreendeu, ao menos do ponto de vista da representação, uma série

de medidas de questionamento à propriedade privada, como a proposta de encampação do transporte público municipal e uma certa tolerância com os movimentos sociais que empreendiam ocupação de imóveis urbanos. Para legitimar a ideia de perigo vermelho representado pelo PT, Zero Hora usou conceitos como o totalitarismo petista, comparações de Olívio com lideranças soviéticas e chinesas, lembrou aos seus leitores o passado guerrilheiro de certos membros da administração municipal e, sobretudo, buscou demonstrar que a defesa do socialismo – independente do conteúdo programático do termo – pelo Partido era incompatível com um regime democrático, de forma que o Partido não poderia ser normalizado como parte da democracia até o abandono completo desse compromisso.

Tendo respondido às quatro hipóteses, foi possível fazer frente ao problema de pesquisa afirmando que a representação da candidatura e do governo Olívio Dutra por Zero Hora foi predominantemente negativa e opositora, tendo, contudo, uma série de pontos de contato sempre que a linha política da Administração Popular convergiu com a linha editorial do jornal. Dessa maneira, Zero Hora não estabeleceu uma oposição programática e, com raras exceções, não articulou de maneira relevante grupos opositores à Administração Popular, ainda que tenha sido veículo opositor e ator relevante dentro do processo político de 1988 e 1989. De maneira predominante, o que Zero Hora almejou foi posicionar-se enquanto mediadora entre sociedade civil – para além de seus leitores – e Estado, atuando de maneira assertiva enquanto espaço potencial de diálogo para interesses divergentes. Na questão dos transportes, ainda que nominalmente responsabilizando ambas partes pelo conflito, mesmo que de maneira desigual, Zero Hora empreendeu o esforço de ser um ator político que daria voz às verdadeiras vítimas do conflito, a população porto-alegrense, mesmo que na narrativa cotidiana a posição dessa população muitas vezes fosse diferente da projetada pelos editoriais do jornal.

Em todas as pesquisas que busquem analisar a Administração Popular, o primeiro ano do governo Olívio Dutra em Porto Alegre deve ser pensado como parte de um ciclo mais amplo de dezesseis anos de governos progressistas que alteraram radicalmente a forma de pensar a gestão municipal, para além dos limites da cidade, tendo impactos em toda a região metropolitana contígua, o Rio Grande do Sul e com reflexos a nível nacional e, sobretudo a partir do Fórum Social Mundial em 2001, internacional.

A presente análise buscou elucidar como Zero Hora entendeu, representou e ao empreender o esforço de conformação da realidade, prática recorrente dos grandes meios de comunicação, tomou parte, mesmo que modestamente, do processo político. De igual

modo, o trabalho buscou explorar os múltiplos esforços de Zero Hora inserir-se enquanto agente político mediador entre sociedade civil e Estado num período de transição democrática. Nesse processo, o jornal operou num esforço contínuo de “dar voz” a dita sociedade, idealmente a política e pouco propensa a conflitos, mesmo que tal representação destoasse da realidade social do período. É sempre importante lembrar que o esforço do jornal foi parte de uma iniciativa mais ampla, por parte do Grupo RBS, em atuar enquanto agente político, processo esse que, com as devidas mediações, se estendeu até a derrota de Raul Pont em 2004 e o fim da Administração Popular e cujas implicações seguem até os dias atuais.

FONTES

Jornal Zero Hora de 01/06/1988 a 31/12/1989, consultado na hemeroteca do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000.

BAIOCCHI, Gianpaolo. **Radicals in power: the Worker's Party (PT) and experiments in urban democracy in Brazil**. London: Zed Books, 2003.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

BISSO SCHMIDT, Benito. **De Mármore e de Flores: A primeira greve geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

BORDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: Michel Jean-Marie Thiollent (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982. p.137-151.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião – o novo jogo político**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação. **Estudos Avançados** 11(5), p.173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: Uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 111-153.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2009.

FAORO, Raymundo. **A República inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. A Administração Popular em Porto Alegre: uma experiência alternativa de reforma do estado na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 51-83, jul./dez. 2002.

FARIA CRUZ, Heloisa; CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, v.1, p.253-270, dez. 2007.

FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano vol.5: Da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989: A Maior Eleição da História**. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

GIUSTI TAVARES, José Antônio. **A estrutura do autoritarismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil Atual. **Anos 90**, v.23, n. 43, p. 67-92, 2016.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

LIMA, Gilson; RECH, Hildemar. **Uma aventura responsável: Novos desafios das administrações populares.** Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzato, 1993.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: A política dos comunistas no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, 11 jul. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MODIANO, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989).** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MORAIS, Fernando. **Lula: Biografia: Volume 1.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOTA, Carlos Guilherme & LOPEZ, Adriana. **História do Brasil: Uma interpretação.** São Paulo: Editora 34, 2015.

NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

PINHEIRO MACHADO, Marco Antônio. **Pré-Sal: A saga.** Porto Alegre: L&PM, 2017.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROCHA DE BARROS, Celso. **PT: uma história.** São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2003.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

SCHIRMER, Lauro. RBS: **Da voz-do-poste à multimídia.** Porto Alegre: L&PM, 2002.

TADEU CESAR, Benedito. **PT – A contemporaneidade possível: Base social e projeto político (1980-1991).** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.